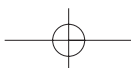
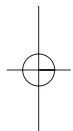
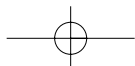
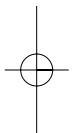
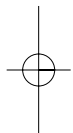




NOVOS VENTOS BAIANOS





Marcelino Galo (org.)

Jaques Wagner • Paulo Fábio • Marcelo Nilo
Lídice da Mata • Walter Pinheiro • João Durval
Valmir Assunção • Waldir Pires • Alfredo Tavares
Carlos Alberto Dultra Cintra • Péricles Santos
Nelson Pelegrino • Geddel Vieira Lima
Sidônio Palmeira • Carlos Martins

NOVOS VENTOS BAIANOS
Caminhos e desafios das forças
políticas que governam o Estado



Copyright © 2007 by Marcelino Antônio Martins Galo
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de bancos de dados, sem a expressa autorização da editora.

Preparação de texto: Sérgio de Souza
Coordenação: Vinícius Souto
Produção: Ivan Alex e Pedro Caribé
Preparação e revisão: Lilian do Amaral Vieira
e Ricardo Jensen de Oliveira
Diagramação e capa: B.D. Miranda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos ventos baianos : caminhos e desafios das forças políticas que governam o Estado / Marcelino Antônio Martins Galo. – 1 ed. – São Paulo : Caros Amigos Editora, 2007.

ISBN: 978-85-60814-07-7

1. Bahia – Política e governo 2. Oligarquia – Brasil – Bahia
3. Partido dos Trabalhadores (Brasil) I. Título.

07-9354

CDD-320.98142

Índices para catálogo sistemático:

1. Bahia : Política e governo 320.98142

Direitos de edição em língua portuguesa reservados à
Caros Amigos Editora.
Rua Fidalga, 162 – São Paulo – SP – CEP 05432-000
Telefone: (55 11) 3819-0130 Fax: (55 11) 3819 5710
E-mail: livros@carosamigos.com.br
Site: www.carosamigos.com.br

CAROS AMIGOS EDITORA



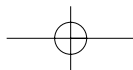
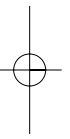
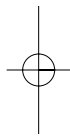
Revistas • Livros • Serviços Editoriais

Diretoria: Sérgio de Souza, Wagner Nabuco de Araújo



ÍNDICE

Apresentação,	7
Prefácio,	11
Waldir Pires,	17
Valmir Assunção,	29
Marcelo Nilo,	43
Lídice da Mata,	53
Jaques Wagner,	71
João Durval,	77
Geddel Vieira Lima,	87
Walter Pinheiro,	109
Alfredo Tavares,	117
Paulo Fábio,	127
Nelson Pelegrino,	143
Sidônio Palmeira,	153
Carlos Alberto Dultra Cintra,	169
Péricles Santos de Souza,	177
Carlos Martins Marques de Santana,	193
Marcelino Galo,	205



APRESENTAÇÃO

O REGISTRO DA VITÓRIA

O PENSAMENTO DE ESQUERDA ganhou corpo no cotidiano dos brasileiros a partir do período de redemocratização. Não mais pelo medo, mas através da esperança de que as desigualdades deste país podem ser resolvidas. Com isso, se assumir de esquerda não é mais motivo de receio do vizinho ou mesmo dos familiares, ao contrário, em muitos setores da sociedade a esquerda construiu uma legitimidade sólida. As bases da esquerda estão conectadas a respostas visíveis nas condições econômicas e culturais da sociedade. Existem alguns reflexos concretos da chegada desse grupo aos instrumentos de poder no país: ampliação da cidadania, rigor sob a classe política, descriminalização dos movimentos sociais organizados e freio das privatizações. Essas conquistas não podem retroceder, ao contrário, devem ser somadas numa caminhada constantemente árdua e por vezes lenta, mas que se acelera em processos políticos como o narrado neste livro.

Se por um lado não atingimos o direito de votar na campanha das Diretas-Já! em 1984 e perdemos os pleitos presidenciais em 89, 94 e 98, no geral fomos crescendo em cada família de trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Até alcançar nosso grande trunfo eleitoral em 2002, a eleição de Lula à Presidência da República. Um migrante da seca nordestina que virou operário e líder sindical em São Paulo.

Já no governo federal continuamos a deparar com os altos e baixos. A busca da governabilidade levou diversos setores da esquerda a ceder na política econômica, nos debates sobre reformas essenciais ao país, como a agrária e trabalhista, e culminou com a crise no parlamento, com seqüelas no Executivo e no maior partido de esquerda do país e da América Latina, o PT.

Mesmo fragilizados, muitos setores da esquerda mantiveram a cabeça erguida para o horizonte de transformações almejadas. Afinal, naquele momento era preciso conter a fúria dos conservadores. E compreendemos que não bastava manter Lula no Palácio do Planalto, era necessário diminuir o poder secular, oligárquico e patriarcal, presente

8 NOVOS VENTOS BAIANOS

em cada canto do Brasil; e paralelamente retomar a pauta do socialismo dentro da própria esquerda e, posteriormente, no debate público.

Na Bahia nossa tarefa era uma das mais complicadas, pois ancorava um dos maiores símbolos da direita brasileira: um conjunto de práticas sociais sustentado pelo Estado, capital moderno, autoritarismo, pequenas oligarquias e monopólio dos meios de comunicação; muito além da figura do recém-falecido Antônio Carlos Magalhães.

Para o leitor ter uma noção de como essas práticas, denominadas de carlismo, se reproduziam nos pleitos, das últimas quatro eleições para governador eles levaram todas, e apenas uma teve segundo turno, em 1994. No Senado, apenas Waldir Pires foi eleito em todo o período democrático, também em 1994, mas, por forças “ocultas”, as urnas, ao serem abertas, deram vitória a um “afilhado” de ACM. Nas prefeituras municipais, câmaras de vereadores, Assembléia Legislativa e bancada federal, as coisas não eram diferentes. Mas o que poucos esperavam acontece: Jaques Wagner é eleito governador da Bahia em primeiro turno. O arco de alianças em torno da candidatura de Wagner também leva João Durval ao Senado Federal e amplia a bancada legislativa federal e estadual. Como se dá o processo de mudança na estrutura da política baiana – puxada pelo resultado das últimas eleições – e quais serão os desafios nos próximos anos são os pontos de reflexão primordiais desta publicação.

A opção é um livro de entrevistas, realizadas entre os meses de março e julho de 2007, coordenadas por quem vos escreve, sob o auxílio de Ivan Alex, secretário de comunicação do PT baiano, e o jornalista Pedro Caribé. Precisava-se registrar para o Brasil as opiniões das representações políticas que mais influenciaram, internamente, o processo da campanha e, conseqüentemente, a montagem do governo estadual, abarcando a pluralidade de um governo de coalizão. Também foi entrevistado um cientista político que acompanha com propriedade as modificações na política local, Paulo Fábio; dois publicitários que trabalharam na campanha, Sidônio Palmeira e Alfredo Tavares; e o desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra, ícone no processo de autonomia do Judiciário baiano. Buscou-se desde o começo algo que servisse para o presente e futuro, para que as próximas gerações possam caminhar com maior conhecimento da vida política do país em todas as suas regiões. E para que nosso povo possa reconstruir sua história não apenas por Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, mas tam-

bém pelo Norte e Nordeste. Na Bahia, a iniciativa é oportuna, pois o período de predominância do autoritarismo e da hegemonização cultural refletiu no hábito de discutir e fazer política. Neste trabalho está sintetizado o pensamento dos representantes políticos que governam o quarto maior colégio eleitoral do Brasil, sob a liderança de um partido de esquerda que jamais havia integrado o Executivo estadual. Com esse panorama, se torna fundamental tocar em questões pouco resolvidas no debate público, como: um projeto de sociedade refletido nas posições programáticas dos governos; a eficácia das forças de coalizão; o esgarçamento do Estado devido às políticas neoliberais; o combate à corrupção; e a relação entre os movimentos sociais, partidos, governos e empresários. Devido às peculiaridades do processo eleitoral, se destacaram questões como a fragilidade das pesquisas eleitorais, que hoje têm grande impacto sobre o eleitorado; o processo de costura das alianças, que facilitaram a vitória em primeiro turno; a postura do Tribunal Regional Eleitoral; e as estratégias de marketing, que são referências nacionais.

A publicação desse material simboliza, também, uma ressignificação social de um estado mais reconhecido por ser um berçário cultural através da Tropicália, Gregório de Matos, Jorge Amado e Glauber Rocha, e que agora busca recontar pouco a pouco a história das lutas populares ímpares do Brasil: Revolta dos Malês, Revolta dos Búzios, Sabinada, 2 de Julho, Canudos, resistência à ditadura militar por líderes como Zequinha Barreto e Marighella.

Nos anos recentes, muitos movimentos mantiveram a indignação do povo baiano quanto às desigualdades sociais e o autoritarismo: o 16 de maio de 2001, quando milhares de estudantes foram espancados pela polícia ao pedirem a cassação de ACM durante o escândalo de violação do painel do Senado; a Revolta do Buzu, em 2003, que desencadeou um movimento nacional pela melhoria dos transportes públicos; a comemoração de 20 anos de atuação destacada do MST no Estado, em 2007, lutando contra o trabalho escravo nas novas fronteiras agrícolas do oeste e monocultura do eucalipto vinculada ao capital internacional no sul; e a reorganização dos movimentos de luta pela moradia na capital e no interior.

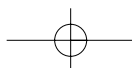
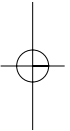
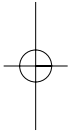
Tais movimentos, de forma direta ou indireta, confluíam para mostrar que eram necessárias modificações urgentes na política local. A mesma idéia estava presente na população que integra pequenas



10 NOVOS VENTOS BAIANOS

associações de bairros, sindicatos, trabalhadores rurais, eclesiais de base, ribeirinhos ou quilombolas.

Acontece nos meses de campanha e primeiros meses de governo uma ampla participação social em torno das forças políticas vencedoras, que, se por um lado está longe de um momento revolucionário, por outro não pode ser dissociada das transformações políticas da América Latina. Velhas oligarquias e governos submissos às políticas neoliberais caem constantemente em nosso continente, e na Bahia não foi diferente.



PREFÁCIO

TRISTE BAHIA, ATÉ AGORA

POR MUITO TEMPO, radicado em Brasília, mas sempre próximo da Bahia, eu revirava o estômago ao perguntar, a tantos e qualificados interlocutores da terrinha, o porquê da longevidade do carlismo, mesmo em tempos de democracia. Nunca me veio explicação plausível, nem de ignorância, nem de má-fé, para a absurda sucessão de governadores títeres, como César Borges e Paulo Souto, praticamente impostos eleitoralmente à população por Antônio Carlos Magalhães e, pior ainda, ratificados por urnas nem sempre confiáveis. Com a conivência criminosa de quase toda a mídia local, e parte importante da imprensa nacional, essa alternância de marionetes logrou sucesso e sucessores quase sem contrapontos críticos nos anos 1990, até a virada do milênio. Nesse jogo do poder, a Bahia foi sistematicamente entregue à turma de ACM em troca de votos no Congresso Nacional, ainda que o preço da permuta tenha sido uma produção ainda não dimensionada de miséria e desigualdade social em níveis africanos. Triste Bahia.

Por causa disso, em maior ou menor escala, nas últimas quatro décadas, todos os baianos tiveram que fazer uma escolha: gostar ou não de Antônio Carlos Magalhães. Aliás, mais do que isso. Cada cidadão da Bahia acabou convocado, em algum momento da vida, a dizer sim ou não ao carlismo, essa sombra política poderosa e nebulosa que se alimentava, furiosamente, de verbas públicas e furor regionalista, a ponto de imobilizar a história da Bahia em torno das vontades e dos desejos de um tirano. Ainda assim, por muitas vezes, a Bahia disse “sim” a ACM, prova de que o povo, qualquer povo, pode render-se à força do tacação e aos argumentos da violência como estratégia de sobrevivência. Pode, o povo, ser instado, por motivos múltiplos, a acreditar em destinos menores, mesquinhos, em posições subalternas, onde uns entram com votos e impostos para receber em troca espetáculos explícitos de autoritarismo, enriquecimento ilícito e loteamento privado de bens públicos. Assim foi a história da Bahia, até pouco tempo. Triste Bahia.

Eu estava na movimentada sala de imprensa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), naquele inesquecível 1º de outubro de 2006, quando

12 NOVOS VENTOS BAIANOS

uma sensação de pasmo geral tomou conta dos jornalistas presentes. Longe da Bahia e com informações filtradas (ou ignoradas) pela mídia, não havia um repórter ou analista de plantão que desse um tostão furado pela vitória de Jaques Wagner naquele pleito. Os institutos de pesquisa, no momento de maior boa vontade, haviam projetado, um dia antes, a vitória do carlista Paulo Souto, do PFL, por 10 pontos percentuais de diferença. Apenas Wagner e um núcleo restrito de sonhadores, entre eles o ex-governador Waldir Pires, acreditavam numa reviravolta. Deu no que deu. Os jornalistas conferiam os placares eletrônicos, mas não acreditavam no que liam: vitória de Jaques Wagner no primeiro turno, com 52,89% dos votos válidos, contra 43,03% de Paulo Souto. ACM estava derrotado e, a partir dali, começaria a morrer, também, fisicamente.

É preciso, contudo, fazer um corte no tempo para entender como, e por quais caminhos, as forças carlistas foram se dissipando e entrando em decadência, mesmo antes da derrota de Paulo Souto, em 2006, e a morte de Antônio Carlos, nove meses depois, em julho de 2007. Isso porque seria injusto creditar somente a Jaques Wagner e às atuais circunstâncias políticas do país, por ora, sob o comando do PT, a derrocada do carlismo na Bahia. Wagner foi o último e letal movimento do anticarlismo, um ideal de resistência nascido e crescido na luta contra o arbítrio, o desmando e a repressão. A vitória do petista rompeu um ciclo vicioso de autoritarismo e sangria dos cofres públicos, mas também se revestiu de uma imensa responsabilidade social e política. Lançou a Bahia, por assim dizer, nas mãos de um futuro ainda impossível de ser previsto.

Aliás, do futuro do governo Jaques Wagner vai depender o registro histórico da luta das forças políticas do Estado contra a tirania de Antônio Carlos. Se fracassar, poderá conceder ao carlismo uma aura de inevitável nostalgia, a ponto de garantir aos herdeiros de ACM, de sangue ou não, uma chance de recomeçar. Mas, se fizer jus aos votos de 2006, irá relegar os carlistas ao lixo da História e projetar, dentro de novas e civilizatórias perspectivas, os caminhos a serem seguidos pela administração estadual. Não será, certamente, tarefa fácil, nem será resolvida da noite para o dia. Mas se faz urgente.

A bem da verdade, a Bahia viveu momento semelhante em 1986, quando Waldir Pires, então no PMDB, derrotou Josaphat Marinho, candidato de Antônio Carlos Magalhães ao governo do Estado. Eu, particularmente, estive no *front* dessa guerra, como soldado raso do

jornalismo baiano, repórter da então combativa *Tribuna da Bahia*. Embora tenha terminado de forma melancólica, a primeira experiência eleitoral de combate ao carlismo demonstrou as potencialidades políticas da oposição na Bahia, onde, sempre que se uniu, as esquerdas conseguiram resultados favoráveis às forças populares. Naquele ano, ministro das Comunicações, homem forte da TV Globo no governo José Sarney, ACM havia cometido o delito de dar-se, a ele e ao clã por ele montado, uma emissora de televisão, a TV Bahia. Foi uma manobra eleitoral explícita, feita nas barbas da população, mas ainda na fase de maturação do controle eletrônico da mídia no Estado, que iria alcançar seu paroxismo uma década depois, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A sustentação midiática do carlismo, alimentada por um duto publicitário montado a partir do tesouro estadual, foi fatal para as oposições na Bahia, a começar pelo governo Waldir Pires. A TV Bahia, inicialmente montada com o sinal da extinta Rede Manchete, da família Bloch, logo foi presenteada com o espectro da Rede Globo, de Roberto Marinho – a quem ACM prestava, de fato, contas como ministro. A decisão de Waldir de abandonar o governo, desastrosa em todos os sentidos, para embarcar na nau furada da candidatura presidencial de Ulysses Guimarães, em 1989, apenas facilitou o processo de reocupação do carlismo no Estado. Para tal, contou, também, com a inefável ajuda do vice-governador Nilo Coelho, sucessor de triste memória de Waldir, protagonista de uma meia-administração com cores de tragédia inteira. As razões de Waldir Pires eram honestas, ademais, como tudo na carreira dele, porque visavam fortalecer o grupo político antagônico à candidatura de Fernando Collor de Mello, apoiado, claro, por Antônio Carlos e a tradicional camarilha oriunda da ditadura militar, aliás, na ativa até hoje.

A questão fundamental, no entanto, estava posta. Mesmo contra o monopólio da informação, e mais adiante contra uma máquina midiática utilizada para difamar e silenciar a oposição, era possível se interpor entre os interesses do carlismo e a abulia da população. Tal disposição jamais contou com ajudas externas, inclusive porque o tipo de cobertura jornalística dedicada a ACM em nada tangenciava a realidade da política baiana, fundamentada que sempre foi nas bravatas elaboradas e repercutidas a partir de Brasília, onde jornalistas costumavam seguir Antônio Carlos em animado préstimo pelos corredores do Senado Federal. Ressoavam, por assim dizer, os sinos de uma catedral

14 NOVOS VENTOS BAIANOS

defeituosa, onde a ladainha diária dizia tão somente sobre o amor à Bahia e o ódio destinado aos inimigos dela. Assim, por anos a fio, denunciar a bandalha carlista era o mesmo que ir contra a Bahia. Graças a isso, de tirano truculento e corrupto, Toninho Malvadeza foi conseguindo montar uma imagem nacional folclórica, de pai rigoroso e carinhoso, vingativo e arrependido, uma metáfora risível sobre a bipolaridade humana, virtuosíssima no bem, crudelíssima no mal.

Mas, se fora da Bahia o carlismo tornava-se sinônimo de autoridade patriarcal eficiente, alçado a símbolo de resistência regional e amor à terra, dentro do Estado o chicote e o dinheiro faziam a política caminhar. O mito do amor incondicional à Bahia caiu durante a gestão de Lídice da Mata, em Salvador. Eleita em 1992, quando então era dos quadros do PSDB, Lídice sofreu uma violenta perseguição política. Tanto, e de tal forma, que a população de Salvador passou a “saudar” as equipes da TV Bahia, durante as coberturas locais, com a palavra de ordem “TV Bahia, mentira todo dia”. Em nível federal, com a ajuda de Fernando Collor, ACM, então governador do Estado, usou todo o poder que tinha para minar a administração da capital baiana, de modo a sepultar o projeto político de Lídice da Mata e inviabilizar a continuação de outros governos de inspiração popular dali para a frente. O povo que se danasse. Ainda assim, a manobra foi um sucesso.

Enquanto as forças de esquerda do Estado se reorganizavam, a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto serviu para consolidar o poder do clã dos Magalhães, com ACM na presidência do Senado e o filho, Luiz Eduardo, na presidência da Câmara dos Deputados. Refém do carlismo, como nunca antes um político havia sido, FHC se viu na obrigação de nomear dois ministros que a ele sequer se subordinavam: Waldeck Ornellas e Rodolpho Tourinho. Em festas, eventos e inaugurações, o presidente da República passou a ser coadjuvante de Antônio Carlos, tal qual sempre foram, quando governadores, Paulo Souto e César Borges. Era de morrer de vergonha. Triste Bahia.

A soberba de ACM, aliada ao apetite desmedido de seus aliados e acólitos colocados em postos-chaves de arrecadação de dinheiro público, teve um papel fundamental na derrocada do carlismo e pavimentou, por assim dizer, a chegada de Jaques Wagner ao poder na Bahia. Antônio Carlos fez tantos inimigos que, a certa altura, conseguiu criar uma espécie de confraria sedenta por vingança que, baseada no PSDB e no PMDB local, foi importante na construção da aliança que iria der-

rotar Paulo Souto, em 2006, no primeiro turno das eleições. Antes, porém, a Bahia viveu um importante processo de desconstrução da rede de poder carlista, sobretudo no Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas do Estado, duas vigas que sustentaram, por várias décadas, o circo de horrores montado pelo carlismo.

Embora tenham se abrigado nas franjas do folclore, e não nos artigos do Código Penal, os episódios dos grampos telefônicos montados por ACM contra adversários políticos, e a quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado, em 2001, serviram para alertar o Brasil sobre o tipo de tirania instalada na Bahia. Mesmo a apavorada classe média nacional, aí incluída a elite branca de Salvador, que a cada ano frequenta praias mais distantes para não se misturar com a “negrada”, acusou o golpe. ACM passara de todos os limites e era preciso, portanto, ter coragem de enquadrá-lo minimamente nas normas legais do Estado democrático de direito.

Jaques Wagner havia sido derrotado pelo mesmo Paulo Souto, em 2002, também no primeiro turno das eleições estaduais. Naquela época, embora combatido na esfera federal, ACM ainda detinha grande poder na Bahia. Além disso, as votações nos grotões baianos ainda contavam com urnas convencionais, onde votos de papel apareciam e sumiam com a mesma regularidade. Em 2006, no rastro da popularidade do governo Lula e da efetividade do programa Bolsa Família, Wagner meteu-se, mesmo assim, em uma empreitada cheia de sombras. Os institutos de pesquisa e o noticiário desmentiam, descaradamente, o que qualquer um conseguia notar nas ruas de todas as cidades baianas durante a campanha: o carlismo estava morto, antes mesmo de seu criador, faltava apenas enterrá-lo.

O funeral carlista está eternizado, como símbolo, na imagem capturada pelo fotógrafo Luciano da Matta, na noite da derrota de Paulo Souto. Cabisbaixo, prostrado em um sofá do Palácio de Ondina, ACM parecia não acreditar no fracasso da velha fórmula de dominação do Estado. Nada dera certo: o uso inescrupuloso da mídia local, o derrame de verbas, as calúnias, as ameaças, as bravatas, os insultos. Nem o dinheiro, nem o chicote. Nada. Nem a passagem de um ano foi necessária para, quando da morte física de Antônio Carlos, se constatar a derrocada de uma era tristemente inesquecível da Bahia. Debaxo de um mau tempo, ACM foi enterrado sob aclamação de um público pífio, esquecido por aliados e dispensado por muitos dos parasitas que ajudou a criar. No final, o patriarca morreu só.



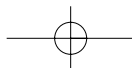
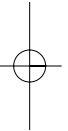
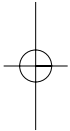
16 NOVOS VENTOS BAIANOS

Terminada a festa do bode, restou a Jaques Wagner um tenebroso espólio de poder e miséria, uma ruína administrativa difícil de ser percebida com clareza no todo, mas assustadora em cada detalhe. Contratos publicitários montados para lavar dinheiro, rombos fenomenais em empresas públicas, convênios fantasmas, escolas sem carteiras, hospitais sem remédios, analfabetismo, desemprego e um rol de dívidas mascaradas. Isso sem falar na pior das heranças, a ausência de uma cultura política de diálogo, substituída, durante o carlismo, pelo discurso autoritário e pelo servilismo humilhante de alguns pelegos.

Ainda é triste a Bahia colocada nas mãos de Jaques Wagner. Mas tudo é possível quando se tem como aliada uma vitória iluminada pela força popular.

LEANDRO FORTES, jornalista.

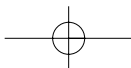
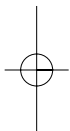
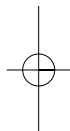
Brasília, 8 de novembro de 2007





entrevista

WALDIR PIRES



18 NOVOS VENTOS BAIANOS

NASCIDO EM AÇAJUTIBA, interior da Bahia, em 1926, Waldir brilha ainda jovem na política. Estudante da Faculdade de Direito, lidera organizações antinazistas à época da Segunda Guerra. Com 28 anos é eleito deputado estadual pela primeira vez, assim como o principal antagonista, Antônio Carlos Magalhães. E ambos são eleitos deputados federais em 1958, mas Waldir ascende mais rápido e, já em 1962, é candidato a governador da Bahia pelo PSD, com apenas 34 anos.

Sob o veto da Igreja Católica, perde o pleito por 3% dos votos, porém assume, em 1963, a pasta de consultor-geral da República do governo João Goulart. Atua com determinação no encaminhamento constitucional das leis de Remessa de Lucros e Reforma Agrária. É aliado do cargo pelo golpe militar de 1964 e, do exílio, vê o crescimento de ACM na Bahia.

Em 1986 reassume a liderança política no Estado como "filho legítimo da democracia". É eleito governador pelo PMDB com amplo apoio popular. Dois anos depois, se afasta para disputar a vice-presidência da República ao lado de Ulysses Guimarães. Deixa o governo nas mãos de Nilo Coelho, que desempenha uma administração pouco reconhecida, proporcionando a ACM uma volta ao poder com mais força em 1990, ano em que, ao lado de Leonel Brizola no PDT, Waldir é o deputado federal mais votado na Bahia. Não sintoniza com o gaúcho Brizola, depois tem uma passagem rápida pelo PSDB e segue para o PT, no qual disputa o Senado em 1994. Perde inexplicavelmente, por margem mínima, para o desconhecido Waldeck Ornellas, do PFL, o que o leva a entrar na justiça eleitoral para recontagem de votos. Mas nada acontece, afinal, era o auge do poder autoritário de Antônio Carlos na Bahia e no Brasil.

Quatro anos depois, é reeleito deputado federal pelo PT. Entre os destaques na Câmara está o projeto de lei que unificava as iniciativas de combate à seca. Com a eleição de Lula em 2002, assume a Controladoria Geral da União e ganha notoriedade no combate à corrupção, ao montar um sistema de transparência e acompanhamento dos gastos públicos em todo o país.

Assume o Ministério da Defesa em março de 2006, no processo de reestruturação do governo federal para as eleições. No mês de setembro inicia a crise área brasileira, e Waldir que fora chamado para cobrir um buraco do governo. Mas dessa vez é demitido, em julho de 2007, e erroneamente constringido pelo sucessor do PMDB, Nelson Jobim. Ao chegar na Bahia é recebido com reverências e homenagens.

A campanha de 1962

OS ANOS 1960 NO BRASIL representaram uma tentativa de darmos uma virada na concepção do processo democrático. Não propriamente as forças de esquerda – pois de esquerda, de forma conceituada e definida, era o Partido Comunista Brasileiro –, mas dentro do PSD e do PTB, partidos grandes da época, sobretudo o PSD, que nasceu de uma indicação de Getúlio Vargas no pós-guerra.

Temos em 1962, na Bahia, uma divisão mais ou menos clara de objetivos. A idéia que nos mobilizava – eu do PSD – não era ter eleições simplesmente, mas uma sociedade com reconhecimento dos exercícios da liberdade, que vença os preconceitos, as discriminações e incorpore todos os seus setores.

Portanto, tínhamos no começo dos anos 1960 a idéia de que a democracia não poderia ser formal, tipicamente, vamos dizer assim: liberal. Ou marcharíamos para uma concepção includente – cada um dos Estados lutando por definições claras de integração da população brasileira, ultrapassando o período das exclusões e desigualdades – ou não realizaríamos o processo democrático. De modo que em 1962, ainda muito jovem, fui candidato a governador na Bahia. Os mais velhos entenderam que era bom estimular uma candidatura mais jovem. E tínhamos uma inserção boa no meio da juventude e uma caminhada muito clara de defesa dos trabalhadores e assalariados. E a idéia de que na distribuição de renda você fortalece a democracia.

Era uma candidatura com muitas dificuldades, não tinha financiamento, uma candidatura que enfrentava partidos políticos com muito assento na estrutura do poder estadual, do governador do Estado, que era da UDN, e tinha apoio de áreas afortunadas. Foi um enfrentamento difícil, mas perdi a eleição por muito pouco, por 2,5% ou 3% dos votos.

Vivíamos um instante bonito de João XXIII, no Segundo Concílio, a opção clara pelos mais pobres, mas a Igreja na Bahia, do cardeal da Silva, que sabia que nunca fui comunista, vetou meu nome. Na ocasião eu disse a ele: “Nós somos uma república. Você sabe que sou católico”. Sou professor e fundador da Faculdade de Direito Católica da Bahia.

20 NOVOS VENTOS BAIANOS

Fiz minha vida toda estudantil em aliança com os comunistas, mas nunca admiti que para conseguir as igualdades precisamos suprimir as liberdades. Não aceito a ditadura de ninguém, nem do proletariado.

A Igreja me vetou e perdi por um número pequeno de votos. Em Salvador ganhei com margem pequena. A expectativa que me animava era ganhar com uma margem tão grande em Salvador que fizesse frente ao voto do sertão, em especial no São Francisco, que era uma espécie de feudo dos coronéis. Lomanto era um homem simpático, da minha geração, mas eram os coronéis, a organização social fechada e hierarquizada.

Então voltei para Brasília, era deputado federal. Meu mandato se esgotaria em janeiro de 1963.

A idéia de união das forças progressistas

Havia essa idéia. De 1958 a 1963, nesse mandato, tínhamos a noção dessa união muito clara em nível nacional e na Bahia. E ela se realizava na ação de cada dia, de cada projeto, por meio da pauta da Frente Parlamentar Nacionalista. As idéias básicas eram que o Brasil precisava de uma ordem política e uma sociedade includente para democracia. Sabíamos da necessidade de alianças, inclusive com as forças indecisas, mas talvez sem uma noção clara do controle da vida política para o andar das coisas. Tínhamos uma esfera assim na Bahia.

Os meios de que dispúnhamos eram muito limitados. Pude fazer uma entrevista com Yolanda e meus filhos pequenos, chegamos a ir em um programa de TV que estava começando a dar seus passos mais largos. Mas havia uma situação democrática formal, que no entendimento de nós todos tinha que ser substantiva. Não havia, porém, uma personalização muito clara, não havia um dono do poder. Nem mesmo o governador de então, Juracy Magalhães, que era uma pessoa de grande influência política como chefe da UDN. Com a ditadura é que vem a pessoalização do poder na Bahia.

Foi uma eleição muito bonita, ganhávamos na maioria dos centros urbanos. Mas no interior sucumbíamos por 2% ou 3%. Acredito que sem a interferência do poder religioso teríamos vencido.

Em 1963 deixei a Câmara, terminou meu mandato. Continuei lutando com as forças de pensamento progressistas, e pouco depois João Goulart me chamou para ser consultor-geral da República. Cargo

parecido com o de um ministro da Advocacia-Geral da União hoje. Tem a função cerimonial e de protocolo, equivalente a ministro de Estado, e define a linha de constitucionalidade e jurisdição dos atos da administração pública federal.

Em abril de 1964, fui cassado, na primeira lista. Por acidente das coisas acabei no exílio. Eu e Darcy Ribeiro saímos de Brasília, numa operação complicada, para o Rio Grande do Sul, onde o presidente João Goulart estava.

Na madrugada do dia 4, me encontrei com Darcy na fronteira do Brasil com a Bolívia, no Mato Grosso do Sul: íamos chegar ao Rio Grande contornando as fronteiras. Tivemos que ficar, porém, porque estávamos sem combustível, e naquela noite, pelo radinho de pilha, soubemos que à tarde Jango tinha ido para Montevidéu, pedindo asilo político.

Assim, não tínhamos mais por que ir para o Rio Grande. A nossa idéia era fruto de uma reunião: quem tinha mandato ia para Brasília, quem não tinha ia para o Rio Grande, para a construção de um governo de luta pela legalidade e pela vitória dos ideais republicanos. Dali fui para o exílio, para o Uruguai. É uma história longa...

A campanha de 1986

Voltei para o Brasil sem direitos políticos. Mas trazia uma clareza muito grande, a partir da companhia com exilados políticos. Deixara a Bahia, indo para a França, com consciência de que seria longa a ditadura. Depois, lecionando na universidade, com a vida financeira organizada, Yolanda levou as crianças. Mas com o AI-5, em 1968, ficou muito claro que teríamos uma caminhada difícil. Olhava meus filhos e parecia que a derrota deixava de ser episódica, que é política, que imobiliza o caminho democrático. Mas que atingiria o cerne da minha vida e de Yolanda, e ela pensava também isso. E decidimos voltar para o Brasil. Na França, havia acompanhado o Maio de 68, porque nas minhas aulas os estudantes iam todos. E não iam nas outras. Ficava preocupado. Não que me incluisse na luta deles, pois minha obrigação era não entrar no mérito político local, como exilado que era. Foi uma coisa muito bonita, fui ver alguns debates, no Teatro Odéon, no Teatro Sorbonne, inclusive com a participação de Cohn-Bendit, e como aquela articulação cresceu de forma forte. Acompanhei a grande caminhada da Praça da República até a Praça da Bastilha, que os movimentos progressistas faziam em Paris.

22 NOVOS VENTOS BAIANOS

Morava no subúrbio, perto de Saint-Denis, onde estão os restos mortais dos reis da França. Cinco minutos de carro e nove minutos de trem.

Mas 68 no Brasil foi o AI-5, o endurecimento completo. Gerador de um caminho muito difícil, deu origem a que estudantes se desencantassem e fossem para a luta armada. Sabíamos que não poderia ser assim, mas os processos políticos fogem de controle. No entanto, tive a obstinação de voltar ao Brasil, meus filhos não falavam português.

Conversei com Yolanda, mesmo que estivéssemos com a vida tranqüila – podíamos viajar pelo Mediterrâneo espanhol. Era barato, encontrávamos o mar, que sem o vento mistral parece com o da Bahia: morno, acolhedor, calmo.

Nossas crianças já eram adolescentes, não queria perder meus filhos para a pátria deles. Voltei carregando nossas coisas. Fiquei no Rio um tempo, trabalhando. Aqui na Bahia o governador já era ACM.

Para não causar mais transtornos aos nossos filhos, viemos e os deixamos no Rio. Já estavam se integrando, namorando. E Yolanda fazia parte da luta pela anistia, pela devolução dos direitos pessoais, fazia parte do Movimento Feminino pela Anistia, foi presidente da Liga Brasileira de Direitos Humanos.

Entreí no PMDB. Em 1982 fizeram algo estúpido: o voto vinculado, de modo que, se o eleitor votasse num deputado de partido diferente do que o do governador, o voto era anulado. Então apoiei Roberto Santos, fizemos aliança. Falei que não seria candidato a deputado, mesmo tendo chance clara e provável. Porque antes do golpe branco, eu pelo governo ia ser candidato do PMDB, por convenção. Mas deixei para ter a união de nossas forças que iam apoiar Roberto Santos. E fui candidato ao Senado.

A mesma posição tomou outro baiano, este extremamente dotado e inteligente: Rômulo Almeida. Era o presidente do PMDB na ocasião. Fizemos uma chapa composta por Roberto Santos. Ganhamos em Salvador e perdemos no interior, maioria.

Dali sairia naturalmente minha candidatura a governador. Em todo canto da Bahia que chegava era uma convocação das bases locais, juventude, sindicato, trabalhadores, donas de casa. Veio a luta pelas Diretas, estive nos grandes comícios. Percorri município por município. Não tínhamos acesso à TV ou divulgação, era um corpo-a-corpo muito grande. Eu chegava em municípios e falava para três, quatro, cinco pessoas. Há retratos meus com um tamborete e um cachorro, mas sabia que por trás das janelas tinha gente me ouvindo.

Já estava na Anistia, foi uma batalha bonita, perdemos as Diretas, perdemos a condução do processo. O caminho político carece de uma reflexão permanente, sobretudo num país como o nosso, de tradições oligárquicas. Muitas vezes um erro político pode resultar num retrocesso.

Como enxerga a democracia baiana em 86

Minha campanha foi feita em termos de libertação, mudança social, política. Liberdades, igualdades, dignidade da pessoa humana. Mudança era isso e foi. E nunca transigi nos princípios essenciais. A idéia básica de resgate da vida social, incorporação da população no processo político. Não era apenas atribuir o direito de votar – há manipulação do voto muitas vezes – mas restaurar a base das condições sociais. Isto é, a capacidade de assegurarmos na sociedade que as pessoas tenham suas necessidades dignas e satisfeitas. A necessidade de comer, morar, conviver sem discriminações. Sabia que era uma coisa difícil, mas fizemos a luta toda nessa linha.

Os meios de comunicação não tinham uma posição segurada do carlismo. Essa coisa foi a partir de ACM como ministro das Comunicações. Aí ele atribui dos poderes das rádios e Tvs. No meu governo dificilmente a TV Bahia fazia uma entrevista comigo. Como governador da Bahia não tinha direito a isso. Nem mesmo com matéria paga para divulgar o governo. Naquele momento era um resgate da dignidade política da Bahia! Tinha consolidado um cenário difícil.

Em Salvador enfrentei o hábito de impedir o povo de trabalhar próximo à cidade. Pois grande parte das terras públicas, de 1968 em diante, foram apropriadas. E interferimos muito para que a população desprotegida pudesse morar mais próximo. Quase sempre foi a única forma de ter acesso ao mercado de trabalho. A Bahia atrasada, com muitas carências. Nosso governo era de resgate com a sociedade.

A composição política em 86

A ditadura fez uma manobra muito astuta. Depois de passar um período suprimindo as liberdades, negando os partidos, só com o bipartidarismo – MDB e Arena –, ela passou a defender o pluripartidarismo amplo.

24 NOVOS VENTOS BAIANOS

Lutei muito contra isso. E dizia: “Temos que estar unidos. Essa coisa é absurda, abrir o pluripartidarismo e nos dispersamos. Primeiro temos que derrotá-los, garantir as normas e instituições reais. Temos que derrotar as oligarquias e visões estreitas e mesquinhas da sociedade”.

Sempre tive uma visão contra isso. Me sinto feliz, julgo ter ganho quase tudo na Bahia. Foi uma beleza de vitória. Depois tivemos uma parte de opressão, pois ACM estava forte.

Os desafios em 86

Tinha estabelecido os decálogos, os princípios a seguir. Imaginei que as coisas não se tornassem tão fechadas para nós. Tinha sido ministro da Previdência, tenho honra de dizer que pegamos e transformamos. Tinha mais de dez anos de déficit. E incorporamos áreas marginalizadas como índios, trabalhadores mais velhos, o mundo rural, asseguramos a saúde para todos eles. Uma série de atos de inclusão. A minha relação era boa com Sarney. Fui nomeado por Tancredo e Sarney manteve. ACM também tinha sido nomeado por Tancredo.

Tancredo, um democrata mineiro. Ulysses, um paulista. Os dois eram muito amigos. Tancredo faz a união e torna-se governador em Minas. E Ulysses na luta da Frente Liberal. E eles se entenderam. Foi uma coisa partilhada e consentida. Em 1989 se tratava de fazer a primeira eleição depois da ditadura, pelo voto do povo brasileiro. Passei a receber em Ondina dezenas de delegações diariamente. Mas achava que não era minha hora. Resisti muito. A pressão foi de tal natureza que fizeram com que consentisse que meu nome fosse para a convenção nacional. Havia duas candidaturas. Uma era Ulysses e a outra era do “Centrão”, um grupo conservador do PMDB. Quase ganho a convenção. O “Centrão” passou a ter menos votos que o esperado e Ulysses ganhou por vinte e poucos votos de diferença. Sem ter ido lá. O pluralismo produziu um leque grande de nosso lado: Ulysses, Mário Covas, Roberto Freire, Lula e Brizola.

Só existia um governador do PFL, o resto era do PMDB. Mais de 1.500 prefeitos. Desceram aqui todos dizendo “você tem que unir o PMDB”. Eram madrugadas sem dormir, tinha e tenho a convicção de que devíamos conduzir o processo político brasileiro, ou nenhum Estado conseguiria fazer algo particular. Tinha que unir a União.

Foi algo muito pesado em minha cabeça. Viver os dramas nacionais. Como é possível eleger Collor? O primeiro candidato depois de derrubada uma ditadura. Pela incapacidade, pela incompetência política. Sendo tolerada a pulverização de partidos. Naquela ocasião, maio de 1989, Ulysses tinha 7% nas pesquisas. Lula e Brizola tinham 10% ou 11%. Com o apoio da mídia, Collor disparava na frente. E foi uma derrota esmagadora.

A volta de ACM na Bahia

Me afastei para preservar a caminhada do país e da Bahia. Todos os outros não mudaram nada nos Estados. E a Bahia poderia ser inspiradora e fortalecedora do caminho nacional.

A rearticulação das oposições na Bahia e os motivos de Wagner concorrer

Achei sempre que Wagner podia ganhar. Na medida em que nós e ele fôssemos capazes de coordenar o crescimento da unidade das forças anticarlismo, desde 1986. Wagner é uma pessoa muito ligada a Lula, é uma figura do PT ancorada nos esforços iniciais da fundação do partido. Lula tem uma relação pessoal e política com Wagner. O pessoal se surpreendeu muito com a eleição de Wagner, mas eu não.

Lembro bem que ia no carro com Wagner e Fátima no dia de votação. E disse aos jornalistas, às 9h da manhã: “Wagner ganha no primeiro turno”. Ele soube articular. Na medida que você sugerisse ao povo que nós tínhamos um pensamento articulado, que era possível ganhar, o povo decidiu. No fundo, o povo fica numa posição de resignação, desapeço, quando as forças políticas não dão conta do que é necessário fazer, suas responsabilidades. De que é preciso solidariedade com as aspirações do povo. Não era possível dar continuidade a um governo que, a rigor, não vê sua população. Tudo era uma forma de expressão para ganhar na mídia e não na realidade.

Creio que foi decisiva a junção de habilidade política, vivência e lealdade de um rumo só que Wagner tomou desde o início. Faço muitos votos que Jaques Wagner continue lutando e realize as tarefas dentro da sua trajetória, que são esperadas e desejadas pelo nosso povo.



O momento político da Bahia

Evidente que todas as condições estão postas. Um governador no perfil de Wagner. Uma relação muito boa com o governo Federal. O presidente da República do mesmo partido. Alguma coisa de muita importância. Eu, que vivi essa experiência, sei o que é isso. Na minha administração o presidente era contrário. Vi negar o financiamento para um problema básico da população, da vida de Salvador; um projeto de habitação muito bonito – “Minha casa direito de morar” – seria uma grande realização para o povo. Por pressões, o dinheiro foi para financiar um shopping particular.

São coisas que não podem existir na realidade hoje; é um instante raro, forte, se trata de ver a inclusão social na Bahia. Essa é a revolução democrática básica. Aprofundar nossas reformas políticas, voltar nossa preocupação para o destino dos recursos públicos, para modificar as desigualdades, essa exclusão absurda.

A questão não é da Bahia, Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo. A dificuldade de convivência social é sentida no país inteiro. Mas Lula está imprimindo uma concepção nacional de inclusão e descentralização. Ao mesmo tempo, de participação na distribuição da renda, que se dá via salários, e se dará muito por via de empregos. Uma reformulação da vida econômica de nosso tempo, no Brasil e no mundo, em que se tem o conflito gigantesco pelo crescimento da inteligência humana. Pelo resultado disso no avanço da ciência e tecnologia e o que representam a ciência e tecnologia na exclusão do emprego. Cada avanço do processo tecnológico, em vez de inclusão, é de exclusão por mecanismos sociais e econômicos. Não pode ser tolerado. Vejo com muito otimismo a decisão do nosso povo de encontrar seu rumo.

Essa posição do governo Lula com os governadores mais próximos dele – seguramente a Bahia é a mais próxima, com a relação fraterna entre Wagner e Lula. E a nossa decisão comum de lutar, para que se consolide um projeto dessa natureza. A democracia é decisão de inclusão, se não, não é democracia.

A dificuldade de manter um governo de coalizão

Em primeiro lugar, você tem que governar de acordo com as regras do jogo. O jogo da Constituição e da legalidade. Governar em que

rumo? Com seus compromissos. Qual é o nosso compromisso? A grande dívida social e o nosso desenvolvimento econômico. Em termos nacionais, a inserção do Brasil nas decisões mundiais. Na Bahia temos uma personalidade inteligente, que é Wagner, capaz para realizar essa etapa da diminuição das diferenças sociais: a dívida social ser resgatada por via do que quer o governo federal e o governo do Estado. A mesma coisa no plano econômico: fazer o desenvolvimento setorial e global da Bahia. Escolher as prioridades, definir as limitações impeditivas do desenvolvimento. Fazer com que, no mundo rural e agrícola, do comércio e dos serviços, estimulemos regras capazes de promover sua expansão e ao mesmo tempo incluir. Algumas mudanças essenciais só se darão no plano nacional e internacional, de mudar a regra do jogo que está posta, que é flexibilizar no trabalho para excluir. E conseqüentemente realizar as etapas da inteligência humana sem passar a uma parcela da população o que resulta desse processo. É um momento muito sério do mundo contemporâneo. Do governo a serviço de todos, não a serviço de famílias privilegiadas. Hoje nos encontramos numa fase parecida com essa e, no meu entender, das mais decisivas da história da civilização. Para que, com a velocidade da tecnologia de hoje, possamos ter uma velocidade da inclusão social.

Outro desafio de Wagner é um governo há muito tempo nas mãos de forças conservadoras. Quais são as forças que Wagner irá enfrentar?

Não são tão diferentes, são parecidas. Hoje ele vai enfrentar isso em aliança com o governo federal. Ele teve mais sorte. Esse desafio de governar sem ter maiorias eleitorais é uma coisa importante, porque temos que governar com as forças da forma que for possível. Os valores essenciais são extremamente importantes. Eles dizem respeito à pessoa humana, à condição humana. Tudo o que possa viabilizar a pessoa humana não pode dar acordo. Creio que Wagner irá sair disso. Ele vai definir uma etapa, não é fácil. São tantos anos de deformação e convivência com um estado de opressão social. Mas a população avançou muito, a cidadania avançou. Creio que estamos no caminho, tanto no Brasil quanto na Bahia.



28 NOVOS VENTOS BAIANOS

A saída do PMDB e a ida para o PT

Voto em Lula desde 1989. Para mim foi a definição que não teria variação. Entrei em 1996, não poderia ter sido antes. Ia enfraquecer as forças progressistas. Foi a campanha de 89 no segundo turno. Fiz em todo o primeiro turno, depois 1998 e 2002. Vejo a Bahia num quadro bem melhor, temos a atuação do Poder Judiciário infinitamente melhor do que há vinte anos atrás. O que aconteceu comigo em 1998 foi um roubo, indignidade. Hoje não seria mais possível.

O Ministério Público avançou, a cidadania está avançando. Creio que seremos uma grande nação e a Bahia, um Estado poderoso, rico. A renovação da energia terá repercussão enorme na economia baiana. Creio que teremos um desenvolvimento de acordo com sua altura e suas potencialidades.

A área agrícola pode sofrer as alterações da política de inclusão. Na área industrial já temos uma posição forte, e poderemos crescer muito. A questão do biodiesel pode ser extraordinária, com raízes que serviam aos setores antigos, como óleo e mamona. A mamona no semi-árido é fantástica. E um mercado em demanda permanente. Mas, sobretudo, a vontade política de olhar para o patrimônio humano: que cada pessoa, cada mulher, cada criança, cada jovem, seja cidadão desde o início, capaz de enfrentar os tempos da submissão.

Diálogo com Wagner

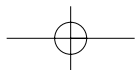
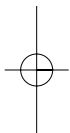
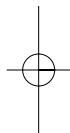
Quando possível, sempre que possível. Nosso tempo é complicado, não temos muito tempo, mas vamos cuidar de nos vermos mais.





entrevista

VALMIR ASSUNÇÃO





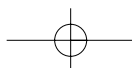
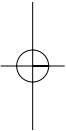
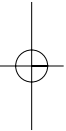
30 NOVOS VENTOS BAIANOS

COMEÇA MILITANDO nas organizações de jovens da Igreja Católica, no extremo sul da Bahia. Participa da fundação do MST no Estado, em 1987, estando à frente da primeira ocupação do movimento. Será o primeiro negro e nordestino a integrar a direção nacional do MST, no qual, é uma das principais lideranças.

É candidato a deputado estadual nas eleições de 1998 e 2002, ficando em ambas com a suplência. Somente em 2005 chega à Assembléia Legislativa com o compromisso de lutar pela destinação das terras devolutas para a reforma agrária e pela regulamentação do plantio do eucalipto no sul do Estado. Já no primeiro mandato assume a vice-liderança da bancada do PT e preside a Comissão Especial de Assuntos da Comunidade Afro-descendente.

Nas eleições de 2006, é o deputado estadual mais votado do PT. A atuação nos movimentos sociais e a inserção na tendência petista Articulação de Esquerda os levam ao cargo de secretário estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. A ascensão se deve também a antiga proximidade com o governador, com o qual chega a fazer dobradinha – estadual e federal – nas eleições de 1998.

A participação de Valmir no movimento social coloca-o mais à esquerda no partido. É presença constante em atividades do MST, como as marchas de Brasília e Salvador no “Abril Vermelho”. O líder camponês engrossa as queixas do movimento à política agrária do governo Lula, que prometem não ser menores na Bahia, devido aos altos índices de concentração fundiária e trabalho escravo.



Relação com a candidatura e governos

PARA EXPLICAR MINHA CANDIDATURA tenho que explicar a história de minha atuação no MST. Entrei em 1987, na primeira ocupação de terra, no projeto 40/45, no município de Alcobaça, mais ou menos seiscentas famílias. E participei da organização e inserção do movimento. Em dezembro já era da direção estadual do MST, no ano seguinte fui para a coordenação nacional e em 1989 já estava na direção nacional. Com a necessidade de expansão do MST no país, principalmente no Nordeste, onde tem muito sem-terra, surgiu a necessidade de formar dirigentes nordestinos. E fui um dos primeiros dirigentes nacionais, juntamente com Jaime – que é catarinense, mas foi um dos primeiros dirigentes do Nordeste a construir não só na Bahia como em outros Estados. Naquela época as lideranças do Sul ajudaram muito a me constituir como liderança do MST. Naquele momento tínhamos a compreensão de que nossa luta era um passo para fazer a revolução. Com o clima e situação tão grande de pobreza no campo, achávamos que uma organização como a nossa chegaria à revolução de forma muito rápida e sem a via eleitoral. Era essa a compreensão de alguns dirigentes na época, mas não era debatida. E éramos muito estimulados a participar com esse intuito.

Então você vai passando e compreendendo como funciona a política e a luta no campo, e vendo que o MST não ia fazer sozinho a mudança estrutural no campo. Por ter entendido essa situação, começamos a nos articular com setores das cidades. Por isso nos aproximamos muito dos companheiros do PT. Como só tínhamos um deputado estadual, Alcides Modéstio. Não havia condições de acompanhar todas as regiões do Estado, tampouco as atividades do MST.

E sentíamos no PT um apoio decisivo na questão da reforma agrária. Precisávamos de um deputado na Assembléia Legislativa para defender a reforma. Num encontro estadual de 1993, no projeto 40/45, o MST decidiu que eu deveria ser candidato a deputado, e fui escolhido por unanimidade, exceto por mim, que era contra.

32 NOVOS VENTOS BAIANOS

O movimento procurou encontrar alguém com mais possibilidades eleitorais que eu e que defendesse a reforma agrária. Foi aí que encontramos frei Dílson, candidato a deputado estadual eleito em 1994, e depois, em 1996, eleito prefeito de Itamaraju. Então abriu-se a possibilidade de eu ser candidato a deputado estadual, pois tinha o apoio do prefeito de Itamaraju. Na região tinham o sentimento de fazer um deputado estadual do extremo sul.

Fui candidato em 1998, perdi a votação, mas foi expressiva, fiquei na quarta suplência, se não me engano. É lógico que íamos para uma disputa na outra eleição. Fiquei na terceira suplência, com um debate nacional no MST de crítica ao processo eleitoral. Mas na Bahia tínhamos uma força grande, foi a primeira direção estadual constituída de pessoas do próprio Estado. Eu era da direção nacional, e fizemos lutas importantes na Bahia, o que dava muito respeito ao MST.

O MST sofria muita influência do Rio Grande do Sul, onde tinha deputado, prefeito, vereador. Então por que a Bahia não poderia ter também? Mesmo com as críticas nacionais, sempre houve rivalidade entre Bahia e Rio Grande do Sul, para ver quem fazia mais caminhada, ocupação, mobilização. Lógico que no processo eleitoral não era diferente. Então foi o início da definição da minha pessoa como candidato.

Nosso entendimento continua sendo que o processo eleitoral não é incompatível com a luta pela reforma agrária. Porque acredita que a reforma agrária precisa do apoio da sociedade, e se temos quadros do MST que podem fazer essa disputa institucional, vamos fazer. Não há nenhuma resolução nacional proibindo a disputa eleitoral.

Existe uma crítica ao governo Lula, pois não conseguiu fazer um plano de reforma agrária que a efetivasse no país. Por não ter feito plano e por Lula sempre ter defendido a reforma, as críticas são necessárias, pois o presidente não conseguiu alterar o crédito, a desapropriação, ou seja, a estrutura agrária brasileira. Se o presidente entra no segundo mandato e não resolve isso, é natural que cheguem as críticas. O presidente tem uma relação estreita com o MST, mas as críticas partem tanto do MST quanto de outros segmentos, como o próprio PT.

O MST e a campanha de Lula para o segundo turno

Mesmo com o resultado do primeiro mandato de Lula, houve uma avaliação no segundo turno – eu e muitos não achávamos que ia ter segun-

do turno e resolvemos apoiar Lula. Por aquilo que ele sempre defendeu, e porque tínhamos que fazer uma opção entre um projeto e outro. Alckmin era todo um retrocesso, tínhamos acompanhado a atuação dele em São Paulo quando governador reeleito e vice, e como é um Estado com enfrentamento no Pontal e muitas terras devolutas, contra o governo do Estado, víamos que ele não faria reforma agrária no país.

Isso permitiu criar uma unidade nos movimentos sociais em defesa da reeleição do Lula. Mesmo acreditando que no segundo mandato não fará a reforma agrária. E, do jeito que está composto o governo, é possível que tenhamos retrocesso.

Mas o apoio não se dá aí, e sim no momento mais agudo da crise, quando a direita foi para cima do presidente Lula. E os movimentos sociais protocolaram uma carta defendendo o presidente da República. Quando os movimentos realizam o ato, consolidam uma relação que ocorre no segundo turno das eleições.

As articulações da campanha de Wagner e o MST

Num processo eleitoral após quarenta anos de domínio de um grupo político, os movimentos sociais e partidos de oposição colocam como meta vencer. Quando você coloca a vitória na frente, muitas vezes esquece as relações antigas com determinados grupos ou partidos de centro e de direita que conviveram no passado com tais grupos políticos. Na Bahia não foi diferente, estabelecida a vontade de ganhar o Estado colocando Wagner como governador. E isso extrapolou o limite. Na campanha tinha deputado de direita apoiando Wagner ou Lula, porque a meta era derrotar o carlismo.

Por isso pudemos fazer tudo sem crise, sem problema, já tínhamos estabelecido essa unidade de pensamento nos movimentos sociais e nos partidos. Fizemos alianças com muitos partidos de centro que hoje têm reflexo na estrutura de governo de Wagner. Agora, a vitória de Wagner foi importante para o Brasil e para todos nós do PT, mas sempre acho que tem algumas coisas que não podemos esquecer.

Todos os anos de busca pelo Estado, de Edival Passos, Zezéu, Gabrielli, tudo foi um processo de construção na Bahia. As pessoas acham que a vitória de Wagner se deu devido às alianças. Não acho que foi bem assim. Primeiro, havia um desgaste muito grande do grupo comandado por ACM. Segundo, havia uma possibilidade muito grande

34 NOVOS VENTOS BAIANOS

de vitória de Lula no Estado, mais de 70% apóiam o presidente da República. E, terceiro, o PT conseguiu uma unidade interna de modo a fazer uma aliança com muita tranqüilidade. Esses ingredientes, aliados a nossa postura histórica, possibilitaram a vitória.

Em muitos Estados houve aliança ampla e não houve vitória, não pode traduzir assim. Tem fatores que aponte que são determinantes para vencer. O candidato Wagner é o candidato do presidente, do PT, foi ministro e conseguiu as alianças. Todo esse acúmulo permitiu ganhar a eleição.

A eleição como o mais votado do PT e a idéia de quanto mais ao centro mais votos

Primeiro, as marcas que tenho de ser do movimento social me dão orgulho. Segundo, faço parte de uma tendência no PT que também me traz orgulho, que é respeitada. Essas duas características são importantes para mim. Fui eleito como o mais votado do PT, vinha de dois anos de suplência na Assembléia Legislativa. Fizemos alguns projetos importantes, como o que determina o zoneamento ambiental do Estado. Discutimos na Assembléia, levamos para a imprensa. Outro projeto foi o das terras devolutas, que regulamenta a Constituição estadual na capacitação das terras devolutas para o Estado

O outro foi o Estatuto da Igualdade Racial. Os três ajudaram no diálogo com a sociedade e fizeram com que as pessoas entendessem que na Assembléia Legislativa eu seria importante para os projetos sociais. Mas minha votação não é de mim próprio, é um trabalho coletivo. Tive o apoio do MST em todos os lugares do Estado, da Seta e do Movimento Negro, em maioria, de religiosos, quilombolas. Sempre atribuo a votação à condição partidária que nós temos, de disputa ideológica em prol dos movimentos sociais. E a uma tendência do PT que elegeu o presidente estadual. Então, o resultado final é a eleição.

A opção de ir para a secretaria

Pela importância que tem no Estado a Articulação de Esquerda, lógico que o governador ia discutir com a gente uma secretaria para a tendência. Quando pensamos um nome na tendência e nos movimentos, o

meu não era incluído. Imaginava consolidar nosso trabalho no Poder Legislativo, numa conjuntura nova, principalmente como porta-voz dos movimentos sociais.

O governador Wagner teve a capacidade fantástica de montar as secretarias. Não é à toa que não houve reclamações nos partidos aliados. E quando pensou em contemplar a Articulação de Esquerda no primeiro escalão, ele decidiu que eu deveria ser secretário de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Social. Porque assim contemplaria a AE e os movimentos sociais e mostraria para a sociedade baiana todo o trabalho que sempre tivemos juntos – fizemos no MST dobradinha dele com frei Dílson, em 1994; em 1998 fizemos com ele para federal e eu para estadual, foi a única dobradinha que fiz na Bahia – e o trabalho dele no Congresso defendendo a reforma agrária. E por ter se aproximado do MST ao longo dos anos, ele sugeriu que eu fosse secretário.

Esse conjunto de questões me levou a ser secretário, mesmo não esperando e não me preparando para isso. No MST, AE e PT foram todos a favor. Então me tornei um instrumento das organizações sociais do governo do Estado, para fazer um trabalho importante. É uma experiência nova, nunca fui secretário nem de associação. Agora como secretário de Estado, estamos fazendo um esforço pra implantar o Suas – Sistema Único de Assistência Social do Estado. Um trabalho para combater a pobreza e fazer com que as pessoas se organizem mais, pois a pobreza não é só de alimento, é também de participação política. Vamos trabalhar muito para não decepcionar as pessoas.

Fomos eleitos para transformar e mudar a realidade de nosso Estado. E estamos dando continuidade a tudo o que fizemos em nossa história. Teremos muitos enfrentamentos, pois a direita da Bahia não absorveu e não absorverá um negro, pobre, sem-terra, de Nova Alegria, ser secretário de Estado. Para a direita é uma desmoralização, já que construíram uma estrutura achando que iam ficar até a eternidade no poder. Mas estamos numa democracia, finalmente consolidando uma República na Bahia. E isso permite que pessoas iguais a mim, filhos do povo, ocupem espaços importantes na nossa sociedade. Estou muito contente e orgulhoso de ser o deputado mais votado, que não era meu objetivo, e agora secretário, enquanto aumentam as responsabilidades.

Apesar de ser o sexto colocado no índice de riqueza, o Estado é um dos piores no de pobreza. Tem 22 milhões de hectares de terra devolutas e não tem na Constituição estadual como resolver isso. Além da pobreza nas cidades, fruto da imigração vinda do campo. São problemas a ser resolvidos, especialmente num governo que não tem um programa claro.

Bom, vou explicar ao Sistema Único de Assistência Social – Suas –, que tenta integrar município, Estado e Federação, todos tendo responsabilidade numa política de Estado e não de governo. Pretendo construir essa política no Estado.

Outro grande desafio é o projeto de inclusão. A Bahia tem 1,4 milhão de bolsas-família. Isso significa que quase a metade de nossa população vive com no máximo R\$ 90, o valor máximo da bolsa. Isso mostra que, mesmo sendo a sexta economia e a quarta em população, está em 22º no quesito igualdade social. Então temos que construir políticas para afetar o quadro de desigualdade social.

Não adianta se iludir achando que em quatro anos vamos resolver os problemas estruturais. Mas é possível construir uma política capaz de fazer esse enfrentamento. Um trabalho que chamamos de transversal, por se articular com outras secretarias. Combate à pobreza não deve ser política de uma secretaria, mas de governo.

Então chegam os desafios. Temos que aprovar um projeto de lei na Assembléia para regulamentar a situação das terras devolutas no Estado. É preciso que a Bahia incentive e invista na agricultura familiar, no pequeno agricultor e na reforma agrária. O cacau no sul, a soja na região de Barreiras, um pouco de fruta em Juazeiro, e eucalipto no extremo sul. O eucalipto, por sinal, é um dos que mais detêm incentivo do governo federal. E ainda pode chegar a cana-de-açúcar no extremo sul e no oeste. São monoculturas que expulsam o homem do campo empurrando-o para as periferias das grandes cidades, que não têm estrutura de geração de emprego e trabalho, gerando as condições de miséria nas grandes cidades do Estado.

Precisamos descentralizar a indústria. Tirar do entorno de Salvador, ir para o maior número de cidades. Segundo, delimitar o plantio da monocultura. Não é possível dar incentivo e aceitar que a monocultura utilize terras sem regulamentação. Terceiro, é preciso que o governo tenha uma política para os assentamentos de reforma agrária.

Outra prioridade é a educação: nosso Estado é o pior em qualidade da educação e combate ao analfabetismo. Então, se no combate à pobreza é preciso ter ações vinculadas com as demais secretarias, temos que ter contato direto com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e, principalmente, a de Educação. Também é preciso estar atento à questão racial, o governo precisa criar uma política de reparação na região metropolitana, onde 80% são negros. É preciso políticas específicas para reparação, especialmente para nossa juventude.

O trabalho escravo

O governo ainda não consolidou, em quatro meses, uma proposta acabada. Sobre terras devolutas precisa de um projeto de lei, é uma discussão com os movimentos rurais, Assembléia Legislativa, Procuradoria do Estado. Não conseguimos ainda viabilizar um grupo de trabalho ou proposta acabada, mas é um compromisso. E o governo vai trabalhar para isso.

Com relação ao trabalho escravo, são duas ações. Primeiro, a legislação: as terras com trabalho escravo têm que ser desapropriadas para a reforma agrária. O governo federal tem dado passos importantes, mas no Estado não consolidamos uma ação no sentido de agilizar a liberação dessas terras. O trabalho escravo é da alçada da Secretaria do Trabalho, e terras devolutas são responsabilidade da Secretaria de Agricultura. Nós temos uma responsabilidade, devido a nossa origem, de articular tais ações dentro do governo.

A secretaria e o assistencialismo

A antiga Secomp gastou nos últimos quatro anos quase R\$ 1 bilhão anual em projetos específicos. Projetos de que estamos fazendo um levantamento para possíveis continuidades, e não achamos nada. Isso porque a Secomp se destinava a projetos específicos, convênios para viabilizar determinados prefeitos ou associações. Primeiro, devemos explicar à sociedade que a Secomp, como foi pensada e administrada, acabou. Essa secretaria tem um papel estratégico importante no governo do Estado. Abarca a Fundação da Criança e do Adolescente, através de medidas sócio-educativas, e a Defesa Civil, que se antecipa às ações de emergência no Estado.

38 NOVOS VENTOS BAIANOS

Temos duas superintendências, uma de assistência social e uma de inclusão e assistência. Vamos trabalhar para que todos os recursos do governo estadual vão para o fundo de assistência social. Ao mesmo tempo repasse para o fundo da assistência municipal. Isso muda o papel da secretaria, que não será o de agradar grupos nos municípios. Estamos construindo uma política de Estado.

A secretaria tem o papel de administrar todos os recursos e ações do Ministério do Desenvolvimento Social, uma política que foi responsável pela reeleição de Lula. O Bolsa Família e demais benefícios estão em nossa secretaria.

No caso da Fundação da Criança e do Adolescente, trabalhar com as empresas que dizem ter responsabilidade social e as pessoas que querem contribuir na área, com dedução do imposto de renda. Isso possibilita estabelecer ações na área da criança e do adolescente. A dedução no imposto de renda não é doação, é contribuição.

Já foi constituído um grupo de trabalho para segurança alimentar e nutricional, que foi a primeira conferência do governo Wagner. Fizemos doze regionais e uma estadual, com ministro e governador presentes, no sentido de incorporar a orientação da sociedade civil e movimentos sociais. E caminhou para a Assembléia Legislativa criar uma lei de segurança alimentar e nutricional no Estado. O que significa ter um instrumento legal, em que município, Estado e sociedade terão suas funções.

Isso tudo é para não ficarmos em projetos assistencialistas, que não resolvem os problemas. É para fazer com que a sociedade participe e crie mais consciência política. E ao mesmo tempo apresente o fruto da participação que vai ao encontro das necessidades sociais.

Por isso estamos elaborando com o Ministério de Desenvolvimento Social um programa para famílias assentadas, trabalhando num projeto de cisternas, e, junto com a Secretaria de Agricultura, o incentivo à caprinocultura. Tem o programa do leite, do governo federal, para crianças de pré-escola de nosso Estado. Não avançamos mais porque o governo estadual anterior não estava cumprindo as metas. Saímos de cerca de cem municípios para 149 atendidos. Saímos de 67 mil litros para 100 mil por dia. E estamos incorporando uma política para os quilombolas.

Estamos construindo uma política que seja estruturante. Há outros programas como Terra de Valor, que é da Secretaria de Desenvolvi-

mento Regional, e do qual vamos participar. Tivemos uma conferência de segurança alimentar, mas ainda vamos fazer uma da assistência social e da criança e do adolescente.

Etanol e hidronegócio, e futuro da reforma agrária

Quero falar um pouco de duas coisas que me deixaram triste na questão do campo. A primeira foi o presidente Lula elogiar os usineiros, que sempre viveram com recursos do governo federal e, em muitos lugares, com trabalho escravo. O presidente elogia um setor em que as pessoas comuns vivem e se tornam mais pobres. É justamente em volta dessas usinas que há mais pessoas analfabetas, sem recursos e sem perspectiva. Para produzir açúcar precisa de grandes extensões de terra; como o trabalho é por tonelada, acaba escravizando as pessoas que precisam de recursos para ter alimentação. E acabam sendo envolvidas crianças que deveriam estar na sala de aula – a história comprova que muitas crianças como essas são das áreas de cana-de-açúcar.

Outra coisa é como o nosso Brasil consegue absorver de forma tão rápida determinados nomes. Sempre produzimos álcool, e agora até o presidente do PT incorporou o termo etanol. Que é uma determinação daqueles que sempre se apresentaram como donos do mundo, que são os EUA. Se eles produzem o etanol, por que não produzimos o álcool? É uma tristeza, porque diante de fatos como esse, apesar de um presidente que veio das lutas sociais e sindicais, continuamos um país sem grande autonomia para enfrentamento. Muitas vezes isso revela o que é o nosso país.

Quanto à reforma agrária, existem terras precisando de produção, precisando ser cultivadas, e tem empresas com quatro milhões de hectares de terra. O governo federal devia ter um plano nacional para resolver o problema, mas não tem.

Outra coisa é que temos 4 milhões de famílias sem terra no Brasil. Então temos quase 20 milhões de pessoas precisando de terra. São pessoas que não têm condições de disputar o mercado de trabalho, pois para isso é preciso qualificação profissional muito grande. Tem um público que foi para a industrialização nos anos 1970 vindo do meio rural e com baixa qualificação. O governo tem que estar convencido disso, mas não acredito que tenha clareza a respeito. Não vê como prio-

40 NOVOS VENTOS BAIANOS

ridade para resolver os problemas de nosso país a reforma agrária como política de desenvolvimento.

No Brasil temos muitas organizações que lutam pela terra, mas a luta pela reforma agrária é mais ampla. E a mais ampla organização do país é o MST, que, por sua vez, sozinho, não faz reforma agrária. Esse é o dilema que vamos viver. Temos terra e continente para produzir e trabalhar, mas temos um governo que não quer a reforma agrária e uma organização que não tem como fazer sozinha a reforma.

Isso digo com tristeza também, porque acho que um partido como o PT tinha que colocar a reforma agrária como prioridade. E qual a prefeitura, com até quatro mandatos, do PT que tem políticas concretas na área agrícola? Significa que nosso próprio partido não considera prioridade a reforma agrária. Teremos um momento de muitas críticas ao governo Lula. Há um Incra sem condições de cumprir o papel que lhe cabe. Segundo, temos uma legislação atrasada. Terceiro, é a falta de recursos para investir na questão da reforma agrária: sem dinheiro não tem condições.

O governo Sarney criou o crédito para as famílias de reforma agrária tocarem a vida sem apoio do Estado. FHC vem e acaba com o crédito especial, e Lula não cria outro crédito. Então trata o integrante de área de reforma como o produtor que está há trinta anos na propriedade e já tem uma estrutura, precisando menos do Estado, ao contrário de quem precisa iniciar sua produção. E o Poder Judiciário também não tem tido agilidade para desapropriar terras.

Antagonismo entre biodiesel e reforma agrária

Do jeito que está, o biodiesel precisa de muito incentivo do Estado ou da Petrobrás. No início o governo federal pode até subsidiar, mas a longo prazo não fará isso. A médio prazo os novos usineiros da cana serão do biodiesel. Digo isso conforme os estudos, porque os preços saem compatíveis pela soja. Mas no Nordeste, onde se vai produzir soja, é para grande escala, não para pequeno produtor. Este estará fora do processo. Então é preciso que o governo federal não simplesmente seja integrado a uma usina ou esmagadora, pois é novamente produzirmos para as empresas arrecadarem renda e o valor ficar com elas.

É preciso que o governo federal pense que o pequeno produtor possa processar o esmagamento do produto. E o governo não tem apresentado alternativas. Também não acredito que em nível estadual isso mude, pois vai aplicar as políticas do nível federal.

Um programa como esse demanda terra e água. Essa estrutura está estabelecida, com indenização pagando valores de mercado. Quando o presidente declara que um programa como esse é estruturante, ele valoriza o preço e a acumulação da terra

O presidente deveria fazer duas coisas importantes para a reforma agrária. Primeiro, delimitar o tamanho da propriedade, não sei quanto, mas precisa de um estudo. Em segundo lugar, tratar a questão da construção de estradas. Quando o governo discute com o proprietário da terra o valor da indenização, a estrada já está feita. E no caso da reforma agrária ela só deveria ocorrer após a decisão do preço.

O erro do presidente não é só quando acena, mas quando diz que tem que exportar o álcool. O que ele está falando? Que os usineiros têm que produzir cana, e essas terras valorizam. Assim os governos criam condições econômicas para desenvolver os espaços, e o pequeno produtor perde com isso. O presidente da República acredita que o agrogócio fará o país desenvolver sua capacidade de competição no mercado internacional.

Os rituais e a máquina

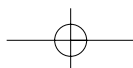
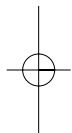
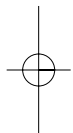
Tem três coisas que você pode ter para a máquina não engolir. Uma posição ideológica firme, disciplina e um coletivo. Vindo de uma organização partidária ou movimento social, você acaba sendo cobrado todo dia e toda hora. E essa cobrança faz com que você preste contas não apenas ao governador e ao presidente, mas ao grupo do qual você sempre fez parte. Assim tenho certeza de a máquina não te desvirtuar.

Quanto aos rituais, são muito perversos. São pessoas e segmentos que não conviviam conosco. Recebo na secretaria prefeitos que nunca iam dialogar comigo, e sei que não estão me enxergando, mas meu



42 NOVOS VENTOS BAIANOS

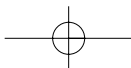
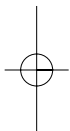
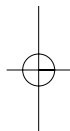
cargo. Porque o tratamento é pelo cargo, pois existo há 42 anos e muitos deles me viam por aí, no trabalho, na cidade, e nunca fui tratado como agora. Só que isso não me envaidece, sei que é passageiro, não é eterno. Eternas podem ser minhas posições que vou construindo no dia-a-dia, nas organizações, nas atividades políticas.





entrevista

MARCELO NILO



44 NOVOS VENTOS BAIANOS

ENGENHEIRO CIVIL de destaque no funcionalismo público, exerceu diversos cargos em dez anos na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), até chegar à presidência do órgão em 1987, no governo Waldir Pires. A ascensão é creditada à relação com o compadre e correligionário Jutahy Magalhães Júnior e Roberto Santos.

O primeiro é neto de Juracy Magalhães, antigo militar cearense que chega à Bahia no Estado Novo para neutralizar os oligarcas e acaba por montar um poderoso coronelismo, denominado juracismo. Entre as marcas do grupo estão o apoio ao golpe de 64 e o investimento na carreira política de ACM. Apesar do mesmo sobrenome, Juracy e Antônio Carlos não tinham nenhum grau de parentesco e em pouco tempo passariam também a não ter relações políticas. A ruptura foi drástica, e os herdeiros de Juracy conservaram a distância a ACM; primeiro o filho Jutahy, que foi governador do estado, e posteriormente o neto Jutahy Júnior.

Júnior ingressa no PSDB e consolida uma ala do partido que jamais se aliou ao carlismo, postura firme o suficiente para o grupo não apoiar Fernando Henrique nas duas eleições. Em 1994, ao se candidatar a governador, Júnior recebe apoio do PT. Em Brasília, constrói uma rede de influência que lhe vale a liderança do PSDB na Câmara por duas legislaturas.

Roberto Santos trilha o mesmo caminho de Jutahy. É governador entre 1975 e 1979 e fiel a Juracy, rompendo com o carlismo. Na eleição ao governo do Estado em 1982, perde para o atual senador João Durval Carneiro, então apoiado por ACM. Abandonou as disputas eleitorais, mas mantém a influência nos bastidores da política local.

Marcelo Nilo recebe o apoio de ambos e tem grande destaque nos quatro mandatos como deputado estadual. As posições combativas ao carlismo na Assembléia resultarão em confiança política sólida junto à esquerda baiana. Nas eleições 2002, o PSDB, partido de Marcelo Nilo, manteve a postura anticarlismo no Estado, mas no plano federal apóia o candidato à Presidência, José Serra. O mesmo ocorreu em 2006, quando apóia Jaques Wagner e fez campanha para Geraldo Alckmin.

A postura anticarlismo do grupo de Jutahy credencia Marcelo Nilo ao cargo de presidente da Assembléia Legislativa com apoio majoritário da base governista. Em maio de 2007, o partido reclama falta de espaço na gestão de João Henrique – em processo de mudança para o PMDB – e retira-se da prefeitura de Salvador, mesmo com o cargo de vice-prefeito. Com a morte de ACM, a imprensa especula sobre uma aproximação do PSDB com o grupo do ex-governador Paulo Souto e do deputado federal José Carlos Aleluia, ambos do DEM. Em declarações aos jornais, Marcelo Nilo e os demais negam com veemência a aliança e reafirmam o apoio ao governo Wagner.

Tucanos e petistas na Bahia

Estou há dezesseis anos aliado ao PT na Bahia e há dezesseis anos como adversário em nível nacional. Sempre tive posição política muito clara. Desde que chegamos fizemos um bloco de aliança com Paulo Jackson, Alice Portugal, Colbert Martins, Lídice. Sempre fizemos oposição ao sistema e tivemos posições muito claras, coerentes. O Brasil é grande e cada Estado tem suas peculiaridades regionais. Em São Paulo, por exemplo, o PSDB é adversário do PT e aliado do PFL. Aqui somos aliados, votamos no governo na Assembléia. Se sair da presidência, volto para a base. O jornalista pergunta se é incoerente minha posição e respondo que não. São dezesseis anos. Nunca votei em FHC, nosso apoio a Lula em 1994 foi às claras. O PT apoiou Juthay para governador e apoiamos Lula. Mas votei em Serra e Alekmin. Sempre fui aliado público na Assembléia. O primeiro líder da oposição na Assembléia foi Paulo Jackson, nós criamos a figura do líder da oposição na Assembléia. O líder era substituído de seis em seis meses, em cada vez era o PT, o PSDB, o PSB...

O anticarlismo e o programa conjunto

Acredito nos partidos políticos e na democracia. Votei em Wagner por vários fatores: primeiro, no combate ao carlismo. Segundo, acreditava e acredito na modernização do Estado. Acreditava na democratização do Estado, como está sendo, e que seria um governo que respeitasse os partidos políticos. O governo Wagner é de vários partidos políticos, com a liderança do PT, é claro. E o PT ganhou esse direito nas urnas. Ao PT cabia indicar o presidente da Assembléia, mas teve o gesto de indicar meu nome. O que nos une na Bahia não é só o enfrentamento ao carlismo. Talvez o início tenha sido isso, mas sem dúvida nos une o respeito aos partidos e seus pensamentos políticos. Quando estive com Wagner na segunda-feira da eleição, fui dar um abraço e falei: "Governador, votei no senhor, trabalhei pro senhor, mas meu voto pra presidente é Geraldo Alekmin". Mesmo reconhecendo que Lula ganhando era melhor para a Bahia e o governo do Estado.



46 NOVOS VENTOS BAIANOS

Tendo em vista que sou uma pessoa de palavra e acredito nos partidos, votei em Alckmin, mas minha mulher e minhas filhas votaram em Lula. E também disse ao governador que “gostaria de ser o presidente da Assembléia com o apoio do PT”. Mesmo sabendo que a eleição de Lula seria melhor para a Bahia e talvez para meu próprio partido. Porque, se Geraldo ganhasse, João Almeida iria fazer de tudo para ganhar o partido da gente.

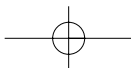
O projeto para a Bahia

Primeiro, o sucesso de Wagner será o sucesso de todos nós, o fracasso também. Nós vencemos três vezes: com Lídice, Waldir e Wagner com a união das oposições. Exceto João Almeida, que vendeu sua história para apoiar Paulo Souto. Quando digo “vendeu”, é no sentido figurado. Então, quando digo que o sucesso será de todos nós, é porque acredito no sucesso de Wagner. Primeiro que ele tem as mãos limpas. Mostrou que sabe administrar, quando ministro do Trabalho, aliás, trouxe muita coisa para a Bahia. Ele tem noção do que é um governo de coalizão. Tem noção da responsabilidade do cargo que ocupa. Formou um secretariado muito preparado, como na segurança pública, para onde procurou alguém muito experiente. Trouxe gente da universidade. Procurou montar um governo de coalizão. Tanto que já é citado como provável candidato à Presidência da República. Eu, como do PSDB, ficarei com Wagner, independentemente de qualquer circunstância. Não só por gratidão ao PT, mas por acreditar no governo. Óbvio que com três meses não temos noção do norte do governo, mas percebe-se que está preocupado em responder aos reclamos da sociedade, especialmente na segurança pública.

Wagner nos propôs uma integração entre os três poderes, a primeira reunião será no Judiciário. E o primeiro tema proposto por Wagner foi segurança pública. Qual o cidadão que não teve um parente, vizinho ou amigo assaltado ou seqüestrado? Que não foi vítima da violência?

A sombra do carlismo

Das três vitórias que tivemos – Lídice, Waldir e Wagner –, participei da de Waldir, sendo presidente da Embasa. Então, se o governo não fez sucessor, é porque politicamente não deu certo. O governo Waldir não



deu certo pela renúncia dele, uma renúncia que a sociedade não assimilou. Errado ou certo, é uma coisa do passado que respeito. Muitos achavam que era um projeto maior que estava em jogo. Mas não deu certo.

O governo Lídice também não deu certo porque foi muito perseguida por ACM. ACM era muito forte e aliado de FHC. Por isso não votei em FHC. ACM era o homem mais poderoso do governo FHC. Como ele não tem amor pela Bahia e por Salvador, mas apenas pelo projeto pessoal dele, foi uma oposição mesquinha. Na época não tínhamos o governo do Estado e federal, e Lídice está dando uma volta por cima. Mas, se partimos do princípio de que foi um governo que não fez sucessor, politicamente não deu certo.

Para Wagner ter sucesso é preciso divulgar o que faz, pois o governo de Waldir fez grandes realizações, mas falhou muito na publicidade. Todos sabem que não adianta fazer obra, investimento, fazer crescer o Estado e não fazer publicidade e a sociedade não ficar sabendo. E falo porque também fiz parte do governo Waldir.

Lídice também pecou, pois não conseguiu sair da armação que ACM fez. E os partidos não tiveram competência para ajudá-la. Mas é uma grande parlamentar, muito sensível, tem um amor enorme por Salvador. Tanto que teve 144 mil votos agora, uma eleição espetacular que me deixou muito feliz.

O que o governo precisa para dar certo? Saber que é de coalizão. Tudo bem que o PT é o carro chefe. É o partido de Wagner, que comeu poeira há mais tempo. O PT é que tem o maior número de secretarias, fruto de sua conquista. Mas o governo Wagner deu participação a todos os partidos.

Precisam ter prioridade saúde, educação e segurança pública. Talvez, infelizmente, segurança pública seja a número 1. Depois educação e saúde. Geralmente os governos dão prioridade à saúde, mas não dão à educação, e, se você tem uma educação qualificada, ajuda muito na saúde. Quando os governos têm uma educação bem montada, a saúde costuma ser bem atendida.

São esses três pilares e o apoio do governo federal. Paulo Souto deixou o Estado numa situação muito crítica. Tudo bem, deixou o pagamento em dia, mas eram os piores salários do Brasil. Um tenente de São Paulo ganha mais que um major da Bahia. Um agente penitenciário em São Paulo ganha quase quatro vezes mais que na Bahia. Os professores têm o pior salário do país. Um médico no Estado ganha salário de 500 reais. Quer dizer, ele deixou o Estado numa situação muito difícil.

O governo estadual precisa diminuir o custo da máquina pública, ter ajuda do governo federal. Construir o metrô, que é um sonho da cidade de Salvador. Fazer os investimentos no semi-árido. Ontem tive a informação com o secretário Rui Costa: vão perfurar vários poços que foram instalados e não foram concluídos. Na agricultura, que é o carro-chefe depois da indústria. A ajuda à microempresa talvez alavanque os serviços. Mas acho que o fator primordial hoje é a agricultura. Ontem mesmo tivemos a visita do diretor de uma indústria que vai instalar uma fábrica de biodiesel em Geremoabo. O governo tem que dar apoio, porque gera 1.500 empregos indiretos e quinhentos diretos. Essas mini-indústrias talvez sejam o maior fortalecimento.

As disputas internas do PSDB baiano

O PSDB teve uma disputa interna muito grande. Temos dois deputados federais, um ficou com Paulo Souto – João Almeida – e outro com Wagner – Jutahy. Temos três deputados estaduais que ficaram com Wagner. Prefeitos, temos 28, e 23 apoiaram Paulo Souto. E prefeito pensa geralmente nas obras; assim, muitos não seguiram nossa orientação e apoiaram Paulo Souto. Até no fisiologismo. Aliás, todos nós achávamos que Wagner perderia, e mesmo assim apoiamos.

Mas teve uma disputa interna do partido em que fomos vitoriosos: o grupo majoritário apoiado por mim e Imbassahy, por mim e Arthur Maia venceu João Almeida. Ele “vendeu” sua história, tanto que nas eleições dentro do partido vencemos com 83% dos votos. A base do partido, os delegados, em 250 municípios, 83% apoiaram Paulo Souto. Dos 28 prefeitos, 23 apoiaram Paulo Souto. Mas foi bom que perderam em Salvador. Eu, Jutahy, Joaci Góes, Roberto Santos, Imbassahy, Arthur, Nestor Duarte, todos pedimos voto para Wagner. O prefeito de Barreiras mesmo, fizemos de tudo, e ele teve uma derrota fragorosa. O prefeito de Jacobina, num gesto surpreendente, aderiu a Paulo Souto e perdeu. Em Itaité Wagner perdeu, e o prefeito, contra a nossa vontade, aderiu a Paulo Souto. Fiz até caminhada lá com Walmir Assunção. Hoje eles estão todos arrependidos, mas na política não existe arrependimento, existe penalidade para aqueles que não têm segurança no projeto. Na vida política você tem que ser coerente. Seria uma pessoa leviana, traidora, se jogasse meu passado fora.

O diretório nacional pressionou para que apoiássemos Paulo Souto. Lançamos um candidato combinado com Wagner – Zé Carlos. Tiramos o candidato, mas jamais apoiáramos Paulo Souto. A história do nosso presidente Jutahy levou todos nós a apoiarmos Wagner. Foi uma vitória interna bonita.

Em Filadélfia, o prefeito ia apoiar Paulo Souto, que lhe disse que não queria mais votos dele e que não ia mais lá. Então ele recuou do apoio de Paulo Souto. Recebeu Wagner na casa dele e fez um comício na frente da casa. O vice lá é do PT. E ele teve a felicidade. Eu tinha muita influência com ele, pois o ajudei muito. Na época ele disse: “Estou fazendo isso como gratidão a você e vou me liquidar”. E hoje ele chega aqui: “Estou no poder graças a você”. Em política você tem que ter paciência, sabedoria. E a maioria esmagadora do PSDB na Bahia, 83% do diretório, apoiou Wagner.

Prefeitura de Salvador

Veja bem, João Henrique é meu amigo pessoal. Tenho uma amizade profunda com ele, mas acho que ele tinha que se aproximar mais do governo Wagner. Tinha de estar mais próximo do governador, e eu já fiz o meio-de-campo para a aproximação política. O que vai acontecer no ano que vem só com bola de cristal.

João pode ser o candidato de todos nós, mas podem sair cinco ou seis, podem sair Imbassahy, Lídice, Alice, Pelegrino, Marcelino. Fomos os primeiros apoiadores de JH. E não fomos contemplados, tanto que ele tomou nossa secretaria e deu para o PSDB. O PSDB é cozinha do governo Wagner? Não é. Mas do governo JH fomos apoiadores desde a primeira hora, deveríamos ser da cozinha e não coadjuvantes. Quem participa hoje é o PMDB, que não apoiou JH. Vale a pena o PSDB lançar candidato, porque temos um candidato forte em Salvador. E tudo vai ser combinado com o governador. Não que ele vá decidir, nosso acordo não parte disso. Acredito que sairão vários candidatos. Se Pelegrino sair, Imbassahy sai. Por causa do espaço político. Se Lídice sair, Alice vai querer. É questão de hipótese. Agora, nós faremos algo combinado com o governador, que é nosso líder estadual. Nós éramos do governo JH, depois passamos a ser coadjuvantes. Nós não participamos das decisões do governo Wagner, porque não temos esse direito. Não subimos no planque, não fizemos propaganda na TV. Fruto da



50 NOVOS VENTOS BAIANOS

verticalização política. No governo JH era o contrário, éramos da cozinha. JH ia apoiar Imbassahy, depois tirou o apoio e foi apoiar João Durval, que é seu pai. Fruto disso: o PSDB passou a ser coadjuvante, não tem mais poder de decisão, quarto, quinto escalão. Eu tenho o dever e a obrigação de fazer uma coisa combinada, com acordo de no segundo turno apoiar quem for. Imbassahy só sairá se tiver vontade popular e também se for uma coisa combinada com os aliados. Ele não vai sair sozinho. Acho que o projeto político da oposição é maior que qualquer partido.

O sucesso desse governo é que o PT, que é hegemônico, compreendeu a importância das forças aliadas. Nós contribuímos para a eleição, mas não somos da cozinha. Um dia podemos – e queremos – ser.

As perspectivas da Assembléia

Tivemos uma visita das mesas ao governador, e eu disse a ele o que disse quando quis ser candidato: “Seremos um governo harmônico, mas independente”. Tanto que o veto dele foi derrubado na semana passada e ele assimilou democraticamente. E nos disse: “Claro que torci para o veto não cair, mas respeito a independência. O voto é secreto”. O governador até brincou, parabenizando nossa independência. Eu sou um magistrado; sentado, sou imparcial. E a Assembléia nunca funcionou como agora, modéstia à parte. Nunca tinha visto uma sessão com 63 deputados como agora. Nem na minha posse quando eleito: deu 63. Porque o pai de Waldenor morreu. Semana passada tivemos votação 24 horas com 63 deputados. É claro que a TV contribui, mas são novos tempos. Hoje todo mundo trabalha aqui. Desafio a imprensa: “Se tiver um fantasma aqui me diga, que demito”. Aqui é uma casa respeitada hoje. Antes, se perguntassem minha profissão, dizia “engenheiro”. Tinha vergonha de ser deputado, hoje não. Pela primeira vez a *A Tarde* fez uma matéria elogiando. Hoje vai ter sessão, daqui a pouco. Antes não havia sessão às quintas-feiras. E todas as sessões que fizemos tinham mais de sessenta deputados. Ontem encerramos a sessão às 18 horas, sem ordem do dia, com 55 deputados. Hoje os deputados sabem que a casa é respeitada.

Tudo o que nós pedíamos quando éramos oposição demos agora como governo. Participação nas mesas diretoras, na proporcionalidade das comissões, na direção. Aqui é proporcional aos votos teoricamente,

claro. Aqui é proporcional, no Executivo não. Lá é mais decisão pessoal do governador.

Maioria na Assembléia

A maioria está consolidada no voto aberto, aí o governador ganha todas. No voto secreto a diferença era muito pouca, apenas três votos. Era 35 a 28. No voto secreto sempre tivemos seis, sete, oito que votaram contra o governo. Um deputado pode passar por você e falar “o presidente do PT não me cumprimentou” ou “o secretário me deixou meia hora esperando”. A tradição sempre foi essa, e no voto secreto o governador perdeu uma votação por quatro. Mas 99,9% são votos em aberto. Só temos voto secreto na eleição da Assembléia, em veto do governador e em cassação de deputado. Praticamente só temos voto secreto para veto.

Na verdade foram trinta para ele e 33 pro lado de lá. Ele trouxe mais cinco, teoricamente, exceto Jurandir Oliveira, que foi eleito na base do governo e hoje é da oposição. O deputado só muda de lado com benefício do governo, e os deputados do PT aceitaram, o que é difícil.

Em Conceição do Coité, por exemplo, a base é do PT. Lá o PT é forte. E Emério Resedá disse que só ia com o apoio do governo. Emiliano, que é deputado de lá, ficou triste, mas tem que aceitar. Os militantes do PT de lá falaram comigo, e eu disse que o governo só tem maioria negociando politicamente.

Se Gildásio Penedo, que é quem disputa a base comigo, fosse para a base do governo, eu ficaria triste. Mas tem que compreender. O governo Lula foi o mais competente para fazer coalizão. O PT tem 99 deputados, ele precisa de 257. Se não fizer aliança com os partidos, como vai fazer as reformas? O governo tem que ter maioria, senão perde na Assembléia. Deputado só muda de lado se tiver participação do governo.

Fiquei dezesseis anos na oposição, sei fazer política na oposição. Fui eleito cinco vezes, sempre ampliando a votação. No governo eu tenho medo. Porque governo não é fácil: você atende um e não atende outro.

Ainda bem que o governador decidiu ontem que o Reda será por seleção, porque, se fosse por indicação, os políticos da base iam morrer. Principalmente os do PT, que não estão acostumados. Iam enlouquecer. Eu, que sou presidente da Assembléia, com partidos políticos, facções, conselheiros, juízes, desembargadores, secretários, todo mundo pedindo participação. Não é de cargo, é participação política, o que é normal.



A campanha

A campanha foi legal porque me aproximei muito de Wagner. Tenho um instituto há dezesseis anos e comecei a fazer pesquisa para o governo do Estado. Comecei a passar todas as informações para Wagner: onde está crescendo, perdendo. E ele começou a acreditar na minha pesquisa. Modéstia à parte, meu instituto foi para São Paulo na última eleição para governador de Alckmin e fez certinho. Todo instituto, quando faz certinho, ganha credibilidade.

Falei para Wagner: “Você está mal em Amargosa, o prefeito é seu, mas você está mal”. Ele foi e conversou com o prefeito. “Em Acajutiba você vai ganhar”; “em Feira de Santana você passou Paulo Souto”; “você está crescendo pouco em Salvador”. Na verdade, ele encostou em Paulo Souto na quinta-feira e passou no sábado. Aliás, um dos grandes motivos que o fizeram ganhar foi o Ibope no sábado.

A que atribui os erros das pesquisas

As pesquisas não erraram, tanto que Wagner disse que Jô Soares é que estava certo. Minha pesquisa batia com o Ibope. A vitória de Wagner foi um fenômeno. Fruto da convicção dele de que ganharia a eleição. Ele havia perdido quatro anos antes e agora viu que teria chance. E tinha um item nas pesquisas que dizia: o povo queria mudança.

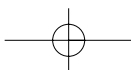
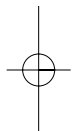
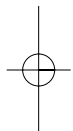
Wagner chegou por vários fatores: a força de Lula, a convicção, a união das forças ao lado dele. Mas foi uma mudança brusca. Na quarta-feira fiz uma pesquisa em Salvador e ele perdia por 14 pontos, na quinta ele perdia por 3. Se na quarta-feira você perde por 14, na quinta por 3, na sexta você passou, no sábado aumentou e domingo consolidou. O Ibope estava certo.

Então muita gente, quando viu que Wagner tinha chance, se libertou do medo de ACM. E a pesquisa que saiu no sábado foi a grande força para Wagner, senão ia ter segundo turno. O Átila Brandão saiu achando que ia ter segundo turno.



entrevista

LÍDICE DA MATA



54 NOVOS VENTOS BAIANOS

LÍDICE DA MATA E SOUZA ingressa na política pelo PC do B, como estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1982 é eleita vereadora de Salvador pelo PMDB, já que o PC do B ainda era proscrito da vida política institucional. Em 1986, elege-se deputada federal e participará da Assembléia Nacional Constituinte que elabora a Constituição de 1988. Em 1990, concorre pelo PC do B ao governo do Estado da Bahia, na importante chapa composta por mulheres – senado, governo estadual e vice.

Com o crescimento da liderança política, Lídice tem o nome cogitado para se candidatar a prefeitura de Salvador, em 1991. Sai do PC do B nas vésperas da eleição, devido a divergências com os setores que controlavam o partido. Ingressa no PSDB e é eleita com amplo apoio da esquerda, tornando-se a primeira prefeita da capital.

No Palácio Tomé de Souza, no entanto, não conseguirá manter a unidade dos campos que a apoiaram, e PT e PC do B deixam o governo. Afora a briga com a esquerda, recebe a pressão de Antônio Carlos Magalhães, então governador e com forte influência em nível federal. Sem recursos e apoio político, termina a gestão com baixo nível de popularidade.

Em 1998 e 2002, é eleita deputada estadual com votações expressivas. Na Assembléia Legislativa exerce por duas vezes – 2000 e 2005 – o cargo de líder da bancada de oposição ao carlismo. Em 2004 lança-se candidata à prefeitura de Salvador com apoio significativo do PPS, PCB e PMDB. A campanha lhe rende cerca de 10% do eleitorado e a retomada do alto prestígio político.

Em 2006 é eleita deputada federal, a mais votada na capital, se tornando peça importante no jogo político do estado, em especial na eleição municipal de Salvador em 2008.

A dificuldade na aliança com o PT na eleição municipal de 2004

A PRIMEIRA QUESTÃO está justamente na afirmação de que a unidade da oposição nos dá a vitória. Esse é um primeiro conceito, um conceito quase do tempo do fascismo, porque a gente retoma a discussão da unidade das frentes políticas para enfrentar a ditadura. A frente, aqui, foi com o objetivo de enfrentar uma ditadura política existente na Bahia, não uma ditadura com as características da ditadura militar, obviamente, mas um governo que havia herdado um dos poucos pilares que restaram do período da ditadura militar no Brasil, numa experiência singular da direita na Bahia, unindo prepotência, autoritarismo como método de governar e, ao mesmo tempo, uma eficiência na organização da estrutura do poder para dominar os meios de comunicação. Então a propriedade dos meios de comunicação. E também a dominação do espaço político nacional, com participação na estrutura do poder nacional.

Antônio Carlos sempre foi... sempre não, principalmente a partir de Waldir, quando se rompe a esperança do povo baiano com o governo e ele, ACM, retorna e lança a idéia de que será o grande comandante e defensor da Bahia no Brasil. Quando está nos cargos federais, ele se situa também nessa imagem, de capataz da Bahia aqui nas terras gerais. Então Antônio Carlos vai construindo claramente no ideário popular, usando o monopólio dos meios de comunicação, a idéia de que é o defensor da Bahia. Ele pode ser bom, pode ser mau, mais ou menos, coluna do meio, para qualquer lado, não importa. O que importa é que ele “é o defensor da Bahia e ninguém pode dizer que não é”. Então ele firma essa imagem. Dado, portanto, o poder que Antônio Carlos tinha a partir de uma forma de organização que ele desenvolveu no Estado, o PSB concluiu – com a nossa experiência política de organização desde os tempos da ditadura – que a unidade das oposições era a grande e única bandeira que poderia nos levar à vitória.

Nas eleições de Salvador, que ocorrem dois anos antes, não tivemos uma boa experiência de aliança com o PT. Nos lançamos divididos, acumulamos individualmente, todos nós. O PT e Nelson acumularam

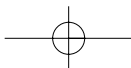


56 NOVOS VENTOS BAIANOS

individualmente para a campanha dele. Nós acumulamos para minha campanha, e nesse processo, como necessidade de composição, fizemos um gesto ousado naquela época, de puxar o PMDB para o nosso lado. O PMDB havia abandonado as hostes do carlismo e buscava o retorno ao campo de oposição onde sempre esteve. Nós, ousadamente, estabelecemos uma discussão com Geddel, à época presidente do PMDB – realidade que permanece no caminho dele de retorno para a oposição –, para saber se era seguro. Para saber se não havia condição de ele nos usar e depois simplesmente voltar para o carlismo e desgastar nossa imagem, a imagem de um partido de oposição nesse contexto. Nos cercamos de todas as seguranças na convivência política, na discussão política com ele, e demos ao PMDB a candidatura a vice.

Compusemos aí as condições de concorrer com o mínimo de igualdade, que era o tempo de televisão mais próximo do PFL e do PT. Isso nos permitiu, portanto, a disputa política democrática e alcançarmos um lugar que para nós foi um lugar honroso nas últimas eleições para a prefeitura. O saldo disso sai mais uma vez. Se estivéssemos unidos, a esquerda, poderíamos ter outro resultado. Durante o último mês da eleição, nós vivemos de notícias de tentativa de unidade. Então desce o ministro Waldir Pires para ver se não dá pra unir João Henrique com Lídice, com Nelson. Aí retiram as candidaturas e apóiam João Henrique, refaz-se chapa. Mas aí Nelson Pelegrino não aceitava. Sempre tinha essa dificuldade de unificação, de forma que João Henrique acaba se elegendo sozinho. Com nosso apoio no segundo turno, mas com a frente dele já muito sedimentada em relação aos outros. Ele vence com 44% e o segundo colocado com 21%. Não tínhamos outra alternativa que não a de apoiar João Henrique. E no segundo ele vence com 75%.

A nossa unidade nos dá uma dimensão de transformar João Henrique num destaque nacional e regional. João Henrique aparece em todas as grandes matérias nacionais, revistas nacionais. É o grande destaque porque aqui se derrubou a principal força restante da direita no país nos velhos moldes do coronelismo nordestino e que é um feito político. Portanto, João Henrique tem a celebridade de ser o grande realizador, com o nosso auxílio. Nós, as forças mais à esquerda, passamos a ser atores coadjuvantes, ganhamos o Oscar de ator coadjuvante.



A unificação das forças na eleição estadual

E voltamos aí a uma reflexão muito intensa, porque dois anos depois era a eleição de governador. Nós percebíamos um cansaço das forças do carlismo no interior do Estado. Sendo deputada estadual, pude acompanhar o desgaste de Paulo Souto e, principalmente, a frustração de alguns segmentos com a incapacidade do segundo governo dele responder até às realizações do primeiro, onde, com a venda da Coelba, com a venda das estatais, do banco do Estado etc. o Estado se creditou e pôde, portanto, realizar algumas obras importantes, inclusive em Salvador. E o segundo governo foi marcado pela dificuldade de investimento, pela negociação, preso muito na idéia de que eles seriam. Mas eles próprios reconheciam que, se ganhassem, seria a última vez. A outra seria certamente nossa. E nós dizíamos: “Por que então esperar mais se estamos vendo que há um cansaço que nos dá as condições concretas de ganharmos as eleições?”.

Apostou-se, então, que Lula desceria a rampa, que Lula estava mais fraco etc. Por todas as avaliações que fazíamos, não tinha outro processo que não a necessidade da unidade. Algumas forças, até o PT, chegaram a conversar conosco, a pensar o cenário das diversas candidaturas no nosso campo. E a eleição no interior do Estado dizia sempre que a experiência vitoriosa de Salvador não iria se repetir. Porque, se não gerarmos candidaturas com capacidade real de parecer para o povo que são pra valer – e pra isso precisamos ter lideranças expressivas regionais que aceitem ser candidatos de governo –, o povo não irá conosco, porque haverá três, quatro candidaturas que não têm força de liderança regional e não agregarão. Então vai contar ponto contra, vai dizer “mais uma vez a oposição de divide e perde pra Antônio Carlos”. Então discutimos essa realidade profundamente, do ponto de vista político. Buscamos ouvir pessoas, ouvir o interior, ouvir segmentos e tínhamos desde o início a idéia de que era preciso unir para ganhar no primeiro turno.

Então o PSB tinha certeza de que Wagner ia ganhar no primeiro turno? Claro que não. A tese era unir todo mundo no primeiro turno, arrancar confiança no interior de que dessa vez venceríamos. E o ideal era construir uma chapa única de Senado e governo nessa aliança. E comecemos a discutir as diversas hipóteses: João Henrique foi pra lá, foi pra cá, o PDT saiu do barco por conta da posição nacional e também por conta de alianças e da presença no partido de segmentos, herdeiros do carlismo, que mantinham suas bases eleitorais no carlismo. Para nós, na época, tinha muita importância incorporar o PDT, porque sina-

58 NOVOS VENTOS BAIANOS

lizaria um aparo do prefeito de Salvador, uma liderança crescente no Estado e que estava bem no seu primeiro período de gestão.

Com um ano de governo, João Henrique saiu de 75% de aprovação pra 85%. Então achávamos que seria indispensável a presença de um representante de João Henrique na nossa chapa. Ou do pai dele para vice-governador.

Quando vem a reafirmação da verticalização, isso nos empurrou a uma situação de dificuldade maior ainda: como compor uma chapa de unidade se a lei nos obrigava a nos desunir? Analisamos o quadro e achamos que ainda assim valia a pena, aí já compondo um papel dentro da candidatura de Wagner de articulador e de troca de pensamento permanente com ele. O mérito do PSB foi enxergar antes – como uma posição que já tinha desde a eleição anterior – a necessidade da construção da unidade no primeiro turno. Nisso talvez tenhamos influenciado um pouquinho o candidato. Um pouquinho porque essa era também uma convicção que ele não tinha no início, mas que logo depois veio a ater. E aí ele se convenceu, mais do que qualquer outro, de que era vencer no primeiro turno.

Durante o período de campanha, acreditei até muito que venceríamos. Eu tinha certeza, com o processo da campanha, que chegaríamos à vitória. Mas no segundo turno. Porque me recuso um pouco a fazer conta. Wagner fez as contas e acertou. E nós acertamos nessa idéia porque o partido tinha – e enfrentou internamente uma discussão muito grande – a expectativa de um dos seus quadros ser candidato na chapa majoritária. E o diretório regional, por mais de uma vez, se reuniu indicando o nome de Leoneli e o meu nome para o a governo ou para o Senado. E nós insistíamos que não era por aí, que não deveríamos construir esse caminho.

Mesmo depois que nos definimos pela unidade, a insistência do diretório continuava muito grande; dos companheiros do interior, também da capital, que achavam que meu nome devia ser lançado para o Senado. E como era um só, brigar por isso. Se não desse, a gente saía com candidatura própria. E nós insistíamos que essa era a tese que levava à desunidade e, portanto, ao caminho da derrota da chapa majoritária. Tínhamos convicção de que o caminho de acumulação para a vitória não passava pelo fortalecimento de um projeto apenas partidário, de fortalecer mais uma liderança nossa com uma candidatura desse tipo. Sabíamos que o PSB devia jogar seu esforço em ajudar o candidato a constituir a chapa para o Senado que lhe permitisse o apoio mais amplo possível. Aparecer para a população com uma chapa para vencer.

No primeiro momento trabalhamos com a idéia de João Durval na vice de Wagner e Geddel no Senado. O que alguns companheiros do PC do B e da esquerda não entenderam, porque achavam: “Ah, por quê?”. Porque justamente acreditávamos que uma chapa para ganhar precisava agregar o que o nome de Geddel e o nome de João Durval significavam para o interior do Estado. Geddel com o PMDB, de muito mais penetração no interior do que os nossos partidos em geral, com mais prefeituras, mais lideranças regionais.

E João Durval, que com seu carisma, desde os primeiros momentos se apresentava com 14, 15 e logo depois com 23, 24% do desejo de voto tanto para o governo quanto para o Senado, o que mostrava seu fôlego como liderança política, apesar de ser um homem com idade avançada e saúde um pouco debilitada. Mas ainda assim era um nome com repercussão no interior do Estado. O seu foi um governo que realizou muito no interior, principalmente no sertão e no semi-árido, onde historicamente tínhamos dificuldades eleitorais.

Trabalhamos o tempo todo nesse conceito de que era preciso atrair o PMDB, e desse ponto de vista a aliança que fizemos lá atrás com o PMDB permitiu uma articulação mais tranqüila do PT com o PMDB. Logo Wagner e Geddel se entenderam muito bem, que já era uma antiga relação vinda da participação dos dois no Congresso. E construímos, portanto, uma conversa PT, PSB e PMDB que consolidasse essa idéia da unidade e da vitória. Acho que foi isso que nos deu a condição de criar o projeto, enfrentar as resistências internas em todos os partidos em torno de um objetivo comum, que era ganhar o governo do Estado.

Terminou que numa empreitada – aí sim difícilíssima – começamos a duvidar um pouco, até pelas dificuldades. Com o processo de verticalização, o PDT lança uma candidatura ao governo, João Durval permanece candidato ao Senado, mas aí o PT e Wagner tiveram uma coragem muito grande em manter a palavra dada da aliança com o prefeito e com o grupo de João Durval, que foi não lançar outro candidato ao Senado, o que nos permitiu enfrentar uma candidatura que vinha do PSDB, mas sem isso ter significado a nossa derrota para o Senado. Então Wagner foi vitorioso de cabo a rabo, porque manteve a linha da unidade política.

A presença de Lula na Bahia foi decisiva para o crescimento de Wagner. Nós tínhamos duas coisas: Lula e a unidade do povo baiano, a idéia da unidade de oposição, que é uma idéia cara na história política da Bahia. Depois disso a competência do candidato, a comunicação, o desejo de mudança... A articulação das forças vai levando ao seu cres-

60 NOVOS VENTOS BAIANOS

cimento e à vitória inesperada para o Brasil inteiro. O grande desafio nosso, sem dúvida, é criar um projeto para a Bahia. A nossa grande falha eleitoral foi não termos um projeto muito claro. Tivemos, sim, um programa de saúde, um programa com idéias para a educação, um programa com idéias para diversas áreas. Mas não chegamos a amadurecê-las, e, óbvio, é difícil que fosse diferente, porque nunca fomos governo.

A participação política da esquerda no governo de Waldir foi uma história com dois anos de sobrevivência. Muito curta. Não chegou a realizar um projeto para a Bahia. E esse é o nosso desafio de agora: qual é o nosso projeto? O projeto é “A Bahia de Todos Nós”. Sim, mas em que consiste a Bahia de todos nós? E de que forma vamos explicitar, através de que mecanismos vamos criar isso? Dando ênfase à saúde e à educação como pilares de serviços prestados ao povo. Diminuir, quebrar os indicadores sociais negativos que temos no Estado, mas através de que política econômica, de que projeto de desenvolvimento econômico?

Dificuldade em passar a sociedade todo eixo programático

Acho que vai trazer problema para a gente. Para a população menos, porque ela nem sempre tem claro que projeto é esse. Principalmente para opinar sobre ele. Ela optou pelo projeto de sair da exclusão social em que vivia e tem a marca de que esse é agora um projeto de inclusão. Mas como conseguir isso é que não está claro. Pode ser até que o governador já tenha isso claro, mas acho que as forças, os partidos que integram o governo não têm isso de forma homogênea para apresentar à população. Então acho que nos falta agora amalgamar as idéias anteriores com as idéias de ação do governo e ter uma política de planejamento do desenvolvimento econômico da Bahia. A Secretaria de Planejamento precisa nos premiar com esse projeto de forma mais consolidada e desenvolvida.

A relação da esquerda tradicional com os novos grupos

Acho que a esquerda encarou naturalmente, compreendeu que era o único caminho para a vitória. Porque não estamos vivendo uma primeira vitória da esquerda. Nós fizemos essa campanha depois do primeiro governo de Lula. Então o próprio PT, que era o partido, digamos assim,

mais sectário nessa convivência política, tinha que se desarmar. Porque já convivia com esses setores nacionalmente, então aqui tinha que abrir suas comportas. E aqui nós não abrimos tanto no processo eleitoral. Estamos abrindo muito mais agora, para dar governabilidade ao Executivo. No período anterior acumulamos forças na nossa base de centro-esquerda, que ia do PMDB até os partidos de esquerda. E disputamos o voto solto dos simpatizantes ou da banda B carlista, que às vezes aderiu, em muitas cidades, individualmente, não como grupo político. Não colocou suas propostas. As propostas que Wagner veiculou na televisão não foram negociadas com a banda B do carlismo. Elas nasceram no nosso campo, com as nossas idéias. No máximo, o PTB participava disso como partido, organicamente, e ele não tem uma história política de militância na oposição da Bahia. Mas deu sua contribuição na organização e estrutura política da campanha, e não interferiu decisivamente no programa de governo de Wagner.

A votação expressiva em Salvador e a crise do PT

(Lídice foi a deputada federal mais votada na cidade)

Acho que há uma relação com a crise do PT. Houve uma desilusão com a imagem de alguns companheiros do PT que tinham uma imagem de militância política que foi muito questionada pela opinião pública no primeiro momento. Hoje acho que esse efeito não se repetiria. Estamos no segundo governo de Lula e há um amadurecimento da opinião pública.

Mas você tem, no primeiro ano de governo de Lula, a reforma da Previdência. E a esquerda petista, nos últimos anos, se dedicou muito à luta em defesa dos servidores públicos federais, estaduais. Isso tem grandes conseqüências: chega ao governo, não dá grandes aumentos, faz a reforma da Previdência que fere interesses dos servidores das corporações. Obviamente isso tem repercussão. Como sou da esquerda, identificada como tal, não fui deputada federal antes, portanto, não estava vinculada à crise nacional, nem a esses segmentos corporativos.

Nunca fui uma deputada de sindicato, por exemplo. Fui lá atrás, na minha atividade política, deputada pelo PC do B e vereadora vinculada ao Sindicato dos Bancários numa época em que a base desse sindicato já era composta praticamente por estudantes universitários de administração e de economia, que era minha base social como militante política universitária. Então, eu não vim do estrato da militância dos servido-

62 NOVOS VENTOS BAIANOS

res públicos. Eu apoiava, apoiei e apoio à luta deles, mas não vinha dessa vertente sindical tão estritamente colocada. Nela se dá a disputa entre PT e PC do B. E nesse momento esses segmentos estavam em confronto e conflito com a política adotada pelo governo e, portanto, com a política adotada pelo Congresso. Os deputados receberam o protesto desses segmentos com o rompimento de interesses localizados de cada uma das corporações que eles eventualmente representaram antes.

A cláusula de barreira e o PSB

Eu me afastei logo dessa discussão de participação na chapa majoritária, até porque o partido não concordava com a nossa inclusão na chapa numa senatoria, por exemplo, porque ela não conta na cláusula de barreira. Acho que isso até ajudou alguns segmentos que votavam em mim e buscavam contribuir com a cláusula a impedir que o partido pudesse ser extinto nesse processo. Por isso, nacionalmente também não coligamos com Lula. Apoiamos o PT nacionalmente, mas não fizemos a coligação. Porque em alguns Estados tivemos a possibilidade de apoiar candidaturas que não necessariamente apoiavam o presidente da República. Apoiamos em alguns Estados candidatos do PMDB. Em São Paulo, por exemplo, nós tivemos candidatura própria ao governo e chapa própria para deputado. No Rio Grande do Sul, se não me engano, também. Estados onde historicamente tínhamos alianças. Tivemos que incluir uma política própria nessa construção. Optamos por isso. O PC do B optou por manter-se na aliança com o PT e arriscar a cláusula de barreira, discutir depois. Nós não, compreendíamos e tínhamos projeto político inclusive de eleição de governadores nossos.

Não podíamos correr, portanto, o risco de, em função da aliança nacional, impedir na base regional a possibilidade de alianças que eram importantes para nos dar a vitória nos governos estaduais. É fundamental, para entender esse processo, a compreensão do candidato. Wagner demonstrou ser um grande articulador político. Ele já vinha com a experiência de articulador político no Congresso, começou a fazer sua articulação um ano antes, construiu essa articulação, tornou muito difícil para o prefeito, por exemplo, ter outro caminho que não fosse o de apoiá-lo, pelo nível de apoio explícito que ele deu à cidade de Salvador com sua movimentação nacional e por ter conversado bem com todas as forças políticas. Ele criou as condições para que a vitória se realizasse.

A experiência como prefeita de Salvador para o governo Wagner

Acho que vai servir muito porque nós, diferentemente de uma boa parte da esquerda, aprendemos a tomar porrada, a nos defender e a resistir. Digo boa parte porque nós, da esquerda, como ficamos muito tempo na oposição na Bahia, estamos mais acostumados a atacar do que a criar conceitos, a defender os conceitos e a tomar porrada dos meios de comunicação. Isso sempre irrita muito a esquerda, que sempre se sente muito, digamos assim, acima do bem e do mal. Pois não é. Nós estamos colocados no teste de governar. Vamos ter que aprender a ouvir a porrada, a compreender de onde ela vem, se ela tem razão, se não tem. E a perceber onde erramos. Certamente erramos muito no meu governo. É tirar as lições daquilo para avançar.

Vejo a TV Bahia, no noticiário, fazendo muito parecido com o que fazia no meu governo. A notícia que vem do governo do Estado é sempre muito negativa. Então o governo tem agora que partir para pensar de forma muito profunda a sua política de comunicação, para não perder a briga. Porque eles são donos dos meios de comunicação. O principal canal de televisão do Estado continua na mão de Antônio Carlos. Então precisamos criar mecanismos de enfrentamento, de ganhar. Inclusive, de formação de opinião, de instrumentos de comunicação. Criar a capilaridade com a população, para que a gente possa ter realizada aquela famosa correia de transmissão. Porque, nos moldes antigos, subir nos coretos e fazer discurso não é nem será o método para alcançar 12 milhões de habitantes. Vamos ter que ter também meios de comunicação poderosos para nos fazer entender. A nossa comunicação também, a comunicação do governador, tudo tem que estar dirigido com uma preocupação essencial: se fazer entender pelo povo. O principal desafio que enfrentei, e que para mim se tornou uma obsessão quando me dirijo ao público em qualquer lugar, é simplificar a mensagem para que o povo entenda o que eu estou falando, porque já vivi o cerco completo da comunicação.

Os desafios do PSB e do governo na Secretaria de Turismo

Precisamos exatamente construir a idéia de unidade das ações de governo. Então temos que pensar o turismo como grande alavancador do

64 NOVOS VENTOS BAIANOS

desenvolvimento econômico do Estado. Grande potencializador de geração de emprego e renda, de proteção cultural, ambiental e na articulação, portanto, com todas essas secretarias e na cadeia produtiva do turismo. Temos que fazer um esforço enorme nessa direção e precisamos que o governador e o governo assim entendam o papel dessa pasta.

O nosso papel é vender a Bahia fora da Bahia. Então temos que fazer imagens, temos que participar das feiras internacionais, das feiras nacionais, temos que apresentar bem o produto da Bahia. É preciso também ter uma política de comunicação específica para o turismo. Não pode confundir com política de comunicação geral. Temos que ter uma articulação para vender esse produto lá fora, temos que qualificar esse produto aqui dentro, então precisamos de investimento de qualificação tanto do serviço do turismo, portanto das pessoas, dos recursos humanos, dos empresários, dos empregados do turismo, quanto qualificação da infra-estrutura, da logística turística para receber o turismo.

Me lembro de um debate que houve na Embratur ainda no governo de Fernando Henrique, quando eu era prefeita, e isso se transformou, modéstia à parte, num bordão do turismo na época. Eu disse lá, disputando recursos, que uma cidade boa para o turismo é uma cidade boa para o morador viver, para as pessoas viverem. Não podíamos repetir um modelo de turismo que o capitalismo antigo fez em Cuba antes de Fidel, antes da Revolução: uma ilha de hotéis – cerca-se uma área para o turismo viver bem e o povo que morra, que viva na dificuldade. Então o desafio de fazer um Estado crescer com o turismo é o desafio de aplicar recursos nas cidades com potencial turístico, dando-lhes infra-estrutura, logística, qualificação dos serviços, investindo no nosso povo, nas nossas cidades da Bahia que têm esse potencial. Então é entender isso. Entender o turismo num arco de ações políticas que não se reduzem somente ao turismo.

Se você pegar hoje o orçamento do Ministério do Turismo, pegar as rubricas do Ministério do Turismo, ele investe desde a construção de uma praça a melhorias de portos e aeroportos. Então é um arco de ação muito grande, e a Secretaria de Turismo tem que ter também essa visão. Atualmente é moda falar de ações transversais. O turismo precisa também de transversalidade em todas as suas ações. Precisa ter um olhar turístico em todas elas para que possamos transformar algo num produto turístico a ser vendido pelo Estado.

Vender no sentido de divulgar, mostrar, convencer, criar vontade no outro, seduzir o outro para que ele venha à Bahia. É um conhecimento que nós temos dessa área, que precisa de muita compreensão, de muita articulação do próprio governador para fazer com que as outras pastas vejam o turismo nessa sua singularidade. Então você chega num grande momento turístico da Bahia e lança notícias de segurança pública que sejam negativas para o Estado, é claro que é ruim. Mas isso quer dizer que a gente não vai poder divulgar? Não. A gente vai ter que ver como divulgar a notícia para que você não se aterrorize.

Eu me lembro que no Carnaval saiu aquela história do surto de sarampo. Em Brasília o povo perguntava: “E aí, dá pra ir pra Salvador? Não tá tendo sarampo?”. Eu dizia: “Sarampo é no interior! Não tivemos um caso de sarampo em Salvador. Então de onde é que vocês tiraram essa idéia?”. Todas essas coisas precisamos trabalhar, de forma que uma ação do governo possa ajudar a outra. Pensar também na qualificação em como, na educação, podemos nos preparar melhor para receber o turista. De que maneira fazer isso? Preparando bem os alunos em história. Preparando bem o povo para que saiba contar a sua própria história, se reconhecer, receber bem o turista.

Acho que podemos fazer turismo. O Brasil recebe apenas 5 milhões de visitantes por ano, um número ínfimo em relação a outros países. Na América Latina, no México são 20 milhões contra os nossos 5 milhões, com as potencialidades que temos em relação ao México. Deveríamos passar duas vezes o México nisso e não passamos. É uma indústria nova no Brasil, é um conhecimento que se acumulou pouco, está começando agora no Brasil uma indústria do turismo mais profissional. E o governo Lula tem dado uma contribuição essencial nisso: a modificação do papel da Embratur para se tornar uma agência de promoção, na prática uma empresa de promoção. A criação do Ministério do Turismo foi essencial para isso, um ministério que pensa, que planeja.. Que a gente possa aprovar ainda este ano, quem sabe, a lei geral do turismo. Que são mecanismos indutores de cima para baixo dos Estados. Óbvio que o turismo tem que enfrentar a desigualdade social e, ao mesmo tempo, combater e nos livrar da própria desigualdade. Ele é o caminho que os países pobres encontraram para tentar sair do desespero, um rumo de disputa nesse espaço de busca de divisas. Temos um potencial turístico de recursos naturais que nenhum outro país tem, e cultura e história que também permitem disputar com esses países. O que precisamos agora é qualificar o nosso povo. Que não é uma coisa que será feita pelo turis-



mo em particular. O turismo pode agregar valor a isso. Isso é o desafio da escola. É o desafio da educação que vai qualificar o nosso povo. O desafio da qualificação no trabalho. Não será de outra maneira.

O projeto carlista do turismo e o atual

Qual é o nosso projeto de turismo para o Estado? Qual é o nosso projeto de desenvolvimento? No que é diferente do da direita? Quais são os pilares do nosso projeto? A distribuição de renda, a preservação ambiental, a preservação do patrimônio cultural. Essa é uma diferença em relação à direita. O que temos que fazer é uma política industrial, seja qual for a indústria, não apenas de turismo, que preserve esses pilares. O carlismo, porque preservou algumas manifestações culturais – destruindo imensamente outras –, é muito bem visto nacionalmente na área de turismo. O ministro de Lula sempre elogiou o Paulo Gaudenzi (*ex-secretário Estadual de Cultura e Turismo*). Ele é muito bem-visto porque fez, anos atrás, um planejamento do turismo na Bahia que não podemos abandonar. Fez o zoneamento do turismo na Bahia, das zonas econômicas, que nós não podemos abandonar. Não quer dizer que tudo que ele fez foi ruim. Pelo contrário. O que precisamos agora é incorporar nosso conceito. Se antes a Bahiatursa e o turismo faziam a distribuição dos recursos do Carnaval para os blocos daqueles que já têm e que já ganham, que são as empresas privadas do Carnaval, agora temos que fazer a distribuição de recursos do Carnaval visando à preservação dos grupos afrodescendentes. Dirigindo nossos recursos pra outra área. Mas ainda assim, no caso da Bahiatursa, que é uma empresa de promoção turística, vender o produto turístico Bahia para os outros Estados e países.

O capital internacional e o turismo

A lógica, inclusive, é a lógica capitalista. Não tem como sair disso. Está vendendo um produto no mercado. O que não pode deixar é que os entes privados sejam os únicos a ganhar com a venda desse produto. O que o governo faz na área turística? Ele dá apoio à qualificação, à logística. O resto quem faz são os empresários. São os chamados *Trades* turísticos, que podem determinar o movimento do setor. Nós definimos o que o Estado faz. Precisamos drenar os recursos do Estado para que

ele não responda apenas a interesses privados. Que ele vá responder a interesses públicos que, eventualmente, sejam articulados com os interesses privados do setor do turismo.

Dificuldades para implementar as novas políticas

Porque não conhecemos a máquina no que diz respeito ao turismo. Turismo na Bahia, na lógica do carlismo, são claves que, simplificando o entendimento aqui, são verdadeiras assepsias, e assepsia no entendimento deles é a exclusão, um conflito com o meio ambiente. Então, como conciliar uma política de turismo com a centralidade do governo que, do ponto de vista programático, está difuso? Inclusão social, mas como um fundamento básico que precisa agora ser explicitado em políticas públicas. E como o turismo é uma das políticas mais importantes...

Dá para ver um lance diferente do carlismo: o projeto que a prefeitura está fazendo para investimento na Feira de São Joaquim. Se fosse o carlismo... O que o carlismo queria fazer com a Feira de São Joaquim há tantos anos? Tanto eles falaram da tradição, tanto divulgaram nos livros, no livro de Jorge Amado, em outros textos que o carlismo promoveu em determinada época como imagem da Bahia, mas toda a gestão carlista quis é acabar com a feira de São Joaquim. Quis “limpar” a cidade daquela imagem de feira pobre. A nossa proposta para a feira, e o projeto em que a Secretaria de Cultura está presente, não é modificar a feira, é tratar a feira. Qualificá-la para o turismo, qualificar os vendedores para receber e vender para o turista. E fazer o básico, que é o saneamento, para que ela saia do lixo – a última vez que foi feito o saneamento ali tem doze anos, que foi no meu governo. Não há manutenção do saneamento da feira, que é um trabalho da cidade, mas que precisa, pelas necessidades financeiras da própria cidade, do apoio do governo, seja estadual ou federal. Transformar a Feira de São Joaquim num patrimônio cultural do Brasil, esse é o projeto do governo federal que foi apresentado no Ministério da Cultura. Um patrimônio cultural da Bahia, portanto, como reconhecimento nacional, do Brasil. É essa a visão. Uma ação desse tipo faz a diferença para o turismo.

É você chamar o *trade* turístico para discutir e lhe dar os seus limites. Eu nunca entro num grande hotel da Bahia que tenha a mesma coisa que tem nos grandes hotéis do Brasil, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Recife. Em todos tem a plaquinha com o Estatuto do Adoles-



68 NOVOS VENTOS BAIANOS

cente, que foi um projeto meu aqui. “Neste recinto é proibida a hospedagem de crianças ou menores desacompanhados dos pais ou responsáveis.” Em qualquer lugar do país hoje você tem isso. No Rio é mais explícito: “É proibida a exploração sexual infanto-juvenil. É crime punido, lei tal, artigo tal”. É isso. São campanhas para inibir o turismo sexual. Na Bahia isso aconteceu com o estímulo determinado da Secretaria de Turismo, da Bahiatursa, do governo do Estado. Nunca foi política de governo. Deve passar a ser. Temos um conceito de turismo atrasado também nessa dimensão.

Curiosidades da campanha

Acho que a campanha foi engraçada, como toda campanha é engraçada. Porque a de Wagner foi coberta de grande descrédito. Muitos de nós não acreditavam que Wagner fosse ganhar. Eu vivi uma campanha dessas. Fui candidata ao governo e vivi uma campanha muito pior do que essa, porque foi uma campanha pequena, só tive 9% dos votos do Estado. Não tive essa dimensão nem tenho a pretensão de comparar. Mas é que, quando ele se convenceu de que tinha capacidade de ganhar, um mês antes, ele ganhou logo depois. Então não se viveu muito a crise.

No início tínhamos muita dificuldade de botar a campanha com seus agentes na rua. Havia a campanha dos deputados federais e estaduais andando pela rua, mas a imagem do candidato era muito pouco veiculada. Lembro que fizemos um esforço grande, e minha campanha foi toda assim: com a imagem do governador e do presidente da República. Mas a maioria das placas de *outdoor*, dos retratos, vinha só com o presidente da República. Porque queriam colar no prestígio eleitoral de Lula, que ao mesmo tempo era o instrumento de alavancar a candidatura do próprio governador. Se veiculava, portanto, pouco a imagem do governador. Diferente de uma candidatura em que você acha que o candidato tem chance de ganhar, em que os candidatos atacam na imagem do governador e dali não querem sair. Se esbofeteiam para tirar um retrato com o governador, para botar uma placa com ele ou coisa do gênero.

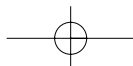
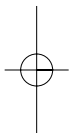
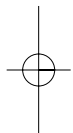
Por outro lado, esse tipo de campanha tem uma vantagem, não só desvantagens: tem um sentido coletivo, mas igual. Quando a força do candidato do governo é menor, há necessidade de solidariedade. Todos são mais solidários.

As pesquisas

As pesquisas a gente já sabia que seriam manipuladas. Porque todos nós vivemos a experiência da eleição anterior. Nós tínhamos notícias de outras pesquisas. Marcelo Nilo mesmo ajudou muito a campanha nesse processo, porque, com as suas pesquisas, ele ia dando a notícia de uma diferença muito menor do que aparecia no Ibope. Aí mostrou mais uma vez quanto o carlismo está incrustado nos pilares do poder: na comunicação, que passa por pesquisa, em alguns braços do poder político onde ele tinha domínio econômico, domínio absoluto. Foi a desmoralização completa do Ibope na Bahia.

Prefeitura municipal de Salvador

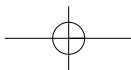
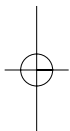
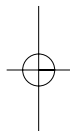
Continuo defendendo a unidade da oposição. Para que a gente permaneça com a prefeitura de Salvador nas mãos, dentro desse projeto político, sem desunir a base de apoio do governo Jaques Wagner na principal cidade do Estado. Todos os partidos têm legitimidade de querer ter candidato. Isso, no entanto, não pode ser colocado acima da necessidade e da legitimidade de mantermos a nossa base aliada, unida, para ter condições de sair vitoriosa nas próximas eleições.





entrevista

JAQUES WAGNER



72 NOVOS VENTOS BAIANOS

ESTUDANTE DA FACULDADE DE ENGENHARIA da Pontifícia Universidade Católica. Em 1973, Jaques Wagner é visado pela ditadura militar e vai trabalhar no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Inicia atuação sindical no Sindiquímica, do qual será diretor e depois presidente entre 1987 e 1989. Conhece Lula em 1980, de quem se torna amigo, e logo depois participa da fundação do PT e da CUT na Bahia, vindo a ser presidente estadual de ambos.

No ano de 1990, é eleito deputado federal, repetindo o feito em 1994 e 1998. Destaca-se na Câmara Federal não só pela apresentação projetos de lei voltados para as classes populares, mas também pela capacidade de diálogo com todos os partidos.

Em 2002 candidata-se ao governo do Estado. Perde alcançando votação expressiva, pois salta de 5% nas primeiras pesquisas de opinião para 39% na contagem das urnas. Assume em janeiro de 2003 o Ministério do Trabalho e Emprego, quando inicia a reformulação das políticas de emprego, trabalho e renda, o que resultará geração de 4 milhões de empregos formais nos primeiros três anos e meio de vigência de tais políticas. Durante sua gestão, o ministério bateu recorde nas ações de combate ao trabalho escravo, o que levou o Brasil a ser citado pela Organização Internacional do Trabalho como exemplo para o mundo.

Em 2004 foi para a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e, no auge da crise do chamado Mensalão, é convidado pelo amigo e presidente para ser ministro das Relações Institucionais, encarregado da coordenação política do governo.

Na nova pasta, ganha projeção nacional com sua capacidade de diálogo e tranquilidade na condução da crise. A postura, sem relação direta com as tendências tradicionais do PT e a crítica a tese de refundação do partido e o grupo ligado a José Dirceu; ampliam a força ao lado do presidente e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Gozando de alto prestígio e influência no Palácio do Planalto, segue para candidatura a governador da Bahia. É o responsável por solidificar amplo arco de alianças: PT, PC do B, PSB, PPS, PV, PMN, PMDB, parcela do PDT e do PSDB, e carlistas descontentes. Nas primeiras pesquisas, o opositor, Paulo Souto, candidato à reeleição, está com 63% e ele com 3%. Na véspera da eleição, chega aos 49% e vence em primeiro turno. O resultado é considerado a grande surpresa eleitoral de 2006. Com a vitória sob a liderança do PT, influencia diretamente os primeiros atos do segundo governo Lula e passa a ser cogitado como candidato à sucessão presidencial em 2010.

Na Bahia, anuncia um governo democrático e republicano, com prioridade para a saúde, educação, emprego e renda.

O que o motivou a sair do governo federal e enfrentar uma campanha arriscada para governador?

A DECISÃO SEMPRE É DIFÍCIL quando você está construindo um projeto em que acredita, como eu acredito no projeto capitaneado pelo presidente Lula para o Brasil. A minha disputa, até então considerada impossível aqui na Bahia, também faz parte desse projeto de fortalecimento do governo federal, que passa por ter governadores e prefeitos de cidades importantes aliados. A decisão, tomada em comum acordo com o presidente, foi mais facilitada na medida em que eu considero que, depois de um ano de trabalho na articulação política, no momento em que decidi sair as coisas já estavam bem mais arrumadas. Se eu não viesse para cá, iríamos deixar o território da Bahia livre de disputa e havia a minha vontade de ser candidato e a convicção de que era possível ganhar.

União das oposições

O processo teve basicamente duas fases. Uma maturidade do conjunto de partidos e lideranças de oposição da Bahia que, depois de dezesseis anos de diáspora do poder, entendeu que essa mensagem era importante para a população. E o bom relacionamento que sempre tive com todas as áreas da oposição aqui no Estado e a credibilidade de que desfruto em relação aos acordos feitos politicamente. Era uma vontade de lá e um protagonista aqui que garantiam que as coisas seriam feitas conforme acordado com todos os partidos.

Durante a campanha, como foi a relação com a população

Fui candidato em 2002. Lembro bem que naquela época, mesmo sem ter ganhado, já foi uma surpresa incrível ter saído com 2% das intenções de voto para praticamente 40%, e poucas pessoas se deram conta de que em 2002 o governador do PFL ganhou a eleição com



74 NOVOS VENTOS BAIANOS

números apertados, 3% ou 4% de diferença. Eu tinha convicção de que havia, como foi demonstrado, uma vontade latente do povo de que houvesse uma mudança em relação à direção política baiana, e sempre defendi que a população não gostava do que estava vendo, mas precisava acreditar numa outra proposta. Na campanha, muito menos do que criticar as lideranças e o próprio modelo vigente, me preocupei em mostrar a consistência do programa e a viabilidade real dessa nova proposta, além da unidade das oposições. A minha relação com a população sempre foi muito direta, com contato, diálogo. Sempre fiz isso como deputado federal e como ministro. Para mim ficou perceptível que a nossa mensagem estava indo ao encontro do que estava dormindo no coração das pessoas, que era essa vontade de mudança.

Embora as pesquisas eleitorais não espelhassem exatamente isso...

Em relação às pesquisas cabe aos institutos responder, porque todos eles erraram, e erraram grosseiramente. É claro que eu poderia simplesmente dizer que foi mera manipulação, mas, como eu também tinha pesquisas que confirmavam proximamente os números do meu adversário, não posso fazer essa acusação por uma questão de honestidade. Acho que a metodologia deve estar errada, a escolha da amostragem está errada ou deve ter ocorrido o fenômeno que todo mundo acha bastante possível, num Estado como a Bahia dominado, há quarenta anos pelo mesmo grupo político, com raros momentos de alternância de poder. Assim como os negros dançavam capoeira para treinar a arte da guerra, enganando os senhores de escravo, pode ser que os baianos tenham usado a mesma metodologia. Enganaram as pesquisas, brincaram que estavam com eles – e, na verdade, estavam conosco – para não ser perseguidos. Acho que os grandes institutos deveriam, após o episódio, ter analisado com maior profundidade o porquê de um erro tão grosseiro, pois apontavam meu adversário com 20% de frente, e eu ganhei em 1º turno com 700 mil votos de frente. Eles têm que explicar.

O senador ACM é identificado na história como aquele que rompeu com os coronéis, mas não com a concentração da riqueza e do poder. E o governo Wagner, qual o grande desafio para a história da Bahia?

Primeiro, discordo totalmente dessa afirmação. Ele não rompeu nada, ele é o próprio, ele se construiu debaixo da saia dos coronéis. A ascensão política do senador ACM está indubitavelmente vinculada ao período dos governos militares. Até hoje, para cargos executivos só foi eleito uma única vez, em 1990. Todas as outras, de prefeito e de governador, foi bionicamente colocado. Acho que ele pode ter aprimorado o sistema de intercâmbio de pessoas na área da comunicação, na área da propaganda e até na área administrativa, com técnicos que tivessem uma visão mais moderna do Estado, dentro de uma velha concepção do uso do Estado para um domínio político e para o benefício dos seus, sejam empresas, sejam pessoas físicas. A nossa marca é o reverso disso. É a transparência, é o diálogo, é a prioridade no social, porque a marca dos governos do PFL é a da sexta maior economia ao lado da pior educação pública e da sexta pior saúde pública do Brasil, com o maior contingente de analfabetos e a maior distância entre pobres e ricos. Essa é a marca do governo deles. Quero, em quatro anos, reverter essa marca através da transparência e de um programa que respeite o diálogo, mesmo reconhecendo as divergências normais da democracia.

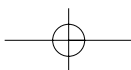
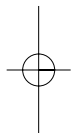
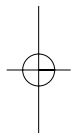
Como manter uma proposta central de governo com secretarias compostas por grupos diversos e como foi montar a estrutura de um dos Estados mais importantes da Federação, governado por dezesseis anos por outro grupo político?

Na composição política, quem constrói a vitória constrói o governo; portanto, acho natural que na direção do governo você tenha a participação daqueles que o ajudaram a construir a vitória junto à sociedade. O que é preciso ter é unidade de ação, unidade de objetivos e unidade de comportamento. Isso estamos garantindo, porque a unidade e o objetivo são dados pelo nosso programa de governo e o comando do governo é garantido pelo conceito da transversalidade – e para isso a gente tem uma Casa Civil exatamente para uniformizar e unificar as



76 NOVOS VENTOS BAIANOS

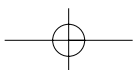
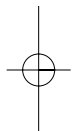
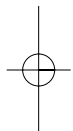
ações do governo. A unidade de comportamento – e aí falo da questão da transparência – é garantida com ferramentas como Transparência Bahia, Pregão Eletrônico, com o registro de preços, de tal forma que todos que participem do governo e independentemente da orientação político-partidária, saibam que o comportamento do governo é um só.





entrevista

JOÃO DURVAL



78 NOVOS VENTOS BAIANOS

COM EXPRESSIVA ATUAÇÃO na prefeitura da segunda maior cidade do Estado, Feira de Santana, João Durval Carneiro é escolhido por ACM, para a candidatura a governador em 1982, após a morte de Clériston Andrade. Derrota com margem folgada o opositor e ex-governador, Roberto Santos.

A passagem pelo Palácio de Ondina é lembrada pelos bons salários do funcionalismo, programas de moradia para classe média e abertura da barragem de Pedra do Cavalo. Passa a faixa a Waldir Pires e posteriormente desliga-se de ACM, já no fim da década de 1980. Em 1994 e 1998, será candidato a governador do Estado, perde, mas constrói uma forte rede de correligionários, entre os quais seus dois filhos, João Henrique, do PDT, e Sérgio Barradas Carneiro, do PT.

Sérgio é um dos responsáveis pela articulação política da família com os grupos mais à esquerda. Elegeu-se deputado estadual em 1990 e para a Câmara Federal em 1995, onde atua até 1999. Em 2003 é eleito vereador de Salvador e em 2006 volta à Câmara Federal. É considerado pelo Diap um dos cem parlamentares mais influentes em Brasília, pela capacidade de articular/organizar e formular propostas.

O outro filho, João Henrique, é evangélico e caminha ao lado do pai em toda a carreira política. Entre 1989 e 1995 exerce o mandato de vereador em Salvador, depois segue para o Assembléia Legislativa. Além do carisma, ganha notoriedade por ser contra a cobrança nos estacionamentos dos shoppings da capital e parte para a eleição municipal em 2004. Favorecido pelo enfraquecimento da candidatura do petista Nelson Pelegrino e desgaste do grupo carlista, após oito anos no comando da capital, torna-se fenômeno eleitoral, obtendo 70% dos votos no segundo turno contra o senador carlista César Borges.

Assim, João Durval caminha com uma família fortalecida para o pleito de 2006. Segura as pressões do PDT nacional e não se lança candidato ao governo do Estado, por fidelidade ao pacto feito com Jaques Wagner. Candidata-se ao Senado e é eleito com apoio do PT, PMDB, PC do B, PV, PPS, PSB e PMN, e sólidos 47% dos votos. A disputa foi difícil com o ex-prefeito de Salvador Imbassahy, do PSDB, e o ex-senador Rodolfo Tourinho, do extinto PFL.

Os problemas enfrentados pelo PDT na campanha

O SEVERIANO ALVES, deputado federal, é uma figura inexpressiva em matéria de votos. Toda eleição dele é diferente. Ele nunca teve realmente votos. A primeira eleição em que saí para governador eu perdi, ao contrário do que diziam as pesquisas. Na época levei três deputados, entre os quais Severiano e Sérgio. Eu que puxei os votos dele. Em 1998 tentei de novo. Foi um fiasco, mas não tinha nenhuma perspectiva. E te garanto que não tinha nenhuma intenção, só fui para manter acesa a chama do partido e levar alguns deputados.

Em 2002 saí para o Senado e ainda obtive 800 mil votos. Sem gastar um centavo, sem um minuto de televisão e só fazendo campanha na região de Feira. Quando veio 2006, comecei a conversar com o partido para, como os demais partidos de esquerda e centro-esquerda, apoiar Wagner. Então o sr. Carlos Luppi, atual ministro de Lula, mandou circulares para os diretórios estaduais determinando que o PDT não se coligasse em hipótese alguma com o PT. Discordei frontalmente, pois achava que o PDT tinha que apoiar a campanha de Wagner, que naquela altura já tinha o apoio de todos os partidos de esquerda e centro-esquerda, sem exceção. Então fiz um ofício ao PDT dizendo que discordava da orientação nacional e que sairia para senador. Eles queriam que eu saísse para governador e apoiasse Imbassahy, que era carlista e ficou com Jutahy. Então Severiano, como homem fácil de conversa, acertou que o apoiaria para o Senado. E foi lá em casa dizer que o partido não teria candidato ao Senado, somente para governador. Então fiz uma carta dizendo que não ia sair para governador e já tinha candidato para governador. Resisti forte, Severiano dando várias entrevistas dizendo que eu não ia sair para senador.

Sou do PDT há dezesseis anos, e Imbassahy saltou a cerca e já chega para disputar comigo. Então topei a parada para sair a senador mesmo. E dei um tempo, silencie. Severiano estava falando demais. Nessa ocasião houve duas reuniões do PDT; na primeira ata saiu que o partido não teria candidato a senador. O PDT se tornou uma colcha de

80 NOVOS VENTOS BAIANOS

retalhos. Severiano começou a apoiar Paulo Souto, inclusive queria ser vice de Paulo Souto. O PDT votou com Imbassahy de fora a fora. Aí veio uma segunda ata. Eu já tinha ligado para o Luppi, pois ia perder e fui claro: “Não preciso de política, não vivo de política. Sou idealista. Tenho uma vida limpa. E sou candidato a senador, e já disse a Severiano. A governador nunca, já saí para ajudar o partido e acabei perdendo. É suicídio sair com um candidato com apoio do governo federal e outro do estadual”.

Ele tentou me convencer e eu disse: “Luppi, não sou criança, não. Já fui prefeito, secretário, vereador duas vezes, governador, deputado federal duas vezes. Você é que perdeu vários aí...” – Ele foi candidato a governador e teve 1,5%. “Você quer comparar sua pessoa com a minha, está errado. Eu tenho experiência nisso. O PDT pode fazer um senador na Bahia, que sou eu, o único. Ou você me dá legenda ou não sou candidato a nada. Tiro João da prefeitura e saio pela Bahia apoiando Wagner com um grupo.” Ele disse: “Mas o senhor não faz isso”, e devolvi: “Faço, faço”. Isso foi na antevéspera do prazo final de registro das candidaturas. O PDT que me deve. “Ou você dá uma ordem a Severiano para me dar a legenda ou largo o partido com meu grupo todo e acabo com o PDT na Bahia.” Aí ele mandou Severiano me dar a legenda, faltando 48 horas. Falei a Severiano: “O partido não vai lançar candidato a governador, foi o acordo que fiz com Wagner”. Aí veio outra ata de madrugada, e eles lançaram um candidato a governador da igreja batista perto de minha casa. O sonho do rapaz era ser candidato a governador, Severiano deve ter tomado um bom dinheiro dele. Lançou esse moço, ousou tirar meu primeiro suplente, Sodré. Ousou colocar o Eliel Santana, com quem não tenho relações. Pois em 1994 pedi o apoio dele e ele me pediu R\$ 500 mil. Abri a porta e saí.

Então Severiano tirou Sodré e botou Eliel, em troca de votos. Porque Eliel era deputado estadual e candidato a deputado federal. E tinha base real, boa, da Assembléia de Deus. Estava bem. A Assembléia de Deus é a maior igreja da Bahia. Então negociou com Severiano, que tiraria Sodré e o colocaria como primeiro suplente. Os votos dele para federal daria para Severiano. E assim foi feito.

Ele confirmou meu nome, por ordem do Luppi. E aí praticamente estava resolvido o problema da campanha. Só que havia dado a palavra mas não estava certo, porque não tinha meios. Então fui para a campanha com Wagner. Mesmo com as trapalhadas que a Câmara estava fazendo, Lula não tinha nada a ver com aquilo. A Câmara sempre foi

isso, o Senado não. Lula estava sendo traído por aqueles que ajudaram a fundar o PT. Mas ele estava fazendo um governo bom, seguro. Acabou com a inflação, criou o Bolsa Família. Pagou o FMI, para não receber ordem do FMI.

Vi que Paulo Souto estava muito desgastado. Andando pelo interior com meu carro vi isso, ele não tinha condição de reeleição. Todas as pesquisas davam vitória a Paulo Souto, ele foi com a caneta na mão até a eleição.

Como foi o apoio do PDT

Não tive apoio do PDT. Só dos meus amigos, na Bahia toda. O PDT apoiou Antônio Imbassahy e o cidadão evangélico. Não tive um minuto de TV, o PDT não deu. Foi uma campanha feita na base da conversa. Fiz a campanha do começo ao fim ao lado de Wagner. Juntei as forças que tinha e parti para a campanha.

E, sendo sincero, até o fim de agosto a campanha foi morna. Aí falei com Wagner: “Vamos acelerar isso aí, começar a dar umas pancadinhas em Souto”. Ele falou: “Não gosto de dar, não”. Falei: “Tem que dar”. Aí mudei a estratégia, chegava no interior e falava com o pessoal antigo que conhecia: “Você lembra o que fiz aqui quando era governador?”. E o pessoal falava: “Botou energia, água, escola”. Depois perguntava o que Paulo Souto tinha feito: “Nada, não tem nada aqui. Tudo que tem aqui o senhor que fez”. Quando começava a falar eu dizia: “Antes de dizer claramente a vocês o que penso, queria fazer uma pergunta: o que Paulo Souto fez aqui em oito anos?”. Aí uma voz só: “Nadaaaaaaaaaaaaa!”. Pergunta a Wagner, era uma só voz que ecoava. Aí eu falava: “Se ele enganou vocês em oito anos, por que insiste em enganar por mais quatro? Vocês vão votar em Souto?”. Era a mesma coisa “Nãoooooooo!”. Eu continuava: “Tem dois candidatos, Souto e Wagner. Esse que está aqui é Wagner e por esse eu garanto, e talvez faça um governo melhor que o meu. Eu fiz energia, fiz isso e aquilo”. O pessoal aplaudindo e eu continuava: “Esse aqui é íntimo de Lula e vai fazer mais, dinheiro não vai faltar”. Botava Wagner lá em cima e quando ia falar era só aplausos. E assim foi até 17 de setembro. E começava a perceber os garotos – isso é comum em interior – a querer pegar Wagner, abraçar Wagner. Então, a partir daí a campanha cresceu, cresceu, e eu disse a Wagner: “Você já ganhou a eleição”, ele ainda tinha uma duvi-

82 NOVOS VENTOS BAIANOS

dazinha: “É mesmo?”. Eu disse: “Você já ganhou. Firmeza no seu discurso, bata forte em Souto. A eleição está ganha”. Ele então se entusiasmou.

Aí o Ibope saiu no sábado com a última pesquisa: Paulo Souto 48% e 31% de Wagner. Até na véspera o Ibope errou. Isso é para ver que pesquisa não adianta em nada, o certo é você se comunicar com o povo.

A campanha

Na campanha anterior para o Senado não fiz nada, nem comício, nada. Era para o partido não se apagar. Mas em 1994 foi belíssima, saí sozinho, com a cara e a coragem. Só com a ajuda dos amigos e alguns deputados. Tinha seis aviões disponíveis. Foi linda, a mais bonita que fiz na vida.

Mas em 1994, enquanto o resultado saiu no mesmo dia, a minha saiu em 11 dias. Na época era o pessoal do homem que mandava lá. Eu e Waldir perdemos juntos, e estávamos eleitos.

E agora, no Senado, quais são as áreas de atuação para a Bahia?

Estou chegando agora, e já tem dois ou três projetos da mesma natureza. Foi muito ruim a questão da crise aérea para Lula. Mas o que está sendo abordado agora são as metas do PAC, que foi muito bem bolado por Lula. Você ouve quase todo dia a questão das metas do PAC. Em reforma agrária também se fala muito. A comissão de que participo tem muitos assuntos sociais. Infra-estrutura.

Em relação à Bahia

Está todo mundo com a perspectiva do PAC. Por exemplo, está prevista a criação de mais uma pista na BR-324, Salvador-Feira. Passando de Fera segue até Riachinho, Capim Grosso. Isso está quase pronto. A 407, que segue até Juazeiro, está quase restaurada pelo Exército. A BR-116, que vai até Minas, tem muitos acidentes e prevê duplicação. A 101 também prevê recuperação.

A obra mais polêmica, que prejudica a Bahia, é a transposição do São Francisco. O MST até ocupou uma área muito boa para plantação na região. Tem também o baixio de Irecê, que é muito grande, bom. Essas duas áreas usam mais do que a área da fruticultura de Petrolina. O pessoal só pensa em transpor, quando deveria fazer recuperação. Arborizar a área das margens e evitar o assoreamento. Hoje você não pode sair com uma embarcação grande no rio que corre o risco de encalhar. Tem que fazer a dragagem também. Para o rio sobreviver. Quatro anos atrás passei por Sobradinho de avião e não acreditei, só tinha uma poça de água. Sobradinho recebe a água que vem de Minas e tem uma vazão de 8m³ por segundo. Tem que controlar isso aí.

A relação com os outros senadores da Bahia

Assine algumas propostas e requerimentos. Primeiro eu leio, que não sou besta. É a maneira de colaborar com meu Estado. Se prejudica o Estado, sou sistematicamente contra.

Mantenho relacionamento com César Borges, com respeito e dignidade. No meu governo ele foi chefe de gabinete da Secretaria de Indústria e Comércio, com Álvaro Cunha. Com ele não tenho problemas. Meu problema é com o ex-poderoso chefeão.

Por azar meu, eles reúnem as bancadas por Estado. Na primeira fila tinha Antônio Carlos, César Borges e Tourinho. Como ganhei, me colocaram no lugar de Tourinho, e fico atrás dele. Nem sequer troco olhares. Como ele é cínico, ele fica de lado para mim, mas não olho para ele.

Quando rompi com ele foi por telefone, em 1990. Disse pra ele: “Fui seu amigo, sempre fui correto com você. Isso é uma molequeira. O senhor ficou três horas me enchendo o saco para ser senador. A partir de agora nossas relações estão definitivamente rompidas, não adianta colocar emissários. Tem mais: quando formos lá para cima, e na primeira porta com São Pedro esperando, ele vai me colocar para cima, porque só fiz o bem. E você vai para o inferno pelo mal que faz à gente baiana”. Mandou mais de vinte emissários depois, como ele faz, dizendo que estava arrependido. Ele já tinha escolhido Josafá Marinho havia um mês, e mentiu para mim. Isso soube depois. Ele foi canalha, e agora cheguei ao Senado.

Tem quatro poltronas no fundo do plenário, e casualmente sentei, sem placa de ninguém.

As conquistas do senador como governador e o que pode ser passado para Wagner

Cada governo tem os problemas do seu tempo. Acho que algumas das coisas que fiz foi habitação, e está crescendo. Ele não conversa muito comigo, não me procura. Falei nos comícios, mas não falava muito para não deixá-lo em situação difícil. Mas, por exemplo, furei mais de 4.000 mil poços tubulares. O pessoal vinha para Salvador e a filha se prostituía, o filho mexia com drogas, porque não tinha meios de ficar no lugar de origem por falta de água. Visitava cidades do sertão onde não tinha vivalma.

Ainda teve os grandes poços pela Embasa e Serpro, tem a barragem de São José do Jacuípe pela Odebrecht. O Rio Jacuípe até ali é doce, depois é salgado. Se você passa uma chave só sai sal. Riachão do Jacuípe bebia essa água. Então fiz a barragem, que acumulou 360 milhões de metros cúbicos de água doce. Fiz uma adutora numa serra próxima que desce até Riachão do Jacuípe. Botei água em todas as comunidades.

A barragem foi construída para atender 150 comunidades, mas tinham outras que não conseguia alcançar. Então passei com ela aérea e fazia uma torneira que abria em baixo e um caminhão-pipa enchia e levava para mais longe. Tudo dessa barragem. E às margens da barragem eu desapropriei todas as terras, dei um hectare para cada agricultor sob orientação da Ematerba. Eles plantaram – e plantam até hoje – melão. E fiz o fechamento do lago: se você não tiver carne, vai no lugar e pesca o peixe. Você pode ir lá ver a alegria da gente.

Fiz ainda 80 mil casas, comecei por Cajazeiras. Foram 21 mil casas e apartamentos em Cajazeiras. Fiz também Fazenda Grande I, II e III. Terminei o Doron e fui pro interior. Em Feira fiz 1.500 casas, do lado do Subaé.

Levei energia, e Wagner está levando, no Luz para Todos, para 1.600 localidades. Antes de falarem em reforma agrária, tinha no interior o posseiro. Onde o cara achava uma terra boa ele cercava, fazia a casa de sapé. Num lugar que tinha até vinte posseiros aparecia um gri-leiro e comprava a posse de um e com os capangas ameaçava matar o

resto, que fugia. Fui em São Paulo e fiz um cadastramento aéreo, que distribui para 127 mil posseiros.

Em Irecê ninguém tinha título e não tirava empréstimo, e dei o título a todo mundo na região. Minha esposa era das Voluntárias Sociais e passamos a Waldir 506 creches. Nunca ninguém fez isso na Bahia. Aqui na capital o pessoal prende o sujeito e joga nas delegacias, então fiz os Complexos Policiais, que existem 144 várias cidades e que centralizavam todas as funções da polícia. No fundo, fazia apartamento digno e alimento quente aos presidiários. Mas muita coisa desapareceu. A melhor creche que Yeda fez, que hoje é a União de Prefeitos da Bahia, foi trazendo os melhores do interior num espaço de qualidade, cheio de vidro, espetacular. Tinha até primário, primeiro grau e médio. Tinha o conjunto completo, o aluno entrava na creche e saía no segundo grau.

O primeiro trabalho de Waldir foi pedir a privatização do Baneb. Com Lafaiete Pondé, tirei o pessoal que não sabia nada e preenchi todas as diretorias. Depois que fiz isso, as agências do Baneb deixaram de ter prejuízo e, junto ao Banco do Paraná, foram as únicas que não sofreram intervenção federal.

A possibilidade ir para o PMDB e as mudanças políticas

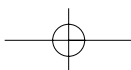
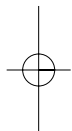
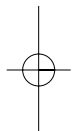
Isso não existe. O prefeito não sei, a mulher dele é que decide. Mas sou contra as mudanças de partido. O ministro Marco Aurélio deu um susto na Câmara para sair a reforma política, que todo mundo quer – Senado, Lula, partidos –, mas não sai. Toda eleição eles fazem uma legislação própria, toda eleição muda. Presidente era cinco anos, passou a quatro. Com Sarney foram seis anos. Com FHC, ajeitou-se rádio e TV para reeleição, algo que nunca teve no país. O sujeito ganha o mandato e já pensa na reeleição, e o segundo mandato é ruim, pois já gastou muito dinheiro, assumiu muitos compromissos. A exceção talvez seja Lula, que não fez um grande primeiro mandato, principalmente com o problema dos Sanguessugas.

Os conflitos do PDT com a base aliada

Wagner tem maioria na Assembléia, ele precisa apenas firmar os 35 ou 38 votos. O caso da eleição para presidente na Assembléia, que o PDT

**86** NOVOS VENTOS BAIANOS

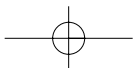
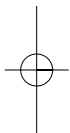
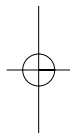
disputou com Marcelo Nilo, é algo comum em qualquer Assembléia. Todo mundo quer ser presidente, diretor. Acho que Wagner não vai encontrar maiores problemas: além de ser inteligente, ele tem um presidente com experiência no segundo mandato, que fará um bom governo. Tudo vai ajudar Wagner a fazer um grande governo. O pessoal acha que engana Wagner, mas ele fica calado. Percebi isso nos comícios, ele não é besta, não.





entrevista

GEDDEL VIEIRA LIMA





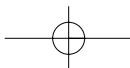
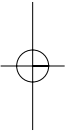
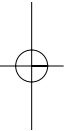
88 NOVOS VENTOS BAIANOS

GEDDEL É O HERDEIRO político da família Vieira Lima, fazendeiros de cacau no sul da Bahia. Os Vieira Lima precipitam o processo de ruptura com o carlismo após a morte de Luís Eduardo Magalhães. Quanto a Geddel, começa vida política no serviço público: é diretor do Banco do Estado da Bahia (BANEB), no governo João Durval; assessor da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Salvador nos anos 1988 e 1989; depois segue para direção da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa); e em 1990 é presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-BA), quando filia-se ao PMDB.

É eleito deputado federal em 1990 e em mais quatro legislaturas, a última 2006 a 2010. Com grande capacidade de articulação no Congresso, é líder do PMDB mais de uma vez. Na base de sustentação do governo Fernando Henrique, trava batalhas ferrenhas com ACM.

No primeiro governo Lula, se coloca na linha de frente da oposição, até maio de 2006, quando anuncia publicamente apoio ao presidente e indicar o vice da chapa de Wagner, Edmundo Pereira. Sai fortalecido das eleições e assume o importante Ministério da Integração Nacional. A primeira tarefa é fazer avançar a polêmica transposição do rio São Francisco.

Indica nomes para cargos importantes no governo Wagner, como o de secretário da Indústria e Comércio e Infra-estrutura. Coordena um processo de acolhimento de dissidentes carlistas no PMDB, além do prefeito da capital, João Henrique, do PDT; do deputado federal eleito pelo PPS, Colbert Martins; e de Artur Maia, deputado estadual do PSDB.



De opositor de Lula, a aliado de Jaques Wagner

PRIMEIRO, A OPOSIÇÃO aguerrida a Lula era fruto de uma determinação das urnas. Nas eleições de 2002 o meu partido, institucionalmente, fechou uma aliança com a candidatura de José Serra. Indicamos a candidata a vice-presidente, Rita Camata.

Eu fui para as urnas e fui derrotado, e o meu candidato a presidente perdeu a eleição para Lula. Portanto só me restava o caminho da fidelidade às urnas e fazer oposição, como é do meu estilo. Tudo o que eu faço na vida é com vigor, com amor à causa que abraço, e assim foi feito.

Quando veio 2006, era o momento de renovar o contrato político com a sociedade da Bahia, era o momento de eu repensar e propor novas alternativas, para serem ou não aprovadas pelo eleitorado.

Eu mantinha uma relação fraterna com Jaques Wagner desde os tempos de deputado. Ele tem uma característica pessoal da conciliação, do entendimento. Mesmo no decorrer do processo nosso, do segmento do PMDB que fazia oposição ao governo do presidente Lula, ele sempre nos dava a idéia de que deveríamos fazer uma aliança institucional com o partido, deveríamos prestar atenção a todos os segmentos do PMDB, incluindo o diretório da Bahia, que eu representava.

Isso criou um clima de boa vontade, de diálogo em relação a Jaques Wagner, sobretudo depois que ele foi para o Ministério da Articulação Política. A partir daí foi ficando claro que as alternativas na Bahia seriam colocadas – as forças que poderiam apoiar, eventualmente, Jaques Wagner e as forças que estariam ao lado do senador Antônio Carlos Magalhães. Essa hipótese não era admissível para o PMDB e para mim pessoalmente, o que nos fez acelerar os entendimentos com Jaques Wagner para formarmos a aliança, fecharmos a composição que terminou vindo a ganhar a eleição.

A mudança de posição nacional

A minha mudança de posição nacional veio como fruto da minha mudança na Bahia. Veja que quando nós fechamos um entendimento

com Jaques Wagner – e não havia uma terceira força –, fomos capazes, numa eleição passada, de sustentar a candidatura de Prisco Viana, ainda que com todas as dificuldades, mas saindo um pouco daquela bipolarização entre o que representava o PT e a candidatura que não apoiávamos – do presidente Lula em 2002 – e o que representava ACM. Conseguimos construir a candidatura de Prisco, uma candidatura frágil, mas nos deu uma alternativa de palanque.

Quando isso não foi possível e nós, em função muito das características pessoais de Jaques Wagner e do desejo que eu tinha de fazer um palanque forte na Bahia, para que eu pudesse concorrer em condições concretas e reais de derrotar o carlismo no Estado, evidentemente não cabia outra posição que não apoiar também o federal, e fui para a televisão, fui para as praças públicas explicar essas mudanças. Eu disse à população do Estado: “Estamos mudando e a hora é essa porque vamos ter um novo embate político eleitoral. Tenho que defender e explicar a vocês as mudanças e vocês, através do voto, vão dizer se concordam ou não com a posição do PMDB”. Ou seja, o que eu acho que seria errado era eu sair das urnas em 2002 e aderir.

Não sou um homem de adesões. Sou homem de conquistas nas urnas, no embate político, no enfrentamento. E foi o que fizemos. A mudança foi fruto do entendimento na Bahia. Não partiu de Brasília pra cá, partiu da Bahia pra Brasília.

O descontentamento do PC do B, PDT e PSB com o crescimento do PMDB no governo Lula, o caso Chinaglia versus Aldo Rabelo

É natural que, quando partidos têm projetos de poder, eles se agastem, eles cobrem mais espaço. Acho que aquele episódio foi isso. É a aliança PT-PMDB que dá um rumo ao governo do presidente Lula. Dá uma condição de maioria na Câmara dos Deputados, de maioria no Senado e dá o salto político ao presidente Lula para ele não ficar na dependência de pequenos partidos e da repetição de episódios lamentáveis que ocorreram no primeiro mandato e que todos nós não queremos ver acontecer de novo.

Evidente que, se me perguntarem “será possível recompor com esse partido?”, eu direi que sempre é possível, mas é claro que isso tudo dependerá de como vai acontecer 2010. O pano de fundo de todas as

articulações que estão aí, apesar de estar muito longe, é 2010, porque esse bloco que tem PC do B, PPS, PSB e PDT quer viabilizar o nome de Ciro Gomes à Presidência da República e, portanto, vão ficar nessas escaramuças, nessa sístole e diástole.

Acho que o presidente Lula, continuando com a popularidade que está, aprofundando os programas sociais, implementando o PAC, mantendo a economia com vigor, será, sem sombra de dúvida, um grande eleitor na sucessão de 2010. E sendo um grande eleitor em 2010, se mantivermos firme a aliança PMDB-PT, esses e outros partidos que, legitimamente, buscam espaço para implantar um projeto próprio, vendo as dificuldades, a tendência é se reacoplarem à posição original, ao lado do candidato que surgir desse núcleo PT-PMDB.

O que diferenciou na campanha o panorama local do nacional

Não diferenciou, muito pelo contrário. Na campanha o panorama nacional teve influência muito grande na Bahia. O presidente Lula, o candidato Lula, tinha muita força no Estado. Evidentemente, na medida em que tivemos a capacidade e a competência de acoplar a nossa chapa à candidatura de Jaques Wagner e ao nome de Lula, criou-se um pacto extremamente positivo.

Creio que o início da arrancada na Bahia foi, exatamente, a capacidade que tivemos de formatar essa aliança PT-PMDB pelo que representam os dois partidos, o PT junto aos movimentos sociais e junto ao governo Lula; e o PMDB tinha de entrar mais pelo interior, nas áreas mais conservadoras, com seus prefeitos, sua capilaridade, a capacidade que tivemos de abrir mão dos projetos pessoais – e posso citar o meu próprio caso. O PMDB pleiteou, no primeiro momento, a vaga de candidatura ao Senado, o candidato Jaques Wagner chegou a sinalizar nessa direção. Eu tive a exata noção de que ia dar um passo atrás quando percebi que a candidatura do Imbassahy era irremovível, quando percebi que o João Durval desejava ser candidato e a não-candidatura poderia diminuir o engajamento do prefeito João Henrique, que é um eleitor importante no eleitorado da capital. Eu tive a capacidade de entender isso, retirei uma pretensão legítima, do ponto de vista pessoal, do ponto de vista partidário. Conseguimos viabilizar a candidatura de Edmundo a vice a partir daí, portanto, um homem do interior trazendo

exatamente essa sinalização de que o governo Jaques Wagner, eleito, prestigiaria o interior. A partir daí foi ir para a campanha, mostrar a parceria que queríamos fazer com o governo federal, e o povo da Bahia mostrou cansaço em relação ao que representa o carlismo, a repetição dos mesmos métodos, dos mesmos nomes, das mesmas propagandas, das mesmas propostas, e nos deu essa esmagadora vitória que surpreendeu todo o Brasil. Não a nós, que estávamos aqui e já começando a ver uma clara fadiga material do carlismo.

Como analisa as pesquisas e o eleitorado

Acho também que não houve erro em pesquisas. A campanha foi num crescente, ela começou, num primeiro momento, criando as condições políticas de uma grande e ampla aliança formal e informal que embutia inclusive o PDT e segmentos do PSDB que estavam em outra posição nacional. Conseguimos formatar essa grande aliança, esse grande entendimento, passamos para a Bahia aquilo que sempre foi um desejo: a noção da unidade ampla das oposições e da construção de um projeto capaz de governar. A partir daí houve, com o decorrer da campanha e o crescimento do presidente Lula, o fracasso da candidatura Alckmin, a manifestação mais explícita do cansaço e da fadiga de material, as manifestações de agressividade de campanha do senador ACM mostrando que ele é quem era o dono de Paulo Souto, ele é quem era o dono de toda aquela aliança e que a vitória deles, eventual, permitiria a continuidade de um esquema de arrogância, de prepotência, de manipulação, de utilização do dinheiro público na autopropaganda.

Tudo isso era um caldo de cultura que estava ali, latente, para explodir: com o crescimento de Lula e a vinculação dele a Jaques Wagner, a população foi mudando e a virada se deu nos últimos dias, quando as pesquisas já não tiveram mais condições de acompanhar as mudanças que estava havendo nas ruas, que eram claras. Para quem, como nós, que andamos neste Estado inteiro, chegando em municípios com visão ideológica conservadora, como Itapetinga, o sudoeste da Bahia e, outras áreas, ver as claras manifestações de apoio a Jaques Wagner não foi surpresa. Andar como eu andei nos últimos dez, quinze dias em Salvador, nos bairros, vendo de novo a retomada da campanha, nos carrinhos de cachorro-quente com o adesivo de Jaques

Wagner, no interior das barracas de jornal com o adesivo de Jaques Wagner... percebia-se claramente que a maré tinha mudado de direção, que a onda estava chegando e que íamos vencer as eleições – e vencemos.

A que atribuir a derrota de Paulo Souto, já que ele trabalhou para se diferenciar do carlismo

O Paulo Souto era, aparentemente, auto-suficiente. Até gosto dele pessoalmente, mas era uma figura absolutamente vinculada ao ACM, obediente ao ACM. Não tinha autonomia para formar chapa, nem para formar governo. Tinha uma postura aparentemente mais independente, mas no fundo ele era tão entregue quanto outros que exerceram o governo sob a tutela de ACM. E a Bahia cansou disso. A Bahia queria um momento de uma nova expectativa, de uma nova experiência.

Eu atribuo a isso. À auto-suficiência deles, à certeza do “já ganhou”, à arrogância deles no trato com os prefeitos, com as lideranças do interior, à propaganda que já não representava a realidade do nosso Estado e, sobretudo, à avalanche que foi a campanha do presidente Lula e a força que o presidente Lula tem na Bahia.

A que atribuir o apoio de parcelas do empresariado a Jaques Wagner

Acho que é natural. É sempre bom lembrar que ACM é uma figura que nasceu politicamente na ditadura. Ele tinha sido candidato a deputado, tinha perdido a eleição para deputado e depois, com a habilidade que teve para agradar aos segmentos vinculados à ditadura e aos generais, terminou sendo nomeado prefeito de Salvador. E a partir daí, pela via indireta, construiu toda uma carreira, montando um formidável império de comunicações, onde tinha todas as condições de manipular informação, de destruir adversários, de criar estereótipos sobre adversários, repetir uma mentira tantas vezes, numa prática nazista, para se tornar verdade.

Isso amedrontava os empresários porque, durante todo esse tempo, foi ele quem teve o privilégio, por conta da força que detinha na ditadura, de nomear membros do Tribunal de Justiça, membros do Tribunal de Contas.

O ACM exerceu um domínio na vida pública da Bahia que nem Juracy Magalhães, que aqui chegou como interventor, conseguiu exercer. Isso assustava os empresários. Aliado a todo esse poder, tinha a característica pessoal do mandonismo e, quando não podia bater naquele que era o seu adversário e na família e nos negócios, perseguir, botar fisco em cima, criar dificuldades, fez com que os empresários ficassem sujeitos à sua vontade.

Com a abertura, com a vinda de Lula, esse clima começou a se oxigenar e, na hora em que as oposições se unificaram e passaram para a sociedade a perspectiva de que poderia estar acontecendo algo novo na política da Bahia, evidente que essa oxigenação chega também aos empresários, que, num primeiro momento, timidamente, começam a nos ajudar, começam a sinalizar que apoiariam essa mudança de postura e, num segundo momento, avançaram com mais tranqüilidade na direção de apoiar uma nova proposta para a Bahia. Foi o que aconteceu

Essa última eleição teve a maior composição que a oposição já conseguiu fazer na Bahia. Foi até mais ampla do que a de Waldir Pires. Ela somou nove legendas e parte do PDT e do PSDB. Como se viu a influência dessas legendas e respectivas personalidades?

Ela foi mais ampla e mais difícil de administrar. Tanto durante a campanha quanto durante a montagem do governo. É sempre bom lembrar que o episódio Waldir foi estimulador de dissidências. Não foi um episódio como se ele estivesse num amplo arco de alianças político-institucional-partidárias.

Agora tivemos a capacidade – fora algumas dissidências no PSDB e fora a aliança informal com o PDT por força de lei – de construir um grande arco de alianças, me parece, com nove ou onze partidos, que deram sustentação institucional à candidatura de Jaques Wagner.

Vejo isso como uma demonstração de maturidade política do Estado. Nós, que perdemos muitas eleições por não termos tido a maturidade de construir uma aliança, agora tivemos a capacidade, como eu já disse, de deixar de lado, às vezes, legítimas pretensões pessoais e individuais para abraçarmos uma causa que se mostrou vitoriosa exatamente por essa capacidade que tivemos de nos unirmos em

torno de um projeto, de um programa e, sobretudo, em torno da candidatura de alguém que tem a característica pessoal da conciliação como norte de vida.

A relação com adversários políticos recentes

Não tive nenhuma dificuldade. Eu me somei a adversários políticos e não a inimigos políticos. Nunca vi nessas pessoas com quem me juntei, com quem me alianei nessa eleição, nenhum inimigo político. Por uns momentos fizeram críticas mais duras a mim, participaram de alguns preconceitos, algumas posições em relação a mim, mas nunca tive, nesse campo, nenhuma inimizade. Diferentemente, por exemplo, da relação com o carlismo, que termina sendo muito pessoal. A diversidade por ali é tratada como inimizade. Você parte logo para a agressão pessoal, a agressão à família, os xingamentos, a calúnia, a difamação e torna qualquer possibilidade de conversa absolutamente impossível de acontecer.

Do lado de cá, não. Tive adversários, tive visões diferentes, e a campanha fez com que eu pudesse conhecer melhor alguns deles, aprender com eles algumas posições, e certamente tiveram a oportunidade de me conhecer também. Mudaram posições e conceitos em relação a mim e eu me senti muito feliz com a campanha que fiz, com a alegria na alma, no espírito. Procurei ajudar com toda força que eu podia, pessoalmente e partidariamente, na campanha de Jaques Wagner, na campanha de João Durval, de Edmundo, e me sinto bem em ter podido dar uma contribuição, sem falsa modéstia, que considere significativa em nome do PMDB, à grande vitória que juntos obtivemos. Não senti, em nenhum momento, nenhum constrangimento e nenhuma discriminação em relação a mim

O que levou o PMDB a escolher Edmundo, levando em consideração essa argumentação?

As suas características pessoais. Edmundo também é um homem de conciliação, homem simples, do interior, que poderia sensibilizar os chamados grotões do nosso Estado. Um homem que tem experiência administrativa, foi três vezes prefeito de um município importante, foi deputado estadual. Alguém que poderia também, no exercício da vice-



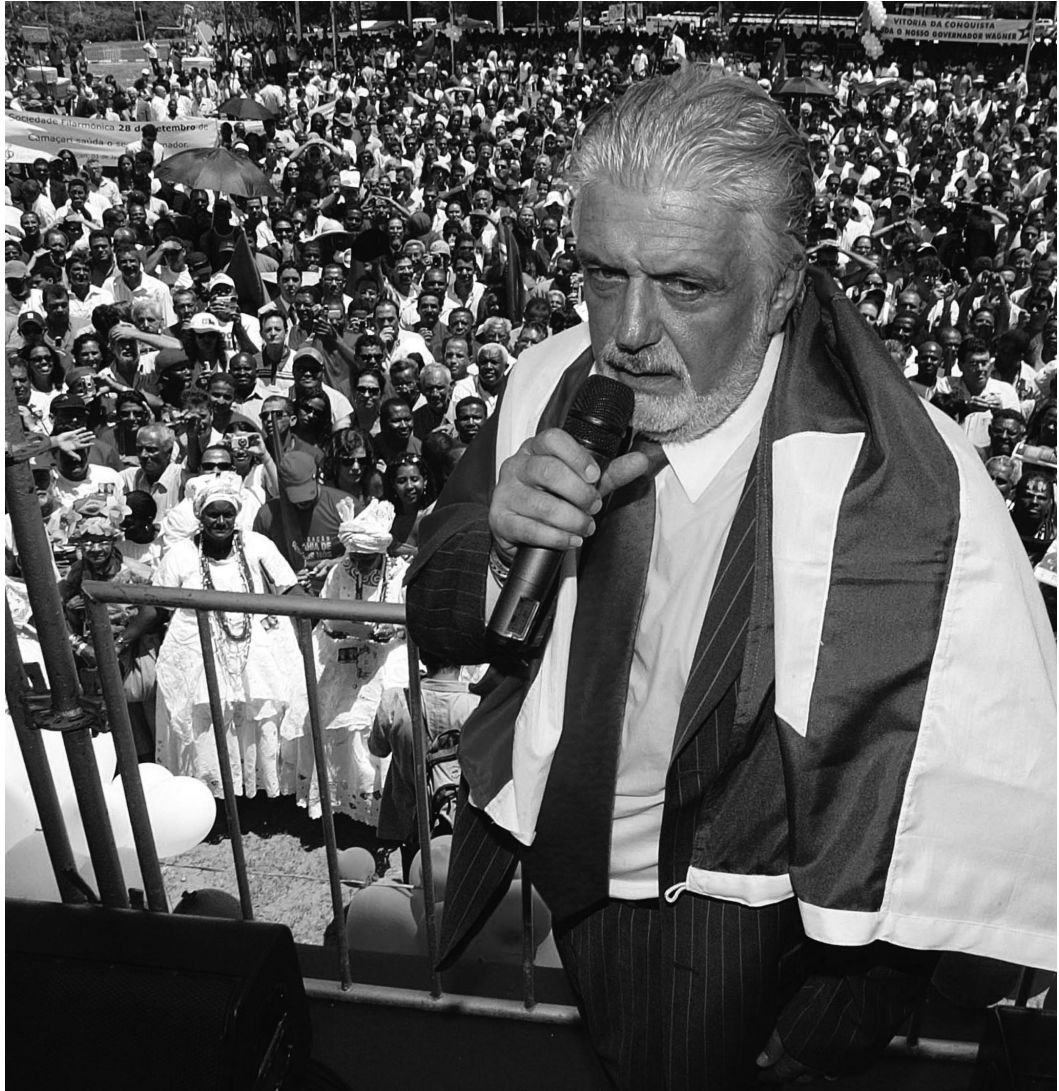
governadoria, em nome do PMDB, não criar nenhuma dificuldade artificial para o titular do cargo – Jaques Wagner em caso de vitória, como ganhou –, que poderia cumprir as missões que lhe são delegadas pela Constituição do Estado, um homem que, acima de tudo, é do PMDB. Foi do PMDB, é do PMDB, traz a bandeira, o hino, as idéias, a posição do PMDB no sangue e é um homem benquisto no partido.

Acho que a escolha, depois da eleição, se mostrou acertada em entrosamento entre o governador titular do mandato e do seu vice-governador, e faz com que as relações entre PMDB e PT se consolidem cada vez mais numa linha de honestidade, de sinceridade, de proposta e, sobretudo, de transparência, sabendo que é legítimo ter projetos partidários diferenciados, mas, quando o interesse do Estado está em jogo, temos que saber deixar de lado algumas pretensões individuais e tratar o conjunto como mais importante.

O desenvolvimento da Bahia sempre foi um modelo, principalmente industrial, complementar ao eixo Sul-Sudeste. Sempre foi prioridade a indústria intermediária. Nunca se chegou a completar cadeias e isso predominou nos últimos cinquenta anos com o carlismo à frente do Estado. Como superar isso?

Em primeiro lugar, estamos com cento e poucos dias de governo, e nesse curto período não existe prazo hábil sequer para fazer uma licitação completa, iniciar uma grande obra. Digo isso porque percebo a mídia carlista e a estrutura deles tentarem de novo desqualificar nosso governo como um governo que não fez nada nesses cem dias. Isso não é verdade. Jaques Vagner tem sido, primeiro, um grande engenheiro político dessa unidade. Segundo, é alguém que tem conquistado um respeito muito importante fora da Bahia, com governadores, com ministros, com o presidente da República. Os empresários estão dispostos a vir investir na Bahia.

Ele está rearrumando a casa. Encontramos uma máquina pública falsamente competente. Era aquela propaganda do “vai no caminho certo”, mas não ia no caminho certo coisa nenhuma. Eram muitas pendências, uma máquina publicitária que gastou muito dinheiro, ineficiente no que diz respeito a infra-estrutura, verba, sem nenhuma estrutura para tocar as demandas que lá chegam, a saúde com dificuldades.



Discurso de posse do governador Jaques Wagner aglomera multidão, e reafirma prioridades nas questões sociais. (Foto: Eduardo Martins/Agência A Tarde)



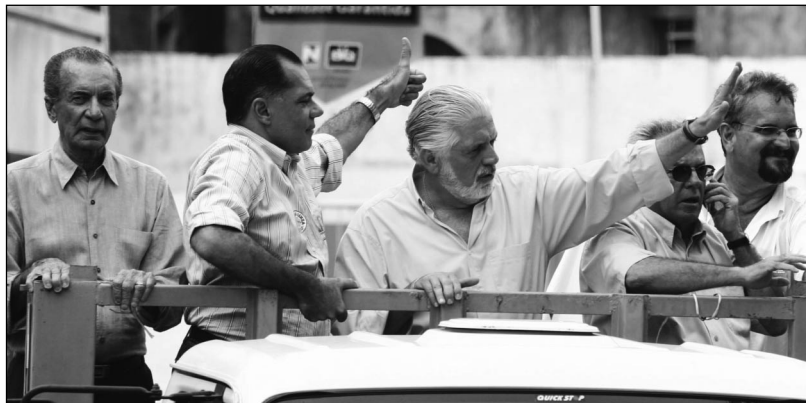
PT baiano demonstra influência a nível federal. *Da direita para a esquerda:* Ministro da defesa, Waldir Pires; candidato ao Senado pelo PDT, João Durval; Ministra Dilma Rousseff; candidato ao governo da Bahia pelo PT, Jaques Wagner; presidente do PT/Ba, Marcelino Galo; presidente da Petrobras Sergio Gabriele. (Foto: Marco Aurélio Martins/Agência A Tarde)



MST baiano é um dos fortes do país; e mesmo com antiga relação com o governador, promete pressionar o Estado. Na foto, mais de cinco mil trabalhadores sem terra se aglomeraram para ouvir o governador, que discursou em cima de um carro de som sob aplausos. (Foto: Welton Araújo/Agência A Tarde)



Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra simboliza a independência do Judiciário na reconfiguração política local. *Na foto: O doutor Carlos Cintra entrega o diploma ao governador da Bahia. (Foto: Luciano da Matta/Agência A Tarde)*



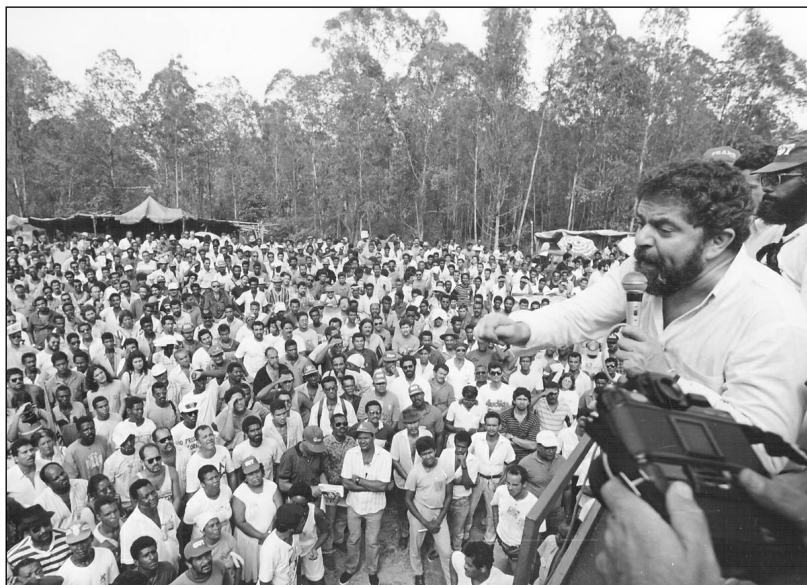
Forças aliadas saíram às ruas sem medo, mesmo em baixa nas pesquisas. Na foto, da direita para a esquerda: Senador João Durval; Prefeito de Salvador, João Henrique, na época no PDT e hoje no PMDB; Jaques Wagner; Edmundo Pereira, candidato a vice-governador; Marcelino Galo, presidente do PT. (Foto: Xando P./Agência A Tarde)



Waldir Pires é eleito governador em 1986 com amplo apoio popular e esperança de consolidar novas práticas políticas no país. Na foto: Waldir Pires em comício de campanha. (Foto: Manu Dias/Agência A Tarde)



PSDB baiano compôs arco de alianças anti-carlistas desde a redemocratização. Na foto: Jutahy Magalhães Júnior, PSDB, em comício em 1994. (Foto: Paulo Munhoz/Arquivo A Tarde)



A alta popularidade de Lula na Bahia é anterior à chegada ao Planalto em 2002. Na foto: Lula em Candeias, região metropolitana de Salvador e berço do sindicalismo que revelou Jaques Wagner. (Foto: Valdir Argollo/Arquivo A Tarde)



Nestas eleições, a candidatura de oposição ao carlismo alcança a população sertaneja, antes refém do coronelismo secular. *(Foto: Manuel Porto)*



Lideranças do PC do B, PMDB e PT firmam apoio a Wagner, e compõem campo político plural e decisivo para a vitória eleitoral. *(Arquivo do PT)*



Participação ativa da primeira-dama na campanha a credencia para ressignificar o papel da mulher na política local. Fátima – primeira-dama – e Jaques Wagner com índios do sul do Estado. (Foto: Manu Dias)



Aliados do PV, PC do B, PTB, PT e PMDB caminham no centro histórico de Salvador nas comemorações do 2 de Julho, dia da independência da Bahia". Na foto, da direita para a esquerda: Aladilce (PC do B), Beth Wagner e Ari da Mata (PV), Waldir Pires (PT), Edmundo Pereira (PMDB) Wagner e Fátima, Benito Gama (PTB), Daniel Almeida (PC do B). (Foto: Manuel Porto)



PT baiano segue a linha nacional de construir candidaturas majoritárias. Na foto, da esquerda para a direita: os candidatos do PT de 1982 a 1990 – Sérgio Guimarães (Senado/82), Edival Passos (governo/82), Jorge Almeida (Prefeitura/85), José Sérgio Gabrielli (governo/90), Zezéu Ribeiro (Prefeitura/92) e Guacira Aguiar (Senado/86). (Foto de Manu Dias)



Enquanto as pesquisas eleitorais apontavam a derrota de Jaques Wagner, os comícios arrastavam multidões nos rincões do Estado. (Foto: Manu Dias)

Enfim, Jaques Wagner está tendo um trabalho hercúleo para colocar tudo num bom caminho, mas tenho absoluta certeza de que vamos fazer um governo importante nessa área estruturante. Existem muitos projetos. Eu mesmo, agora como ministro de Estado, para honra minha, tenho conversado muito com o governador. Temos recursos importantes no PAC que podem criar esse novo *boom* de desenvolvimento. Por exemplo, o Projeto Salitre, o Projeto do Baixo Irecê, que estamos acelerando para lançar todas as licitações, para concluir esses projetos que estão aí há quinze anos. Todos os que diziam que tinham prestígio não tomaram nenhuma atitude. Temos outros projetos na área de abastecimento de água, e eu sei que existem projetos importantes também na área de infra-estrutura. O governador já deixou isso bastante claro. Ele tem feito contatos e viagens importantes para trazer novos empreendimentos, novas empresas, desde uma nova visão que não seja aquela de comprometer exclusivamente os recursos tributários do Estado, tirando da máquina pública a capacidade, mais fortemente, em saúde, educação e segurança pública.

Então estou muito otimista em relação ao governo e tenho absoluta certeza de que, na hora em que pudermos ter uma licitação, nem que seja uma licitação para divulgarmos nossos atos através da propaganda institucional, a Bahia verá o muito que já tem sido feito, ao contrário do que tenta fazer essa estrutura carlista que ainda está impregnada no Estado e ainda vai dar muito trabalho para tirar toda.

Em relação ao transporte, estradas, tanto rodoviárias quanto férreas, sabe-se que o Estado é muito deficitário. E essa também é uma área que está sob comando do PMDB...

Na área ferroviária, por exemplo, já peguei um projeto pronto lá na Transnordestina, mas estamos conversando com o consórcio vencedor para discutirmos a possibilidade de aduzir um braço aí, mudar o que já está sendo feito, para termos como escoar aquele grande potencial graneleiro que temos ali no oeste da Bahia, Barreiras, Luís Eduardo, aquela nova fronteira agrícola.

Sei de conversas recentes que o partido teve com o secretário Batista Neves, com o governador. Eles já estão avançando nessa área de recuperação das rodovias, na área portuária, outras áreas estruturantes

que nos darão muitas condições de desenvolvimento, fazendo o que deve ser feito, ao contrário do que eles diziam, pois deixaram de fazer durante todos esses anos.

O que o governo Jaques Wagner pode fazer para dar um combate sistemático à corrupção?

Primeiro, o que está fazendo, o próprio governador dar o exemplo de austeridade, de comportamento correto na administração da coisa pública. O Jaques Wagner tem feito isso e deixado bem claro para os seus secretários que é assim que quer tratar. Segundo, escancarando na transparência, mostrando, de maneira clara, como e onde serão gastos os recursos públicos. Em todas as conversas que tive com o governador, os secretários, percebo claramente que essa é uma posição pessoal que o governador está conseguindo transmitir ao seu governo.

É claro que onde há gente há corrupção. Onde há dinheiro público há essa tentação maldita de querer beneficiar-se pessoalmente. Mas tenho absoluta certeza de que, com o exemplo que Jaques Wagner está dando, e com a ajuda de todos nós, esse será um governo que se paupará pela transparência e pela seriedade no gasto do dinheiro público.

Aspectos da campanha

Eu gostaria de reafirmar que foi uma campanha alegre, uma campanha em que eu atuei com muita felicidade. Reencontrei amigos, fiz novas amizades e, sobretudo, tivemos a oportunidade de implantar um projeto que, se tivermos competência, pode ser bom para o futuro da Bahia.

Se tivermos maturidade, deixarmos de lado as vaidades pessoais e entendermos que, fundamentalmente, tivemos uma vitória que talvez não tenha sido dimensionada ainda, essa aliança – que tem como linha de frente PT-PMDB, que elegeram o governador e o vice-governador – pode, com compreensão do que fizemos, criar as condições para a realização desse projeto novo de desenvolvimento da Bahia, de uma Bahia mais livre, mais democrática, mais aberta, sem coronelismo, com a participação de todos, tanto no interior quanto na capital, e sobretudo com respeito às grandes diferenças deste Estado, extremamente multifacetado.

Só tenho boas lembranças e motivos de alegria, de felicidade e de muito orgulho da decisão de ajudar o PMDB a apoiar a candidatura de Jaques Wagner.

A posição do PMDB para a prefeitura municipal

É natural que um partido desse tamanho também tenha o desejo de lançar uma candidatura à prefeitura de Salvador, apresentar um pré-projeto, mas não vamos fazer apenas por termos vontade. Acho que o nosso dever maior é procurar manter o canal de diálogo com os parceiros que ganharam a eleição para governador, buscarmos um entendimento em torno de um programa, de um projeto, e ver qual é o nome que mais representaria esse programa, esse projeto, dentro de um conjunto dos partidos políticos. Portanto, o PMDB não sairá por aí tomando posições isoladas. Tentar até o limite do possível, sob a liderança do governador, construir um arco de alianças que possa fazer com que esses partidos vençam através da eleição para prefeitos em Salvador e nas mais importantes cidades do interior do Estado, preservando a nossa identidade, preservando a nossa aliança, preservando a grande construção que fizemos para eleger Jaques Wagner.

A relação do PMDB com os novos aliados pós-eleição.

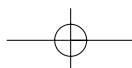
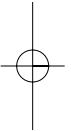
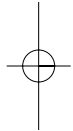
Temos conversado. O PMDB é um partido procurado pela sua capilaridade. Temos características um pouco diferentes, por exemplo, das do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos. Reunimos mais condições de atrair, sempre no objetivo de que será um partido forte, dando sustentação ao governador Jaques Wagner, a Edmundo e às forças políticas que venceram a eleição. Mas em nenhum instante temos tomado posições que possam, por mais que forcem a barra, ser encaradas como tentativas de nos tornarmos uma força hegemônica.

Temos noção de que esse é um governo de coalizão, com coalizão eleitoral, coalizão administrativa, e é assim que vamos nos comportar. Agora, isso não inibirá o PMDB de buscar se fortalecer, de buscar crescer para ser um partido que possa dar sustentação maior ainda nos embates futuros que vamos ter e, espero, sempre preservando essa grande aliança que construímos.



A ciúmeira que tem gerado em relação a essa adesão tão forte ao PMDB

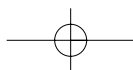
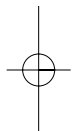
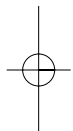
Não vou me preocupar com isso. Acabei de dizer que devemos deixar de lado essas coisas menores. Não sinto ciúmes quando um partido que está aliado a mim se fortalece. Até porque sou da tese de que aliado bom é aliado forte. Não quero aliado fraco. Eu acredito nas pessoas, nas alianças, no governador Jaques Wagner. Tenho com ele uma relação fraterna, discutimos sempre esses assuntos. Sei que ele sabe que, enquanto liderança do PMDB, o nosso trabalho é para estarmos juntos. Portanto, essa coisa de ciúme é uma coisa tão pequena, tão boba que eu digo o seguinte: se os partidos não querem que o PMDB receba essa liderança, se mobilizem e levem para os partidos outros. Eu aplaudirei. Não tenho nenhuma dificuldade. Posso até estimular alguns a seguir outros caminhos.





entrevista

WALTER PINHEIRO



110 NOVOS VENTOS BAIANOS

WALTER DE FREITAS PINHEIRO inicia percurso político no movimento estudantil, no final dos anos 1970, como aluno da Escola Técnica Federal da Bahia. Na década de 1980, assume a coordenação geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel).

Em 1982, filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Dez anos depois é eleito vereador de Salvador; reeleito em 1996, vai ocupar a liderança da bancada. Em 1997 assumirá, de segundo suplente que era, uma cadeira na Câmara Federal.

Reeleito para a legislatura de 1999-2002, é líder do PT na Câmara dos Deputados. Em 2002, mais uma reeleição, com 183.916 votos. Ao se abster da votação da reforma da Previdência, passa a divergir da cúpula do partido. Cogita ir para o PSOL, da amiga Heloísa Helena, mas mantém-se no PT, em sintonia com a tendência que integra, a Democracia Socialista (DS).

Nas eleições de 2006 é o deputado do PT mais votado no Brasil, com mais de 200.000 votos. Fortalecido, é cogitado para um dos ministérios do segundo mandato de Lula, o que não se concretiza. Mas será escolhido mais uma vez como um dos parlamentares mais efetivos e influentes pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que o elege, por oito anos seguidos, uma das cem "cabeças" do Congresso Nacional.

Participa ativamente de dois postos ocupados por companheiros da DS no governo Wagner: Afonso Florense, no Desenvolvimento Urbano, e Robson Almeida, na Agência de Comunicação, disputando a indicação para concorrer como candidato do PT à prefeitura de Salvador, embora a DS escolha a permanência do partido na gestão de João Henrique, já no PMDB.

A possibilidade de sair do PT

Anteriormente se dá uma coisa interessante. O carlismo, ou melhor, a política implementada na Bahia nos últimos anos já dava sinais reais de cansaço e fracasso. E era preciso a gente tomar uma atitude mais ousada e, de certa forma, buscar acrescentar novos atores na política. Óbvio que, apesar de todas as críticas e crises, o governo Lula ajudou muito essa campanha de 2006. Em 2002 fizemos uma baita campanha com poucos recursos e tivemos um desempenho político bom, que em certo momento balançou: ministro de Lula, Wagner tinha chegado na crise. Naquele momento – e me recorde do dia da decisão dele –, ele brincou comigo: “Vou falar com o presidente; se não der para mim, você topa?”. Fomos tratando essa coisa.

Mas ele tinha o sentimento grande da oportunidade, e isso fez com que topasse o ministério. Lógico que, do nosso ponto de vista, nesses quatro anos tivemos divergências, mas não em adjetivos, e sim na crítica ao conteúdo, à política econômica.

Enfrentei essa pancadaria, a reforma da Previdência, crises do partido, todas essas coisas mexeram com o mandato, abrimos uma discussão interna sobre sair do PT. Mas, como não foi possível achar um projeto alternativo e como não foi possível discutir isso de forma qualitativa, decidimos pela permanência e jogar peso no PED, ir para a base ou tentar o que muitos chamam de refundação – não concordo com a terminologia –, mas fazendo um movimento que impulsionasse o PT para outro rumo e nos preparasse para uma disputa do governo do segundo mandato de Lula, que se desenhava.

Esses elementos foram também decisivos no governo do Estado. Pensamos em colocar nosso nome para o Senado, na chapa que levou João Durval. E, durante algum tempo, alguns companheiros da Bahia achavam que nosso nome poderia estar na cabeça da chapa, caso Wagner não se candidatasse. E teve a possibilidade de ser a última disputa do mandato de deputado federal. Pensamos em outras alternativas que não fosse meu nome. Internamente havia a possibilidade de outros companheiros. Mas, de certa forma, essas coisas foram esque-

cidas e jogamos peso para a eleição federal trabalhando de forma intensa para garantir essa disputa do governo do Estado, que era a coisa mais importante. Tanto que deslocamos gente da nossa campanha para a campanha de Wagner. Achávamos mais apropriado jogar mais peso na majoritária. Mesmo achando que era fundamental a gente conquistar o mandato e aumentar o número de deputados federais e estaduais na Bahia. Mas a disputa do governo era prioritária, e nos dedicamos a isso.

O recorde de votos do PT na Bahia e no Brasil

Acho que a palavra que se encaixa melhor para essa votação e manutenção da confiança foi a coerência. Acho que a leitura que a sociedade fez foi a da coerência de uma atuação, acho esse o elemento principal. Mais a campanha no Estado, o entusiasmo da população, as dobradinhas com os estaduais.

Mesmo com a crise, principalmente no mensalão, houve embate. Mas um embate com conteúdo, com posições programáticas. O desejo de levar nosso governo para uma posição conseqüente. Infelizmente, a leitura é: são contra o governo, sem perceber que quem faz críticas também é para contribuir. E acho que o resultado das urnas vem do trabalho que a gente desenvolveu. Também tivemos coragem de dizer onde o governo errou e colocar o dedo na ferida, que o partido precisava retomar coisas importantes: relações com os movimentos sociais, com a construção interna, um partido mais presente sem ser obediente ao governo, um partido propositivo. Essas coisas foram usadas na campanha, e tal política podia ser desenvolvida por Wagner.

As alianças

No início houve alguns problemas, mas Wagner manteve uma postura firme nesse debate. Acho que ele teve um papel de maestro para neutralizar as investidas do PDT, as posições dúbias do PSDB, que no Estado se comportam como adversários do carlismo, mas decidiram caminhar em raias próprias. O PDT investindo muito em escolher um candidato ao governo, e o PSDB lançando o seu candidato, com vacilações e disputas internas. E Wagner fez uma aliança ampla. Nos pro-

blemas regionais, temos várias divergências e atritos com o PMDB. E com o PTB, que tinha a imagem forte do Roberto Jefferson, mesmo tendo outra postura na Bahia. O PL ficou de fora aqui. Mas diria que a aliança na Bahia, desde o início, era primeiro com o campo democrático – PSDB, PSB. Atrair o PMDB para uma política no Estado de desmontagem do PFL. E tentar abrir uma fenda no PDT. A formação dessa aliança tinha esses pressupostos básicos. Para ir minando a força do PFL. É lógico que, se não alcançássemos a banda B na Bahia, não teríamos condições de avançar. Foi fundamental criar abalos com prefeitos que não se elegeram etc. sem necessariamente tê-los na linha de frente, disse o governador, “comendo sal e poeira desde o início”. Mas isso foi suficiente para provocar o PFL, causar cizânias e abrir espaço para a vitória.

Lembro que na terça feira de Carnaval – é um fato que recorro porque estava na praia no horário em que Wagner se reunia com João Durval e Geddel – fazia companhia a um cunhado que não pode tomar sol. E na quarta saía no jornal a tentativa de aliança com o PMDB e o João Durval. Acho que aquela jogada nos pegou de surpresa e foi positiva para um momento de apreensão do outro lado. Houve a possibilidade de atrair esses parceiros, mas o eixo central, o programa, teria a cara e as posições do campo popular democrático. Óbvio que as coisas têm processo de enfrentamento na ocupação de espaço do governo e governabilidade.

A crença na vitória

Tem aquela história: candidato que não acredita que vai ganhar não se lança. O governador talvez fosse a pessoa com ânimo, com uma crença enorme de que ganharia. Mas majoritariamente o sentimento era que a campanha iria para o segundo turno. Tanto é verdade que chegamos a comemorar a entrada de algumas candidaturas. Mesmo em crise, o PDT se associava ao PSC e lançava o bispo Átila Brandão. Viram que era bom segurar o voto de alguns setores, como o dos evangélicos. As pesquisas indicavam vitória de Souto no primeiro turno, mas a campanha foi numa crescente. Todas as manifestações feitas, mesmo no começo, levavam muita gente pra rua. Mobilizações maiores que as que o PT costumava fazer. No processo de campanha, o dia

em que eu particularmente tive a sensação da virada foi num comício na cidade de Capim Grosso, num sábado ao meio-dia. Horário e dia inadequados para uma cidade onde a feira é segunda-feira. Coincidentemente, no mesmo dia tive um acidente num avião: pifaram dois motores de Itagi a Capim Grosso. Estava ao lado de Benito Gama, Wagner tinha ido embora para outra atividade. E eu disse que não ia ter segundo turno, e Benito gritou alto: “Calma, calma, menos, menos!”.

Minha tese, naquele momento, era a seguinte: chegamos num momento em que as duas candidaturas haviam aglutinado força o suficiente para decidir. Se Souto ganhasse seria com 52%, 51%. E se houvesse a virada ganharíamos com o mesmo percentual. As outras forças não eram capazes de decidir a eleição.

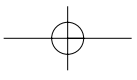
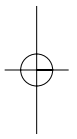
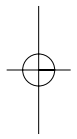
Erros dos adversários versus acertos do “Time de Lula”

Acho que houve um nível de acomodação do PFL, de um número expressivo de prefeitos nos Estado. E eles mantiveram a arrogância o tempo inteiro. Os erros vêm exatamente do cansaço da política de dominação, da ausência de políticas públicas, do fracasso da gestão, que era tida como boa, mas com sérios problemas, principalmente no semi-árido, onde há um nível crescente de pobreza. Também não podemos desprezar as políticas públicas do governo Lula, o Bolsa Família e a agricultura familiar pesaram na decisão do sertanejo baiano.

Acho que o maior dos erros deles foi achar que as pessoas não se rebelariam. Inclusive suas lideranças. Acho que o principal acerto nosso foi arregimentar o maior número de forças ao redor de Wagner, a otimização desses espaços e recursos federais e um certo compromisso público de Wagner de reverter as prioridades na Bahia. Um diálogo franco, correto, devolvendo ao povo baiano a esperança. Esse é um compromisso nosso, porque, apesar de termos – o PT – feito oposição ao governo Waldir Pires, na Bahia havia uma crítica profunda de que havíamos ganho o governo e não o terminamos. O PFL usou isso na campanha. Era necessário apagar essa imagem, desfazer esse temor. E despertar uma esperança no coração e na mente das pessoas, nesse processo de campanha. Contamos com a divisão do lado deles, a fadiga deles, pois Paulo Souto já tinha governado duas vezes. Também pesou o discurso que eles sempre fizeram da prefeitura, governo do Estado e federal. Eles estavam em crise nos municípios e haviam per-

dido o governo federal. A candidatura de Alckmin não empolgara ninguém, eles não haviam feito campanha para Alckmin. Chegavam ao ponto de dizer, nos lugares, que não havia problema em votar em Lula. E a população pensa sobre isso: “Se eles não acreditam muito no que estão fazendo, como podem governar?”.

Foram elementos que nos ajudaram bastante, mas acho que o componente mais importante foi a persistência, o trabalho do PT, o crescimento. Mesmo com os problemas, voltamos a dialogar com o homem do sertão, e aquele temor contra a gente foi banido, não fomos vistos como bicho-papão. E mesmo eles dizendo que Wagner era “um lorde”, “um carioca” não bateu. O eleitor não estava preocupado com a nasença ou as feições do candidato.



entrevista

ALFREDO TAVARES

118 NOVOS VENTOS BAIANOS

ALFREDO DE SOUZA TAVARES FILHO se forma em Comunicação Social na Universidade Federal da Bahia, em 1990, onde militou no movimento estudantil. As experiências posteriores, em quinze anos no mercado publicitário, lhes valem dois prêmios Colunistas NO/NE. Trabalha em marketing político, área em que planeja e coordena inúmeras campanhas proporcionais e majoritárias, entre as quais a de Nelson Pelegrino para a Prefeitura de Salvador – 1996; a de Saulo Pedrosa para a Prefeitura de Barreiras – 2000 e 2004; e a de Luiz Caetano para a Prefeitura de Camaçari – 2004.

Nas eleições de 2006 já era sócio-diretor da Tempo Propaganda, agência responsável pela campanha proporcional do PT, PC do B e PMN. É o criador do slogan "Time de Lula", utilizado na campanha com grande êxito, a ponto de ser reproduzido pelos partidos que apoiavam a dupla Lula-Wagner.

Atualmente é responsável pela coordenação do estudo e planejamento da comunicação da Prefeitura Municipal de Camaçari e da Câmara Municipal de Salvador.

O convite para a campanha

A GENTE VINHA ATENDENDO O PT REGIONAL já havia dois anos. Fizemos o programa e inserções na época do Processo de Eleições Diretas, o PED, logo após a crise do PT nacional. Partimos para a ofensiva no programa regional: colocar o abacaxi no colo do carlismo, porque o discurso deles era que o PT havia inventado a corrupção. Diziam “esse negócio de corrupção foi inventado pelo PT e pela esquerda”, “o PT vai acabar”, “o PT está morto”. E quando se realizou o processo interno de eleições do partido, que movimentou 300 mil militantes no Brasil inteiro e teve a afirmação de forças mais à esquerda na Bahia, o programa refletiu isso e foi crítico ao carlismo, citando casos de corrupção como o da Bahiatursa, que o carlismo havia abafado.

No ano seguinte, novamente fomos chamados a fazer o programa do PT. Como temos uma relação de parceria pontual com a Leiaute, e estávamos buscando fazer a campanha majoritária do PT, chamamos a Leiaute para fazer conosco. Para o programa regional do PT do ano passado, veiculado em junho, chamamos também a Leiaute, com vistas a fazer uma abordagem política e eleitoral, entrando em algumas questões estruturais, o que na verdade acabaria sendo parte importante do conteúdo da campanha de Wagner, com o discurso do “Por que a Bahia cresce?”.

Eles colocavam que a Bahia cresceu mais que o Brasil por mérito do carlismo, da “administração moderna, da operosidade”. E fomos num discurso que dizia o seguinte: “A Bahia cresce porque o governo federal investe”.

Fazíamos uma comparação do governo Lula com o governo Fernando Henrique e dizíamos: “Nunca se investiu tanto na saúde; nunca se investiu tanto na agricultura familiar; nunca se investiu tanto na eletrificação rural; nunca se investiu tanto na questão social, a Bahia é campeã nacional do Bolsa Família”. A gente já havia se posicionado no programa regional de junho, no que viria a ser uma parte importante e estrutural do discurso de Wagner dizendo: “A Bahia cresce porque o governo federal investe”. Dizíamos que o governo Lula faz a obra, e o

governo Paulo Souto a placa. Porque o governo Paulo Souto soltou a falsa idéia de que o governo Lula discriminava a Bahia.

Fizemos juntos o programa. Sidônio com a majoritária, que era a continuidade do discurso, e nesse processo se decide fazer a campanha proporcional com uma equipe de criação própria. Um dos motivos era liberar mais a campanha majoritária. Então me chamaram para dirigir, com criação e equipe de produção próprias. Os partidos, em conjunto com o PT, tiveram o mérito de aceitar isso. O grande objetivo era manter a bancada, pois havia a tendência de diminuição. Os partidos da base do governo Lula achavam que a bancada ia diminuir.

O conceito da campanha

A idéia era a seguinte: identificação de com quem você quer falar. As pesquisas mostravam Paulo Souto com 70% na campanha. E naturalmente vai junto a bancada, os deputados, com a força da máquina. Paralelo a isso, Lula na Bahia com esses mesmos números, vê-se que o baiano havia feito na cabeça uma chapa “Lula-Paulo Souto”. Qual era o desafio? Rachar com essa chapa. Então devíamos falar com o eleitor de Lula. Porque às vezes se quer falar com todo mundo, mas, no nosso caso, em três meses não poderíamos mudar a opinião de todo mundo. Se você não tinha conseguido mudar a cabeça do cara que vota em Lula, como vai mudar do cara que nem Lula é? Não dá. É muita pretensão. Nosso foco era radicalizar no discurso do candidato de Lula. Vamos dialogar exclusivamente com o eleitorado de Lula, era nossa premissa. “Se você não é Lula, não dá nem pra conversar”. Com sessenta e tantos por cento! Se convenceremos esse pessoal, juntando com os que já eram PT, ganhávamos a eleição. E não diminuiria a bancada.

Sempre participei de campanha, inclusive majoritária. Sempre disse que não existe campanha descolada da batalha política que esteja em curso, quando os deputados descolam desse debate, de quem vai ser presidente, prefeito, governador... Tem que ir pra vida real. É isso que se discute no bar, na praia, no jogo de sinuca, no cabeleireiro. Ou entra nessa polêmica ou fica fora do processo. É lógico que a campanha proporcional é aliada na luta política em curso na Bahia: a batalha contra o carlismo. A outra, sem nenhuma prioridade ou hierarquia, era falar com o eleitorado de Lula. “Lula precisa de deputados para governar legal.” Tirar proveito da história do mensalão, dar o estorvo. Apro-

veitar a denúncia da direita. É como se dissesse assim: “Olha, pra não precisar fazer certas coisas que porventura estejam sendo feitas, é preciso ter maioria no Congresso, e é preciso votar no deputado de Lula”.

Aí veio a necessidade de materializar isso, reduzir esse conceito na cara da campanha proporcional. Um discurso político unificado. Não precisava só de candidato. E negociamos com os partidos para ter a cara do programa. Pra ter política unificada. Os deputados apareciam conforme o norte do programa. E a grande formulação foi esta: os deputados do “time de Lula”. Era o que materializava o discurso. Por que isso? Porque não só potencializávamos os deputados, como fragilizávamos o carlismo. E construímos no discurso que Paulo Souto não era do “time de Lula”. Quando ganha corpo que não é do “time de Lula”, se fragiliza pra tomar porrada. E também trabalhávamos, na proporcional, que Wagner era do “time de Lula”. Nosso discurso passava por aí.

Explorávamos os benefícios de votar no “time de Lula”. “A Bahia já tem eletrificação rural, Bolsa Família, Pronaf, habitação.” Radicalizamos o discurso “A Bahia cresce porque o governo federal investe”. E houve comparativos com FHC, estabelecendo que a falta de parceria com o governo federal prejudicava a Bahia. Na questão do Luz para Todos, o Estado deixou de dar uma contrapartida que deixou 25 mil pessoas de fora. Era um discurso unificado com a proporcional.

Uma coisa que ficava nas duas campanhas era que no carlismo o investimento do Estado em publicidade era coisa grande. Quando você fala, por exemplo, de R\$ 110 milhões, eles gastaram mais em publicidade do que investiram em educação. Em educação você soma custeio e investimento, mas o que investiu acima do custeio, aí você gastou mais em publicidade do que em segurança pública, educação.

Quem ajudou

Tive contribuições com o PT, de Ivan Alex, Robson e Edisio.

A gestão

Foi tranqüila, o PC do B e o PT tiveram participação mais ativa. Agora, porque foi tranqüila, fui pensando nisso depois. Essa história do “time de Lula” serviu pra todo mundo. Foi um grito de guerra pra militância,

a primeira vez que o discurso proporcional polarizou a campanha. Acabou sendo alvo da campanha majoritária do PFL. Eles saíam do programa deles para polemizar. A polêmica foi o “time de Lula”. Eles viram que começou a pegar. Saiu da televisão para a campanha de rua. Tudo que é deputado da base dizia “Sou do time de Lula”. O locutor no interior: “Sou do time de Lula!”. Em campanha proporcional, “sou do time de Lula!”.

A relação da agência com a executiva do PT

Como já fui militante, tinha a manha da política. E convivência fácil com o PT, porque já atendi o PT. Mas a decisão da executiva do partido de trazer seu funcionamento para a agência nos levou a fazer o acompanhamento político diariamente, mantendo a temperatura da campanha, que ganhava vida. Antes era “a criação está lá, e eu não tô com compromisso”. Nessa, a temperatura da campanha era o PT que passava.

Os problemas com a justiça eleitoral e pressões sobre a campanha majoritária

Os caras do PFL não são bestas: “Essa coisa do time de Lula vai ganhar força com Wagner. Tô ferrado”. Nitidamente começamos a romper a chapa imaginária Lula-Paulo Souto. A majoritária também fazia o mesmo. Era bom pra tudo, todo mundo. Não era uma campanha do PT, PMN, PC do B. Todo mundo era “time de Lula”, todo mundo ficou contente. Não houve os tensionamentos que às vezes acontecem em campanha – “está mais PT e tal”.

O PMDB, por exemplo, depois de um tempo botou o “time de Lula”. Ganhou força essa coisa. O Ismerin, advogado do PFL, vai ao TRE para cortar tempo de Wagner, da gente. Aí começou a tensão com os advogados da majoritária. Eles diziam que “ia perder tempo, ia ficar fora do ar”. O que eu dizia? “Isso aqui é batalha política, não é o jurídico que vai pautar. E alguém tem que dar cobertura, tudo tem limite.” Eu dizia: “Se o tribunal disser que não pode falar de A, eu falo de B com cara de A. Vou dar uma volta. Estabelecer uma corrida de gato e rato nas eleições”.

Nossa campanha proibiu a apresentadora de falar o nome de Lula, mas na legislação dizia que poderia ter cenário Lula. O que vamos fazer? Colocar uma mesinha com porta-retrato de Lula. Tem que fazer graça, porque o povo gosta de graça. Apontava para o retrato e dizia: “Ó, o time, ó”. Ou seja, até a Justiça dizer que não pode botar o porta-retrato, eu coloco. Se disser que não pode, boto a camisa. E vou indo, vou indo.

Existia um tensionamento que se ajustava com o bom senso das coisas. Íamos administrando os riscos, porque começamos a campanha com o jurídico desarticulado.

No final perdemos pouco tempo na proporcional. Quando falávamos de Lula e Wagner, cortavam o de Lula, o que aconteceu. Mas a campanha é administração de risco. O resultado mostrou que foi correto. Aqui na Bahia elegemos não só o governador, a bancada aumentou de nove para dez e de onze para catorze estaduais da frente. Você vê Estados como São Paulo que diminuíram a bancada no PT e no PC do B.

O que fizemos na Bahia foi o mérito de falar com o eleitorado de Lula. A direita foi para Brasília tentar romper isso. As condições aconteceram dentro do risco, vamos dizer assim, tanto que no final foi construído um acordo.

O que digo e disse aos advogados: o pessoal do PFL, quando estávamos com o jurídico desarticulado, metia processo toda hora, com razão ou sem razão. Deram um calor no começo. Só fazíamos defender. Tínhamos articulado uma campanha majoritária e outra proporcional, e o jurídico tinha sido subestimado. Os caras do PFL foram pra cima, deram o maior calor. Eu dizia para o jurídico: “Tem que ter uma turma que defende e outra que ataca. Dar calor neles. Justiça, Justiça. Bota os caras pra trabalhar, responder”. Aí, quando entupimos o TER, tiveram que conversar. Estávamos tomando porrada por incompetência nossa. Aqui na Bahia começaram a se equilibrar.

Mudanças de regras

Na verdade foram muito poucas. A gente já operava com elas antes. Agora, teve rigidez na aplicação. Essa história de deputado não falar de governador, invasão de tempo de proporcional e majoritária, tudo isso sempre existiu. A rigidez foi maior para não aparecer avassalador o crescimento da campanha de Lula pelo país: “Como é que faz? Vamos perder para Lula, mas não vamos nos lascar em tudo”. O tom do TSE foi

seguido no país inteiro. Não houve mudança substancial. A não ser o comercial de trinta segundos não ser feito em externa. Isso prejudica mais a plástica da campanha. A atratividade. Mas é uma falácia que isso interfere no custo geral da campanha. Você não faz inserções de externas, mas precisa montar a estrutura geral, não monta meia estrutura. Há uma ampla produção para fazer o programa. Quem faz o programa faz o comercial. Não acho que a razão da corrupção eleitoral é quem está vendo TV. Acho que isso é ligado à liberdade, ao direito das pessoas de assistir. As pessoas estão acostumadas com uma estética. Não dá para fazer estilo Lei Falcão, o cara parado lá na frente. É um falácia dizer que isso é democracia. Você faz fora de um padrão que a sociedade está acostumada a consumir na TV.

Outra coisa é você estabelecer regras, financiamento público. Na verdade, a direita está falando disso hoje porque as forças que estão fora do poder e sem capacidade de arrecadar estabeleceram um nível de disputa. Quando tinham o poder, essas forças não estavam nem aí. Por que esse incômodo? Porque quem estava embaixo ganhou força de disputa. Eles se importavam quando o PT tinha dez deputados?

Agora é difícil, com a primeira bancada federal, tendo mais tempo de TV. Antes eles não se importavam, a esquerda tinha um só um ou dois minutos de TV e eles tinham quinze, vinte. Quando começa a ter o mesmo tempo, incomoda. Tem gente que já fala que é contra o horário eleitoral gratuito!

A derrota do marketing do PFL

Acho que eles superestimaram a força deles na campanha. Tem uma pesquisa qualitativa feita por João Santana que colocava o seguinte: apesar de Paulo Souto ter maioria, ele não incorporava os pressupostos do candidato ideal no imaginário da população. Ele não empolgava, era um bom gerente. É como não tinha nada melhor, não tinha quem colocar no lugar, ficava Paulo Souto.

A campanha dele começou com isso, usou pouca emoção. Foi contaminada pelo já ganhou. Acho que eles não dosaram bem a força de Lula no processo. Em alguns momentos caíram na armadilha de brigar com Lula, vieram pro campo de discussão que nós pautamos, a história de discutir um Projeto-Bahia. Polarizar com as forças de Lula, se cresceu ou não cresceu. Estabeleceu um debate em nível estadual.

Não fomos para zerá-los, do tipo “não serviram de nada”. Porque as campanhas anteriores, na maior parte aqui na Bahia, vinham com vício ou raiva, zeravam qualquer coisa deles. Era sinônimo de fraqueza ver algo positivo neles.

Dissemos agora o seguinte: “Em dezesseis anos já deu pra eles”. Tudo bem que você pode até ver coisas positivas, em dezesseis anos sempre tem. Mas nesse novo quadro, com Lula presidente, a Bahia tem que experimentar isso, porque, se ele não era próximo e fez tanta coisa pelo Estado, imagine agora!”.

Paulo Souto não ia trazer o projeto nacional que deu certo – olha a gente de novo fazendo a relação com o eleitorado de Lula. Eles não perceberam isso; quando perceberam, já era tarde. Eles foram para zerar Lula. Quando abordavam o governo federal, em nenhum momento falavam que Lula fez coisas boas para a Bahia. E fazia parte de nossa estratégia rachar a chapa Paulo Souto-Lula.

A coisa do Bolsa Família mesmo, teve a polêmica de criticarem o benefício. Botamos no programa, mesmo sabendo que iam tirar do ar, dizendo que Souto era contra o Bolsa Família. Eles se posicionaram como inimigos de Lula. Quando pensaram em recuar, já era.

O impacto do dossiê

A gente já vinha num embalo do “time de Lula”, do “voto casadinho”. A Bahia gosta de humor que o baiano gosta. Um tom de ironia. O tribunal tirava e íamos por outro lado. A apresentadora foi por “acarajé com vatapá, berimbau com capoeira, praia com cerveja, trio elétrico com carnaval, na Bahia é assim, tudo é casadinho”.

Quando chegou a coisa do dossiê, acho que teve influência em São Paulo. Pergunte ao povo daqui o que é dossiê. Ao porteiro do seu prédio. “Dossiê é porque estavam tentando fazer alguma coisa errada, né?”. Tanto que eles queriam mostrar o dinheiro na TV. Mas aqui não influenciou muito, não.

O governo e comunicação

O sucesso do governo na área de comunicação é grande se formos falar, por exemplo, das mídias que tem em mãos. A TVÉ tem que ser interio-

rizada, dar uma revitalizada. Colocar a TVE com o carinho de uma TV. O que aconteceu nesses anos todos? Eles consideravam a TVE concorrente da TV Bahia. “Então, pra que campanha publicitária da TVE? Para fazer concorrência? A TVE vai ficar com essa chorumela de cultura...”. Tem que promover a TVE.

Ainda nas forças próprias, precisa ter uma interiorização com os veículos regionais. A Bahia tem um monte de jornal, rádio. Tem que chegar nos jornais e rádios do interior. Tudo que é cidade tem uma rádio.

Outra coisa, tem muitas cidades que não vou citar: oeste baiano. Lá só tem TV Bahia.

Se você tiver lá a TVE com programação regional, é concorrente...

O governo do Estado, depois de selecionar as agências, também terá poder de fogo. Ainda está no começo do governo, se assenhoreando dos problemas, de tudo, até comunicação. Não tem ainda campanha institucional.

Mas o desafio macro é a construção que dê resposta à Bahia de forma geral. O *slogan* é superfeliz quando aborda isso: “A Bahia de todos nós”.

Acho que o desafio da comunicação é o mesmo do governo. Primeiro, é o desafio das grandes políticas. Por mais que esteja desse ou daquele lado, não dá para abafar a parte social do Estado, a inversão das injustiças da Bahia, os benefícios sociais.

A história da comunicação vai servir a essa política. Mas tem que ter execução dos objetivos estratégicos, a Bahia não pode ostentar os piores índices sociais do país. Se de alguma forma o governo vai construir uma tendência diferente, tem que ter repercussão, independentemente do que seja. Não quero minimizar a força da comunicação deles, mas fomos capazes de ganhar deles.

Não sei se por sorte ou azar, mas a direita nunca me chamou. Fui militante por vinte anos, minha vida foi construída a partir daí. E tenho um lado. Sempre fiz campanha para a esquerda. Não são pontos de vista diferentes dos que conheço. Mas foi um pouco de sorte trabalhar com coisas em que você acredita. Sempre fiz para o PT e o PC do B, invariavelmente. O carlismo nunca me contratou, nunca teve confiança em mim. A primeira campanha de Pelegrino eu dirigi. De Zezéu para senador, dirigi. Walmir. Portanto, não é um discurso estranho.

entrevista

PAULO FÁBIO
(Cientista Político)

128 NOVOS VENTOS BAIANOS

PAULO FÁBIO DANTAS NETO é o cientista político mais reconhecido da Bahia de atualidade. Antes da vida acadêmica, teve passagem destacada na Câmara de Vereadores de Salvador – 1983 a 1988, e na Assembléia Legislativa – 1988 e 1989. Ainda na política, atua como secretário municipal de Educação e Cultura na gestão de Lídice da Mata, em 1994.

Doutorou-se em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob orientação de Luiz Jorge Werneck Vianna. A pesquisa de doutorado gera o livro *Tradição, Autocracia e Carisma: a Política de Antonio Carlos Magalhães na Modernização da Bahia (1954-1974)*, publicado em 2006 pela Editora da UFMG.

Hoje atua como professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, além de pesquisador e atual diretor do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (CRH UFBA). É co-organizador, com a professora Celina Souza, da coletânea *Estado, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros*, publicado pela em 2006 Revan. Na mesma obra participa como autor, com o artigo “O Carlismo para Além de ACM: Estratégias Adaptativas de uma Elite Política Estadual”.

A polarização em torno de um grupo, o carlismo

CLARO, DEPOIS DO RESULTADO das eleições 2006 fica mais fácil reconstruir coisas que na época não eram compreendidas. Evidente que a vitória de Wagner foi uma surpresa para a maioria das pessoas, para os analistas e demais que se envolvem com o assunto. Era difícil que alguém no âmago da campanha previsse isso. Mas a surpresa é o processo de desgaste do grupo carlista na arena eleitoral. Foi surpreendente, mas não foi um “raio em céu azul”.

Acho que isso já era possível apontar. Participei em 2002 de um simpósio na Fundação Joaquim Nabuco (PE) que discutiu os fenômenos políticos nordestinos. Cada um de nós tentou refletir e escrever um texto. Fiz algumas reflexões, e era possível identificar já em 2002 que o padrão dominante na política baiana, em boa parte, não existia mais nos anos 1990. Já tivemos em 2002 uma eleição competitiva na Bahia. Ninguém poderia prever que resultado teria aquela eleição se fosse para o segundo turno. Paulo Souto foi eleito com 51%, se não me engano, e, naquele contexto de Lula no segundo turno, ninguém podia apontar o que poderia ocorrer. Ali se manifesta uma bipolarização na política baiana, quando nos anos 1990 havia uma situação tal de um grupo no poder que os grupos de oposição não conseguiam sequer oferecer alternativas. A estratégia das oposições nos anos 1990 tinha como prioridade eleger deputados. As políticas majoritárias eram subordinadas à lógica proporcional.

A eleição de 2002 mostrou que essa situação havia sido superada. Claro, o carlismo venceu as eleições e manteve as posições no Senado, o que passou ao senso comum uma noção de que as coisas haviam sido mantidas como nos anos 1990. Mas, além do caráter competitivo da eleição para governador, houve uma perda do carlismo na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa. Falo do “grande carlismo”, que era o PFL e seus aliados tradicionais.

Isso correspondia a um processo de desgaste da personalidade política de ACM, desde fim dos anos 1990, potencializada com o escândalo do painel do Senado. E principalmente seu ponto principal de reprodução na Bahia, que é sua influência em plano nacional. A lon-

gevidade do domínio carlista não pode ser compreendida ao avaliarmos os processos de reprodução endógena. Os momentos em que o carlismo perdeu o poder em plano local retornaram mais fortes devido às posições em plano nacional. E a tentativa de explicar o carlismo pela Bahia é, para mim, insuficiente. As alianças nacionais são fundamentais. A partir do segundo governo FHC, o pacto entre PFL e PSDB começou a trincar, em função da redução das condições políticas e eleitorais da aliança, do crescimento do PT e das divergências com o nome de Serra para a eleição presidencial.

Tudo isso conduzia ao estreitamento do espaço de manobra desse grupo, o que passou a se refletir em situações na Bahia. Relembrando rapidamente, entre 1999 e 2002 o carlismo perdeu posições importantes: recursos federais, influência com a imprensa no conflito com o jornal *A Tarde*, a impossibilidade de manter a linha editorial da TV Bahia devido ao monitoramento da Rede Globo, a perda dos cargos ministeriais de primeiro escalão do governo FHC e o recuo na influência no Judiciário, Tribunal de Contas e Tribunal Regional Eleitoral. A minha impressão é que, no caso do TRE, isso já existia em 2002, não foi propriamente uma novidade de 2006.

Então isso foi erodindo o prestígio do carlismo e fazendo com que o grupo se voltasse a estratégias defensivas e restritas ao Estado, retomando, nesse aspecto, ao que era nos primórdios, no começo dos anos 1970, quando se fortaleceu na Bahia, mas sem recorrer ao plano nacional. Já de 1978 a 1998, o papel em plano nacional é forte.

Esses elementos se refletiram em 2002 e ganharam velocidade. Durante o primeiro governo Lula, apesar de todas as tentativas de aproximação, além de perder os cargos ministeriais, o carlismo perdeu o monopólio dos cargos federais na Bahia, elementos que garantiam uma intermediação direta com as lideranças municipais, o que desestabiliza a armação política do grupo carlista em grande medida.

Fica mais fácil analisar depois que tudo acontece, mas quero apenas situar em nível intermediário. Não foi uma surpresa, um “raio em céu azul”, mas também não foi algo previsível, pois o grupo carlista estava longe de ser moribundo, um lutador arriado no ringue. Não só porque sua força inicial era muito grande e ele tinha muita gordura para queimar, mas principalmente porque dava sinais de retomar uma estratégia expansiva. Algo que era muito forte no tempo de Luís Eduardo Magalhães – 1996, 1997, 1998. Em certa medida, lideranças como Paulo Souto e Aleluia davam sinais de que queriam retomar a situação.

Tanto que enfiaram uma alcunha no PSDB baiano (*Imbassahy, ex-prefeito de Salvador pelo PFL entre 1996 e 2004 entra no PSDB em 2005*), um partido que era de oposição e foi cooptado em parte pelo grupo carlista no processo eleitoral. Em vez de estar em processo de definhamento, estava em renovação. Isso ampliado a partir de 2005, quando, com a crise nacional, o bloco liderado pelo PT no Estado sofreu uma desestabilização, fazendo com que o grupo carlista retomasse a iniciativa.

Os fatores determinantes nas eleições de 2006

Era uma eleição extremamente competitiva, e no desfecho eleitoral é muito difícil um ou outro fator explicativo. Foi uma conjunção de fatores. Costumo alinhar três fatores que podem ser interpretados como importantes.

O primeiro, que não é muito enfatizado, é o fato de ter sido construída uma aliança política na Bahia que continha dois traços combinados de maneira muito feliz, e que não são muito fáceis de combinar: a aliança política com realismo muito grande. Juntou o apoio do PMDB, a prefeita de Salvador, Lídice, que vinha de grande votação municipal, e demais forças de esquerda. Uma aliança ampla, capaz de oferecer à situação carlista um combate abrangente do ponto de vista de se apresentar como alternativa que não se deixou levar pelo que era muito explorado nos círculos de imprensa: que havia uma divisão do grupo carlista. Isso seduziu por muito tempo a oposição baiana – a possibilidade de uma terceira via. Mas as condições não abriam margem para isso. A campanha de Wagner encarou o carlismo como um todo, colocando em segundo plano suas diferenças internas. O adversário, Paulo Souto, representava uma alternativa de renovação na política baiana dentro do carlismo.

Eram duas propostas de renovação da política baiana. Uma que acreditava no isolamento da figura de ACM por dentro, mas mantendo o edifício em pé e aos poucos cooptando elementos de oposição. Era o que Paulo Souto pretendia fazer. A outra era renovar a política baiana colocando o carlismo na oposição.

Acho que esse fator não explica a vitória de Wagner, mas os outros fatores não iam aparecer com tanta eficácia se essa precondição não fosse construída, ou seja, as condições políticas de articulação dessa frente.

O segundo fator é o elemento nacional. É um fator muito mencionado, a partir da influência de Lula e das políticas sociais, como o Bolsa Família. O fato de Lula chegar na Bahia, lugar considerado quintal do carlismo, e nos primeiros momentos da campanha vir aqui e desafiar uma tendência possível entre seus eleitores e os do carlismo, e dizer “esse candidato aqui é meu irmão”, isso tem um peso. Mas não se pode subestimar, no fator nacional, o que me referi anteriormente: o fato de ser interrompido o acesso aos recursos de poder reais, que são os instrumentos de intermediação das lideranças locais com o governo federal. Esse assunto merece pesquisa, na qual, inclusive, estamos debruçados aqui no CRH – Centro de Recursos Humanos da UFBA – para saber como ficaram as políticas de Paulo Souto no último governo. É uma coisa que precisa ser mais bem entendida. A candidatura de Wagner respondeu a esse elemento na política tradicional baiana. Substituindo, em partes, o carlismo nessa intermediação.

O terceiro fator é o desgaste do carlismo. Mas acho bom chamar a atenção, para entender a dimensão da vitória: o carlismo não foi derrotado em momento de definhamento como em 1986. Agora o grupo do carlismo estava em processo de tentativa de renovação, um grupo que não era moribundo. Acho que é reduzir enormemente o papel do governador eleito ao trazer-lhe o papel de sepultar o carlismo.

A liderança política na Bahia

Agora entramos numa questão que considero complicada. Considero o grupo que tomou o governo vitorioso no comando do governo. Mas a questão da liderança política na Bahia está em aberto. E não creio que seja uma questão resolvida em uma eleição. O carlismo sair do governo é um processo aberto; porém se isso vai trazer ou não modificação na elite política do Estado depende de outros lances adiante: o desempenho do governo Wagner, a orientação das suas políticas, os grupos de influências, as alianças que virão a ser feitas nas eleições seguintes, a relação com os prefeitos e deputados.

Qual a lógica que prevalecerá? A lógica de demarcar um novo tempo de forças, que derrotou o anterior, demonstrando no governo sua superioridade. Ou será com sentido oposto, com sinal trocado, o que me parecia a intenção de Paulo Souto: criar uma maioria acachapante

na política baiana de tal forma que pulverize a oposição e se construa uma lógica pendente à unanimidade.

Há sinais ambíguos no início do governo quanto aos dois caminhos. E tendo a achar que há mais sinais em direção ao segundo caminho. Um desses sinais é a questão muito acesa ultimamente: as alianças municipais. Em Salvador a coisa está muito discutida. É evidente que o poderio carlista deve perder gordura. Uma parte de sustentação tende a aderir ao governo. Que dimensões isso terá para um formato competitivo da política baiana é cedo para dizer.

Demais fatores de domínio do carlismo

O que era o domínio do carlismo na Bahia nos anos 1990? Meu colega, professor de ciência política, Joviniano Neto, escreveu um texto, publicado, acho, no *Correio Braziliense*, durante a crise do painel do Senado, que faz uma interpretação ao meu ver correta, que uma parte do domínio do carlismo na Bahia, nos anos 1990, tinha origem eleitoral. Ou seja, o patamar de votos sempre esteve em torno de um terço do eleitorado: 28, 33, 30%. Nunca chegou a 35% do Estado. Em 1994 e 1998, o índice de alienação eleitoral na Bahia (abstenção, aliada a voto branco e voto nulo) era bem superior à média nacional e à média nordestina. Parte disso se explica pelas características geográficas da Bahia: muito vasto, muita área rural, coisa que se assemelha, em devidas proporções, ao Amazonas. Mas não estou falando de números absolutos, estou falando o seguinte: a introdução do voto eletrônico, por exemplo, reduziu em muito as taxas de alienação eleitoral no Brasil, em ritmo maior que na Bahia, até 1998. Essa já foi uma novidade de 2002. O crescimento do PT vai aí, pois o carlismo manteve o mesmo número de votos de 1998, não foi ameaçado. Entretanto, a eleição foi competitiva. Em 2006 ele manteve o mesmo percentual de votos e perdeu. Havia um processo paulatino de diminuição de um estrato de eleitorado que estava fora. Com a migração dos votos da ala oposicionista, por esse núcleo da oposição liderado pelo PT, o PMDB e PSDB perderam espaço entre 1998 e 2002. Mas, do ponto de vista estritamente eleitoral, o carlismo nunca teve um peso que justificasse o poder que detinha ou, como diz Joviniano, “a sensação de poder”.

Essa sensação de poder estava relacionada a dois outros fatores extra-eleitorais: o primeiro é o controle que um grupo exercia sobre ins-

tituições e espaços não eleitorais. Aí por tradição, herança da ditadura, essa coisa toda. Mas instituições como o Judiciário, a burocracia do Estado em certas áreas, a relação com a imprensa, o Legislativo, eram coisas voltadas para uma estrutura vertical e coercitiva, mesmo num momento democrático.

Um segundo elemento, maior do que o conferido pelo peso eleitoral, era a aura de onipotência e infalibilidade que cercava a figura de ACM. Havia uma coisa comum a adversários e seguidores, a idéia de que ele era um gênio. Gênio do mal para alguns e um ph.D em política para outros. Resquícios disso ainda existem mesmo ele fora do poder e derrotado. O que há de boataria circulando na cidade, inclusive nos meios mais improváveis, dentro da universidade, professores, colegas meus, o que teve de gente acreditando piamente que esse cara estava embalsamado, esperando o 2 de julho [*a entrevista foi realizada no dia 5 de julho, três dias após a comemoração da independência da Bahia e ACM estava internado*], que ele ia escolher para o seu enterro. Olhar em volta – o país do jeito em que estão as coisas, imprensa do jeito que está, fazendo cadernos especiais para o dia que o cara morrer – e o cara admitir a possibilidade de isso acontecer, e ninguém saber por dez dias, é um negócio mítico. Esse elemento, essa aura de onipotência e infalibilidade, é muito forte. É um edifício composto de três elementos, o eleitoral, o extra-eleitoral e a aura.

A reconfiguração do carlismo

No fim dos anos 1990, a estratégia do grupo trincou, a questão da sucessão estava definida. Luís Eduardo era imersão plena do grupo político no campo eleitoral brasileiro e fazer isso sem dor, por quê? Autorizado pelo pai. O elemento tradicional não brigaria com o elemento da explicitação. As duas coisas estavam juntas. É como se o grupo carlista corresse todo o espectro nacional, e a morte de Luís Eduardo colocou no espólio a sucessão. Pois a direção já não era exercida apenas por ACM, mas por Luís Eduardo também.

Vários dos aliados haviam se aproximado ao grupo por Luís Eduardo, que é o caso de Geddel [*atual ministro da Integração Nacional*]. E a promessa de ACM de que ia engolir Luís Eduardo e ia virar dois não foi cumprida. Ele não conseguiu fazer isso. A morte de Luís Eduardo coincide com o processo de trincamento do PSDB e PFL

em plano nacional, disputa de poder, pelo candidato e assim por adiante. Uma coisa potencializou a outra e ACM se envolveu em batalhas simultâneas nos múltiplos fronts: Jader Barbalho; uma parte do *establishment* tucano; passagem em setores da imprensa que começam a bater e reescrever a história dos anos FHC como se o grupo carlista tivesse sido um estorvo, quando na verdade foi peça fundamental para consolidar legislativamente o programa orientado pelo mercado; essas coisas todas.

ACM começa a perder influência e a aura de onipotência começa a se desgastar: perde a batalha presidencial, perde no caso Jader Barbalho, e principalmente a crise do painel do Senado, que o alijou de cargos ministeriais. Perde não só a aura de onipotência, mas a aura de infalibilidade. Porque aqueles eleitores baianos que votam em Antônio Carlos ficaram sabendo que ele erra, como aconteceu no painel.

Em 2002 a aura vai se desfazendo e ele perderá os recursos de poder de que dispunha. Então o carlismo teve que atuar na política baiana apostando em quê? No cacife eleitoral. Passou a depender da ampliação das suas bases eleitorais. Isso levou as lideranças do grupo a recuperar – sem a hereditariedade de Luís Eduardo Magalhães, Aleluia faz isso mais – o elã. E o Paulo Souto... Imbassahy fazia parte disso fortemente. Entendo o movimento da ida dele para o PSDB e saída do PFL. Embora Jutahy Magalhães estivesse convencido de estar atraindo Imbassahy, cooptando uma parte do carlismo, o que me pareceu que se ensaiou foi o contrário.

A ida de Imbassahy dizia respeito mais a uma estratégia do grupo carlista ou pós-carlista de tentar espriar sua influência para fora da oposição. Ganhando nacos da oposição para ganhar isso, e aproveitando a máquina política do PFL. Paulo Souto governador e Imbassahy senador, criando um eixo político, isolando a *mancha*, a figura da ACM em decadência; por outro lado, retirava a capacidade de o PT liderar outro campo político. Isso deu com os burros n'água, porque quem estava do outro lado se mexeu. O PT, ao criar uma aliança política mais ampla, colocou um dique nessa expansão neocarlista. E ACM fazia o que lhe competia, enfiando dentro do PFL a candidatura a senador, levando o governador a ter que optar: ou fazia campanha desse candidato [Rodolfo Tourinho, candidato a senador pelo PFL nas eleições de 2006] ou contava com o ônus de ter que rachar com o grupo.

O que se viu é que a candidatura de Imbassahy naufraga porque não consegue obter o que imaginava no campo da oposição. Se você

pegar a votação de João Durval, ela é ilustrativa do que o campo das oposições conseguiu. E você soma as votações de Imbassahy e Tourinho, aproximadamente o campo que apoiou Paulo Souto. Pode ser que agora seja diferente, pois até a eleição de 2006 o papel de Imbassahy foi claro da expansão do PFL. Isso fracassou, foi para a oposição.

Mas não podemos continuar raciocinando como nos anos 1990, quando os caras controlavam a política baiana daquela maneira. Hoje todo mundo pergunta se o carlismo acabou, morreu. É uma pergunta que provém de uma premissa mítica: que o carlismo é uma projeção exclusiva da personalidade de ACM, que só se permitem duas hipóteses: ou ela manda em tudo ou morre. Não conseguem raciocinar que esses grupos são como os outros, capazes de vencer, perder eleições e se reestruturar. Não se raciocina nessa hipótese.

O governo Wagner e o carlismo

Coloca-se para o governo que se formou uma missão que pode fazer com que ele não realize sua verdadeira missão. Se puser sobre os ombros do governo Wagner a tarefa de eliminar o carlismo da política baiana, e se o governo tomar isso como missão, terá que renunciar à sua missão verdadeira, que é se constituir como campo de personalidade política. Para destruir o carlismo ele vai trazer o carlismo para dentro dele, passará a reproduzir a lógica da política com outro sinal. São três elementos do carlismo no exercício do governo: a centralidade dos recursos federais; a homogeneização do discurso; e o projeto do Estado dependente de uma elite política com capacidade e decisão de fazer as coisas. Esses elementos, aliados a uma liderança política forte do ponto de vista pessoal, constituem uma herança de estilo político. Esse perfil foi articulado com uma rede de lealdade pessoal e interesses, ora com constrangimentos, ora com benefícios, ou com a conjunção dos dois, mas terminou dando uma base social estável a um esquema de poder longo. Ainda considero a instalação de uma nova liderança política na Bahia possível, com uma rede social de lealdades e capilaridade, como o carlismo. Para outra base ou não. Podem se apresentar para a base social do carlismo como gestores disso. Isso está em aberto, e só se resolve com o exercício do governo. Acho uma bobagem analisar o governo pelos resultados. Não é a hora, com seis meses de mandato.

Sobre a centralidade dos recursos federais como viabilizadores da política, é ponto de contato com deputados e prefeitos. Aí vai “Wagner amigo de Lula”; “Wagner tem tratamento prioritário”; “Wagner como um dos elementos da indicação de Geddel para ministro”. Só que Geddel não é ministro de Wagner, ele envolve uma articulação do PMDB no Congresso e trabalha no ministério para que esse seu espaço ganhe autonomia, e mais que autonomia, condições de viabilizar muitas coisas para o próprio governo.

Geddel é o político baiano hoje que melhor representa aquilo que há de eficiente na política carlista. Ele é isso. É o discípulo mais bem-sucedido, não só nos aspectos folclóricos, não só no estilo, mas na concepção de fazer política de maneira afirmativa: a questão da Bahia acima de qualquer conflito. Os conflitos, que são normais, e a competição são vistos como algo que atrapalha.

Não estou fazendo juízo de valor. Observe, saiu esta semana [*domingo, 1º de julho, no jornal A Tarde*] uma matéria sobre os recursos federais, as emendas. O padrão cooperativo da bancada baiana permanece. Uma colega nossa do CRH, Celina Souza, escreveu um texto para a revista *Dados* que é um comparativo da bancada baiana com as do Ceará e Paraná, nos anos 1990, em relação às emendas, mostrando que Bahia e Paraná tinham posições semelhantes, altamente cooperativas. No caso do Paraná, o poder era tão disperso que não podia se dar isoladamente. No caso baiano, o controle era tão absurdo que não cabia aos outros discordar. O carlismo sempre teve senso de estratégia hegemônico. E precisa, nesse caso, incorporar as aspirações do outro. No Ceará, como havia uma polarização entre PMDB e PSDB, eles não conseguiam incorporar um padrão corporativo.

A questão da liderança política não sofreu uma ação de monta, ou seja, os motivos de cooperação continuam mais fortes que a polarização. Achei interessante quando fui em Pernambuco no início deste ano, após a vitória do PSB. Recife estava coalhado de *outdoors* sobre determinados temas pendentes na campanha eleitoral. Tinha um sobre determinada obra que havia ficado pendente por não sei quantos anos e havia saído em três meses. E o pessoal do governo anterior saiu dizendo que o atual estava mentindo, que era resultado de articulação há muito tempo etc... Mas não importa o conteúdo, e sim que os blocos estão mantidos para disputar o contencioso político após as eleições. Aqui na Bahia funciona na base de que o grupo que chegou ao poder vai trazer para dentro a maior parte do que ele perdeu.

O PMDB é porta de entrada, mas me parece uma política de governo, não há orientação paralela de Geddel. É no mínimo receptivo a isso. Entendo a lógica da governabilidade. Também acho natural que a gordura fisiológica do carlismo vá atrás do governo. O carlismo mantém seu núcleo duro – isso é normal em qualquer lugar. Não me refiro a isso, mas constar da estratégia do governo quebrar o núcleo duro do carlismo, tentar separar Paulo Souto de ACM; Aleluia de ACM Neto. No entanto, essa estratégia política tem um preço, ao meu ver, perigosíssimo de ser pago: o risco de reproduzir a lógica tradicional da política baiana. É normal que o PMDB absorva uma parte da gordura do carlismo. Faz parte da nova correlação de forças.

Por exemplo, fui à Assembléia Legislativa dois meses atrás: mensuravam em 31 deputados a base na eleição, mas já existiam 37, 38. Fui ver quem eram esses grupos. Fiz um mapa aproximado, e as defecções saíram de onde? De Souto. Talvez por Souto ser o governador anterior. Mas o que Souto representa individualmente como liderança – acho que na Câmara dos Deputados é pior – é bem menos do que ACM propriamente. Não tenho informação nas bases municipais. Mas no plano parlamentar é assim. Porque ele é o presidente do DEM? Porque ele é a liderança que saiu com a candidatura mais ampla e, assim, é um provável candidato a voltar? Os grupos internos estão na idéia do entendimento. Acho complicado se o governo Wagner começar a gastar sua energia para mudar essa lógica lá dentro, como PSDB e PMDB baiano gastaram durante anos energia para isso. Pois acaba reproduzindo o modelo de política tradicional, termina gastando energia que poderia ser direcionada no sentido de criar uma forma de gestão que contrastasse com a anterior. Os sinais, ao meu ver, até agora são muito preocupantes. Começa a dar uma sensação de “pauta rala”.

A relação com outros períodos históricos

Acho que esse tipo de comparação não é muito útil. Não creio que os problemas do governo Waldir e Lídice tenham sido de políticas heterogêneas. No governo Waldir, de janeiro de 1987 a maio de 1989, o avanço dos grupos conservadores só se deu nas eleições de 1988. O governo era de centro-esquerda, Waldir não deu nenhum cargo estratégico aos grupos aos quais se aliou. O secretário da Fazenda era Sérgio Gaudenzi, vindo da AP [*Ação Popular*]. O secretário de Governo foi Filemon Matos, destaca-

do líder oposicionista, oriundo do Partido Comunista. O secretário de Transporte, Pedral Sampaio, que tinha recursos na época – depois se aproximou do PFL –, até então era coordenador da campanha de Waldir, prefeito cassado em 1964 em Conquista, antigo aliado do Partido Comunista. O secretário de Administração era Raimundo Vasconcelos, professor da universidade, alvo de muitos atritos devido a suas críticas à política de aliança. O secretário de Planejamento era Jairo Simões, professor universitário de esquerda, com longa tradição. Waldir entregou e blindou a Saúde com Luiz Humberto Pinheiro e a educação com Maria Augusta da Rosa Rocha. Cada um dos grupos conservadores que se aproximou ganhou uma secretaria periférica. E Nilo Coelho, vice-governador, virou secretário de Minas e Energia, mas saiu logo devido à incompatibilidade com o núcleo do governo. Então, se o governo Waldir patinou do ponto de vista da administração e alianças políticas, isso pode ser creditado a qualquer coisa, menos às alianças.

Então o PT, bem mais que Waldir, tem plenas condições de exercer uma liderança, até porque sua composição no governo é fortíssima. O que acontece de diferente agora é um aliado em processo de fortalecimento. Se isso vai ser uma coisa boa ou ruim, depende de como será politicamente administrado.

As políticas públicas

Acho que as comparações que interessam são as que dizem respeito a governos anteriores, do carlismo. Essa é a comparação que precisa ser feita, para identificar até que ponto estamos assistindo na Bahia a uma mudança da elite política do Estado ou se vamos ter a vitória política do PT como reciclagem da elite política atual, como Souto desejaria ter feito. Para mim, essa questão continua em aberto.

Na questão administrativa do Estado, são poucas as áreas em que vemos contrastes. Não vou avaliar, não é a hora. Mas outra avaliação é possível fazer: quais são as diretrizes perceptíveis, independentemente se vai dar certo ou não, que é para depois. Aí é preciso antes entrar em algumas áreas, fazer uma observação de caráter geral, e isso vale para todo mundo vindo da oposição. O que é? As condições para governos subnacionais, estaduais ou municipais poderem criar políticas originais têm se reduzido aceleradamente no Brasil nos últimos anos. Por quê? Porque a administração pública brasileira, para o bem ou para o mal, tem

sido submetida a um processo contínuo de institucionalização, formalização e homogeneização, que começou há algum tempo e tem ganhado velocidade. Quando você descentraliza recursos para serem geridos pelo município, há uma crescente concentração de poder decisório em plano federal. Não quero dizer que é ruim. Estou constatando.

É fora de dúvida que o SUS seja impulsionador do sistema de acesso universalizado. Mas isso tem preço do ponto de vista da lógica de formulação de política local, estadual etc. No setor de educação também, e cobra-se na segurança pública. Para resolver os problemas sociais, urbanos etc., coloca-se em xeque o chamado arranjo federativo. O Simples, por exemplo, não tenho elementos, mas creio que vai de acordo com essa maré. Isso tem repercussão política no formato competitivo dos Estados, em tornar as políticas parecidas. Quero fazer essa ressalva para que não fique expectativa de que as políticas possam ser montadas exclusivamente com elementos baianos. Acho que é possível fazer ao máximo isso; e evitar uma excessiva simbiose. Quando o governo Wagner é montado para acompanhar a questão federal, é um reflexo.

Mas feita essa ressalva, é possível identificar variações em suas áreas. Não sou alguém que entende muito de políticas sociais, falo em caráter exploratório. Mas é visível que o governo entrou com uma política de saúde para o Estado mais associada à lógica nacional, que tem um elemento de contraste com o que estava sendo feito. Tanto que criou conflito com acertos feitos anteriormente. Pode criar conflito porque tem recursos, política, capilaridade e responde à lógica de um movimento de muitos anos.

Entretanto, se você vai para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, lê ou vê a secretária falar, observa a busca de um elemento diferenciador, demarcatório. Mas as condições da área de saúde, do ponto de vista material, como vão se desenrolar, não sei. Não está entre as prioridades do governador.

Na área de educação, o que chama a atenção é que não se pactuou ainda, entre as próprias forças que compõem o governo, uma política. E não existe nenhuma força, nem o PT, que tenha hegemonia para ditar o rumo. Então o que assistimos na greve dos professores foi isso. Independentemente dos problemas com os sindicatos, o fato é que você tem orientação política. Na questão da gestão escolar, o governo diz “vamos fazer a eleição direta daqui a um tempo – final de 2008, se não me engano –, queremos fazê-la combinando com critérios seletivos”. O secretário diz que vai utilizar inclusive métodos do governo

Paulo Souto. Mas, na questão da transição, surge a pressão para tirar quem estava. E não está pactuado isso.

Na área de segurança, se fez a opção por uma continuidade básica. Começam a ser divulgados os resultados desfavoráveis, mas não sei se são consistentes. Já ouvi que havia sonegação de informações no governo anterior. Não tenho elementos, é cedo para dizer. Digo apenas que é uma questão importante, é mais no território em que o governo Wagner vai escapar da “maldição” ou não na formação das bases legislativas. Não vejo sinais de ameaça do governo Wagner por esse território. Não vejo instrumentos do carlismo para fazer qualquer coisa que se assemelhe aos governos Waldir e Lídice. Qual a necessidade real de transformar a base política como obsessão, a ponto de virar prioridade? Me parece que, com as bases que tem, o governo reuniu condições de governar.

Isso não é só aqui, é uma síndrome no país inteiro. Todo governo precisa ter uma maioria do tamanho de FHC, para abafar a capacidade de mostrar o contencioso. Acho que o ponto mais saudável do governo Lula foram os primeiros meses. Enquanto se discutia reforma da Previdência, o governo se tornou a reverberação de uma porção de conflitos, era um assunto que mexia com os movimentos sociais. E o governo era minoria, que teve que negociar na época. A proposta que tinha foi submetida a importantes modificações, das quais participaram partidos de oposição. Num contexto há mais visibilidade para a discussão de políticas públicas do que de prévias maiorias avassaladoras, pois transfere para os canais invisíveis a maior parte das decisões. Considero isso ruim para a saúde republicana do regime democrático.

Acho que o governo tem, do ponto de vista político, condições especiais. Claro que corre o risco. Vêm as eleições municipais, e ele precisa alterar o domínio acachapante do grupo carlista. Mas não sei até que ponto isso deve ser fundamental para demarcar o território.

As vaias no 2 de julho – Governador e vaiado por professores da rede estadual na festa de independência da Bahia

Acho que, se o governo tomar esse tipo de coisa como norte, terminará com os burros n'água. Acho que havia um momento difícil com a greve dos professores, que se estendia por muito tempo, e que a administração política não foi das melhores – há um momento de insatisfação com a política do país, de modo geral. Mas não existe na política

142 NOVOS VENTOS BAIANOS

baiana, nesse governo, nem na figura do governador, alguém que incorpore o contraponto disso como no governo federal. As pessoas podem estar insatisfeitas como tudo, mas preservam a figura de Lula, como se não tivesse nada a ver com isso. O que não existe aqui.

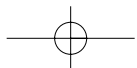
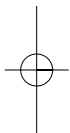
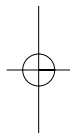
Quando me referi aos sinais, não falo de coisas perceptíveis pela população, mas aqueles que indicam questões para análise. Por exemplo, no campo da oposição. Eles têm dado sinalizações claras de que não estão na linha de entrismo, de forçar a porta para apoiar. Como ACM teve no governo Lula. Estão na linha de marcar território, resolver, coesos, seus problemas. Não é uma oposição ensandecida, mas moderada, que espera, vai soltando as críticas a conta-gotas. Talvez a eleição de 2008 seja importante para a questão das bases, mas não creio que seja o momento do confronto aberto.

Para sinalizar a oposição, só perceber o discurso, o movimento. No caso do governo, é preciso ver isso e a repercussão na administração. O que me deixa preocupado é a ausência de sinais. Como se houvesse uma certa perplexidade. Mas isso é tudo muito impressionista. Dizem que ciência política é como médico-legista. Só vai na certa. Acho que para os políticos que estão no fogo de construir, criar fatos. A ciência política não é boa conselheira. O problema é esse. O risco de erro é muito grande na política que está sendo praticada. O ator político erra mais que o analista, mas em compensação sua possibilidade de dar jeito nas coisas existe. O analista não dá jeito em nada. É igual a um médico de pacientes terminais.



entrevista

NELSON PELEGRINO
(Deputado Federal do PT)



144 NOVOS VENTOS BAIANOS

NELSON VICENTE PORTELA PELEGRINO inicia-se na política por meio do movimento estudantil secundarista e universitário. Como estudante da Faculdade de Direito da UFBA, é diretor do DCE e atua na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), da qual foi diretor entre 1983 e 1984.

Fundador do PT, contribui para organização do partido em diversos municípios do estado, sendo presidente do Diretório Estadual da Bahia por dois mandatos na década de 1990. Paralelamente à atuação partidária, advogou para categorias representativas na sociedade.

Candidata-se pela primeira vez em 1990, elegendo-se deputado estadual. Em 1994 é reeleito como deputado de oposição mais votado na Bahia. Elegesse deputado federal em 1998 e assume a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara durante o ano de 2002, depois de ter ocupado por duas vezes a primeira vice-presidência dessa mesma comissão nos anos anteriores.

É reeleito em outubro 2002, sendo o mais votado na capital baiana. Em 2003 assume a liderança da bancada do PT na Câmara Federal, enfrenta resistência à polêmica reforma da Previdência, o que intensifica as divergências com a tendência que participava e conseqüentemente com Jorge Almeida, intelectual e militante com respaldo na esquerda local e ex-candidato a prefeito de Salvador pelo PT. Posteriormente os integrantes da tendência e Jorge trocam o PT pelo nascente PSOL, enquanto Pelegrino funda a tendência petista EDP – Esquerda Democrática e Popular.

Em 2004, Nelson perde novamente o pleito para prefeito de Salvador. Em 2007, o deputado é membro titular da Comissão da PEC Paralela da Previdência. É presidente da PEC 308, que aprecia a proposta de criação de uma Polícia Penitenciária para atuar em presídios federais e estaduais. Foi relator da PEC 487/2005, Proposta de Emenda Constitucional, que propõe a reestruturação da Defensoria Pública, órgão responsável por oferecer gratuitamente advogados para a defesa dos cidadãos. Também é membro da CPI do Apagão Aéreo.

No novo cenário político baiano, Nelson Pelegrino é peça importante na capital, onde está aliado às reivindicações de setores do PT que demonstram insatisfação com a gestão de João Henrique na prefeitura.

Alianças em Salvador e no Estado

NA MINHA OPINIÃO, a eleição de Wagner é um processo que não começou em 2006, mas em 90, quando ACM volta ao governo e inicia-se a oposição a ele na Bahia. Até então era uma oposição comandada pelo PMDB. O PT foi se afirmando ao longo desses dezesseis anos como o maior partido de oposição no Estado, capaz de liderar uma frente de construção de um projeto de oposição. Esse processo teve algumas etapas, como Wagner em 2002.

Sem dúvida, as eleições em Salvador deram uma contribuição valiosa, pois, apesar de ser municipal, o programa eleitoral daqui era vinculado ao Estado todo. Desempenhávamos uma função importante, que era colocar um projeto para a sociedade. A vitória em Salvador, em 2004, foi fundamental para a vitória em 2006, pois conseguimos 75% no segundo turno. E reforça a idéia de que, quando a oposição se une, ela ganha.

Em 2004 ocorreu a combinação de alguns fatores, como o desgaste do governo Lula, e, em minha opinião, um vacilo do governo federal, pois se em 2006, ele dá sinais muito claros, em 2004 os sinais foram muitos embaçados. Isso fica evidente em dois momentos. Primeiro, não conseguimos unificar os partidos da base do governo, tanto que não cheguei ao segundo turno por 0,25% dos votos. A candidatura de Lídice, com o apoio do PPS, base do governo, teve 9%, e a minha, quase 22%. Chegamos a discutir a possibilidade de fazer uma frente com o apoio do PSB, PMDB e PPS; poderíamos chegar ao segundo turno com 35% dos votos – isso é uma soma geométrica e não aritmética –, com todas as possibilidades de disputar no segundo. Então, em minha opinião, o Palácio não ter pesado para unificar tal frente fragilizou a candidatura.

Sem falar nas movimentações de ACM em Brasília que promoveram um jantar-palanque para César Borges, tirando nosso diferencial. Quer dizer, assumimos a defesa do governo em todas as suas posições e seus desgastes. Mas os bônus não vieram, pois em nenhum momento tivemos um aceno claro de Lula e governo federal para a nossa candidatura.

O processo interno do partido

Não diria que a eleição de 2004 foi tão complicada para a unidade interna, acho que a de 2006 foi mais. Todos os setores do partido fizeram campanha, até porque todos eles estavam representados nas campanhas para vereador. Mas esse não foi o problema. Para mim, o problema foi a falta de aceno claro do governo federal. Até porque logo depois que saí do desgaste da liderança do PT veio a crise Waldomiro Diniz, depois a crise do salário mínimo, depois o jantar com bancada de senadores do PFL. Isso tudo cria dificuldades.

Nossa candidatura era forte, mas enquanto estávamos nos recuperando as outras estavam soltas. E enquanto pegávamos todos os desgastes do governo federal. Então, não acho que nosso processo interno tenha sido fundamental.

O que faltou na eleição municipal

Eu diria que chegamos perto de uma aliança ampla. Queríamos que o PSB fosse vice na chapa, mas o PSB disse que estava num projeto nacional de lançar candidaturas municipais. Acredito que, se Lula tivesse conversado com o atual governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e dissesse que a unidade na Bahia era importante, poderíamos dialogar com a candidatura de Lídice da Mata. Como isso não ocorreu, partimos pra uma aliança com o PC do B e PV. No entanto, chegamos perto de fechar a aliança, chegamos a discutir com Leonelli, mas ele dizia a todo momento que o que determinava era a sinalização nacional do PSB, e o PMDB poderia vir também.

Governo de coalizão

Tudo é uma questão de disputa pela hegemonia. Não sou contra ampliar as alianças. É claro que precisamos de limite. Falo isso não só quanto à campanha, mas principalmente quanto ao governo. É preciso ter clareza de que Wagner foi eleito para mudar a Bahia, para ir às raízes do processo de dominação do carlismo, que é uma expressão para designar uma liderança que tem estilo, mas por trás de um projeto político nos Estados e municípios. E onde está exatamente o núcleo do car-

lismo? No patrimonialismo, fisiologismo e autoritarismo político. São as bases da direita no país.

Wagner tem que ter clareza de que tem um lado – o lado da democratização, do controle social pela população e segmentos organizados – e construir um bloco histórico para a Bahia, não só para governar, mas nos programa e alianças.

Nada contra que setores de sustentação do governo passado façam parte da sustentação atual. Mas, na hora de definir cargos e projetos nos municípios e regiões, o governo Wagner tem que deixar claro que ele tem lado, caso contrário manterá as mesmas bases do governo anterior, só com o novo chefe de plantão.

Em minha opinião, um governo popular e democrático tem que dar um norte, alterar a correlação de forças. A eleição dele já é uma alteração na correlação que vinha desde 2002 e os avanços do governo Lula. Pois a população identificou corretamente que era necessário um governador aliado do presidente da República. A população gostou do projeto de Lula, e Paulo Souto estava na contramão desse projeto nacional. E o projeto estadual tem peculiaridades.

A Bahia é o sexto Estado mais rico do país, mas 17º nas condições sociais. Nossas estatísticas sociais são as piores do país. Então, o primeiro desafio do governo Wagner é reverter esse quadro de desigualdades. Temos o maior percentual de analfabetos absolutos do país. Aqui está a maior parte do semi-árido, que é a região mais pobre do Brasil. Os indicadores sanitários e de saúde pública são muito ruins. Segurança já é algo que preocupa. A concentração de renda é absurda.

Não temos a pretensão de resolver essas questões em quatro anos. Mas ao final de quatro anos temos que ter dado uma contribuição para reduzir todos esses indicadores. Uma contribuição para erradicar o analfabetismo, para construir uma saúde básica. A Bahia e o Maranhão são os piores em saúde básica, e perdemos para o Maranhão. Porque não houve investimento, porque o modelo é o da medicina privada, ganhar dinheiro. No interior é o hospital particular, para o amigo do secretário ganhar dinheiro. Temos que democratizar o acesso ao hospital público.

Devemos melhorar o modelo pedagógico da educação do Estado. Temos uma geração, de 1991 até agora, prejudicada pelo modelo “educar para vencer”, que manda todos passar, e o estudante chega no segundo ano sem saber escrever direito. Temos que reestruturar isso. O Fundeb é essa sinalização de mudança, em nível estadual.

Na área de agricultura, temos que ter política para o pequeno produtor. Alterar a estrutura de poder no semi-árido. O governo estadual tem que revitalizar a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) para fazer extensão rural, que foi eliminada após o governo Waldir. Temos que apoiar a agricultura familiar. Não vamos eliminar a grande produção, mas temos que dar sinalizações de construir outra classe dirigente no Estado. Temos que ter outra tecnocracia que não seja a que temos agora, formada pelo carlismo. Precisamos de outra elite política em cada município, formada nos princípios da democracia, republicanismo, participação popular, inversão de prioridades.

Isso precisa estar claro desde agora, na distribuição de cargos. Cargo é instrumento de execução de políticas. Pois ali já definimos quem vai sobreviver e quem vai ascender. Temos que fazer disputa de hegemonias, mas o governo tem que dar sinalizações claras.

Nesses primeiros cem dias o governo está dando sinais trocados. Embora na saúde haja coisas positivas na retomada de hospitais terceirizados; na educação uma discussão sobre a seleção no REDA – Regime Especial de Direito Administrativo; e na agricultura democracia com o MST e a agricultura familiar. Mas na política os sinais estão trocados. Pois na Bahia temos prefeitos ao lado do governador. Entendo que a mão salomônica do governador tem que pender para o lado de quem, como diz o governador, “amassou barro e comeu poeira”. Se formos para uma política de igualdade, vamos perder.

A que atribuir a redução de votos para deputado em Salvador

Primeiro, o PT continua sendo o partido mais votado no Estado e em Salvador. No meu caso especificamente e do PC do B, foi que em 2002 éramos o novo. Na reta final estava disputando o primeiro lugar em Salvador com Lídice e ACM Neto. Mas meus votos migraram muito para Lídice, porque meu nome é muito ligado ao nome de Lula, e apareceu o escândalo da compra do dossiê e a não ida de Lula ao debate na tevê. Isso tirou votos do PT no Brasil inteiro; na minha avaliação, perdemos dez deputados federais no Brasil e um ou dois na Bahia.

Tanto é que, se tivéssemos uma eleição no segundo turno, teríamos um desempenho melhor, pois sentimos uma recuperação do PT. E devemos entender que pegamos os reflexos da crise de 2005, pois,

embora tenhamos satisfeito uma parcela da população, perdemos uma parcela consciente do eleitorado. Que migrou para o PSOL e outros partidos da esquerda, como o PSB, que não absorveu o desgaste.

PT e governo

O PT é o maior patrimônio dos trabalhadores e do povo organizado no Brasil. Ele é fruto de uma luta de 22 anos. Inclusive acho um equívoco aqueles que saíram do partido e abandonaram esse instrumento. Os principais segmentos da vanguarda trabalhadora, operária, camponesa e dos movimentos organizados estão no PT. O PT está no governo federal, nos Estados, compõe alianças importantes.

E como o poder atrai, o PT atrai coisas negativas também. E nosso principal desafio é que ele não se desfigure enquanto partido socialista, da transformação social no Brasil e democrático. E os segmentos mais à esquerda não são guardiões, mas são segmentos que têm esses princípios como elementos centrais. É esse o desafio de ser poder, que é mais complexo no Brasil que ser governo pela via eleitoral. Então o desafio de ser governo é de deslocar a correlação de forças do país, para as mais favoráveis às lutas sociais.

São esses aspectos que trabalhamos na militância partidária e que se traduzem em todos os movimentos, mandatos, prefeituras e na relação do partido com o governo. Em minha opinião, o PT tem um papel importante nos rumos do governo Wagner. E tem que buscar com partidos mais próximos, como PV, PC do B e PSB. Não excluir os demais, mas que esse núcleo seja dirigente e organizador.

Os desafios da bancada do PT

Em plano federal acho que temos que ter uma atitude mais proativa, reavaliar as ações, que eram de sustentar o governo, o que fez com que perdêssemos algumas posições. Inclusive fazendo tensões quanto aos rumos do governo no parlamento. Em especial na área de democratização das comunicações, democratização do Estado, interferência na política econômica do governo. A bancada do PT tem que ser hegemônica desse projeto.

Na Bahia não pode ser diferente. Por exemplo, Zilton Rocha puxa o debate de eleição direta para a direção das escolas públicas estaduais, que é um debate nosso. É lógico, precisamos de uma transição para não perdermos o poder para a direita. Mas esse é um debate inclusive do MEC, em nível federal.

Nós temos esse nível de compromisso com a democracia, com o público. E temos que fazer essa disputa na Assembléia, pois a direita não quer ver seus instrumentos de dominação serem destruídos. Nossa bancada tem que ser fiel a nossos projetos históricos e de sustentação do governo.

Os desafios para educação e saúde no Estado

Na saúde, volto a dizer que nossos índices só perdem para o Maranhão. Não temos uma rede de saúde básica, porque o carlismo destruiu todas as estruturas regionais para favorecer os hospitais privados. Quando o governo federal dá prioridade à saúde na família, ele acaba agendando o prefeito a modificar. Os municípios quase todos têm PSF – Programa Saúde da Família. O Samu também faz com que os municípios dêem contrapartida como o PSF.

Então o governo estadual tem que construir uma agenda para o Estado, algo que foi sabotado no governo Waldir, com Luiz Humberto. E depois Nilo Coelho não tinha interesse.

Tem que ter hospitais regionais, interagir com os prefeitos, democratizar o acesso. Acabar com a política de ambulância, que era de trazer para Salvador para ser tratado. Isso faliu porque o Hospital Geral do Estado não tem como atender o Estado todo. Há muito tempo estamos denunciando que a Bahia tem os piores indicadores sociais na saúde, agora a TV Bahia descobriu, depois de dezesseis anos. Só eles estão anunciando isso. E poderia estar pior se o governo Lula não tivesse investindo no setor, credenciando leitos de UTI no Estado. Toda prioridade é retomar o diálogo com a universidade, construir hospitais públicos, retomar os privatizados.

Na educação a situação não é diferente. Temos que fazer uma profunda revisão, pois nosso modelo deseduca os jovens baianos, não educa. Temos que valorizar o profissional da educação, investir no conteúdo pedagógico, investir na qualidade. Uma geração de baianos teve seu futuro comprometido nos últimos dezesseis anos.

A vitória de Wagner foi uma surpresa?

Se analisarmos bem, foi a crônica de uma vitória anunciada. Todos os fatores objetivos e subjetivos estavam lá: o desgaste de dezesseis anos de PFL, a ampla aliança, a alteração da correlação de forças com o governo Lula, a sinalização clara da banda B de busca de alternativa, a votação de 2002 e, principalmente, a vitória de Lula. As contas de Wagner é que ele podia ter 70% dos votos de Lula, e teve um pouco mais, 75%. Paulo Souto estava ganhando a campanha por sinalizar um namoro com o eleitorado de Lula e distanciamento de ACM. Quando começou a abraçar a candidatura de Alckmin e ACM, foi o início da derrota dele. Sempre dizíamos que ACM foi eleito com 27% dos votos em 1990, Paulo Souto 32% em 1994, César Borges 28% em 1998. Dizíamos que 70% dos baianos não votam neles, mas também não votavam na gente.

O alinhamento com o governo Lula deu certo. Em quase todo o Nordeste isso ocorreu. Em Alagoas Renam Calheiros apóia Lula, e na Paraíba Cássio Cunha Lima namorou o governo Lula o tempo todo. Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe. No Sul foi o inverso, devido à relação com os produtores rurais. Pois a prioridade de Lula foi a agricultura familiar, o Nordeste, semi-árido. E antes o Sul sempre teve muitos privilégios.

Ninguém acreditava na vitória de Wagner em primeiro turno, mas ao mesmo tempo falávamos que a eleição seria decidida em primeiro turno. Não que foi uma zebra, mas uma surpresa de algo que já estava anunciado.

As pesquisas

Foram manipuladas e não refletiram o momento. Mas defendo a tese de que boa parcela do eleitorado tem medo de dizer que vota na oposição na Bahia. As pesquisas sempre foram manipuladas, mas sempre teve o fator voto a pulso. A virada de Wagner ocorreu nos últimos trinta dias. Chegávamos no interior com 4.000 pessoas, e Paulo Souto só fazia com recinto fechado. Eram vários sinais durante a campanha, realmente nos últimos trinta dias a coisa virou. A onda de Wagner tava tão forte que o episódio dos *aloprados* não abalou.

Há outros fatores pontuais, como os votos de quem queria que ele fosse para o segundo turno para dar um susto em Paulo Souto.

Também estávamos alertando sobre a crise do governo do Estado, que estava endividado. E o governo Paulo Souto fechou as portas para o governo federal, e não o contrário. O carlismo estava contrariando muitos interesses regionais, que não estavam sendo contemplados. Não estava conseguindo resolver os conflitos regionais. Nós estamos sentindo isso agora com o governo Wagner, com os cortes nos investimentos. Ao contrário do que eles vendiam para a sociedade, de um Estado com finanças acertadas.

Considerações

Houve unidade no partido na campanha. E a fala do governador na posse – “quem comeu poeira e amassou barro” – terá prioridade nesse governo, isso em relação à política. Com relação ao governo, é mudar o perfil socioeconômico do Estado.

A possibilidade de Pelegrino voltar a disputar a prefeitura de Salvador

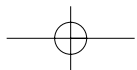
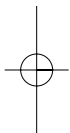
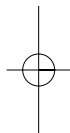
Eu diria que temos um projeto construído ao longo dos anos e que esse projeto não se realizou. O orçamento participativo não foi construído, a inversão das prioridades, a democratização das relações. E o prefeito tem legitimidade para apresentar uma alternativa para a cidade.

Mas o jogo político é complexo, e temos que jogar. Assim como faltou o apoio do PSB em 2004, temos que pensar em aglutinar as forças políticas da cidade que são condizentes com nossos processos.



entrevista

SIDÔNIO PALMEIRA



154 NOVOS VENTOS BAIANOS

A FORMAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL NA UFBA não determina o futuro de Sidônio Palmeira. Ele alia a política ao fascínio pela comunicação, e escolhe atuar no marketing político. Para formação específica na área, cursa extensão em Planejamento e Marketing pela Universidade Nacional do México, uma das mais respeitadas do mundo.

Exerce papel de liderança local no ramo, já foi eleito para presidência do Sinapro – BA (Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia) e vice da ABMP (Associação Baiana do Mercado Publicitário); hoje cumpre o mandato na Abap Capítulo Bahia (Associação Brasileira de Agências de Publicidade).

Ganha o título de Publicitário do Ano no Prêmio Colunistas Norte-Nordeste por duas vezes (com atuação destacada na defesa pela regionalização da propaganda) e Profissional de Marketing Político e Institucional do Ano pela ABMP.

Na área institucional, coordena o planejamento de comunicação da Câmara Municipal de Salvador, conquista o Topo de Marketing Nacional com o projeto "A Voz da Cidade". O detalhe, é que a Câmara é a primeira instituição legislativa a receber prêmio nacional do ramo.

Em 1992 dirige o marketing da campanha de Lídice da Mata à prefeitura de Salvador. Volta a participar de uma grande vitória da esquerda nas eleições de 2006, ao coordenar a campanha de Jaques Wagner. Em 2007 Sidônio foi escolhido "Publicitário Latino-Americano do Ano" no 16° Festival Mundial de Publicidade, em Gramado.

O convite para entrar na campanha

ENTRAMOS PARA A CAMPANHA do ponto de vista publicitário e não do ponto de vista político. Nós, da Leiaute, especificamente Carlinhos, meu sócio, já pegamos a candidatura de Wagner em Camaçari, onde saiu de 3% e terminou para mais de 30% dos votos, onde ninguém esperava que crescesse tanto. Não tenho dúvidas de que, se ele fosse para lá novamente, teria plenas condições de ganhar. Em 2002 fizemos a campanha para governador, mas por quatro pontos percentuais não chegamos no segundo turno. E não tínhamos o presidente Lula ainda. Wagner saiu candidato para dar palanque a Lula, e foi surpreendente.

Na época os institutos diziam que ele teria 18% e ele saiu com 39%. Mais um erro que as pesquisas cometeram na Bahia. E somando com outros candidatos só faltaram 4%. Percebemos que isso era comum nas eleições do PFL na Bahia. Diziam que iam ganhar por “não sei quantos” milhões de votos, e na hora H a diferença era pequena.

Como já havíamos feito a campanha de 2002, tínhamos uma identidade com a Leiaute, especialmente com Carlinhos. E assumi dentro da Leiaute a campanha. O processo começou na propaganda do PT, quando fizemos a discussão do que o governo federal tinha feito pela Bahia. Pois na época a turma de ACM e Paulo Souto diziam que não tinha intervenção do governo federal. O outro aspecto era mostrar que existia uma bolha de publicidade, e precisamos caracterizar que Paulo Souto investia mais em propaganda do que de fato em políticas. Outra coisa que achamos é que não devíamos zerar o candidato, que eles não fizeram nada, fizeram, sim, algumas coisas nesses anos. E criamos o slogan “Bahia cresce porque o federal investe”. Saíram várias reportagens e veio processo contra isso.

Atribuo o convite a duas coisas: a relação nas campanhas de Camaçari e governo do Estado. E depois fomos convidados pelo presidente do PT, Marcelino Galo, para fazer o programa do PT tendo em vista a campanha de Wagner.

Os responsáveis pela estratégia central

A agência trabalha em conjunto com o cliente, e a idéia central saiu com o PT e a agência. O partido contribuiu muito, o PT brifou, conceituou. E passamos uma linguagem fácil e compreensível para a população. A estratégia da campanha de Wagner foi a mesma coisa, já existia uma pesquisa qualitativa bem detalhada, com toda a realidade do Estado, a situação de cada candidato, os problemas do carlismo. Isso fez com que compreendêssemos bem os problemas do Estado, e a executiva do PT também compreendia bem.

Estratégia

Em publicidade trabalhamos muito com o imaginário popular. E havia um cansaço pelos dezesseis anos de PFL e ACM. Sabíamos que ACM, por suas características, tinha pessoas que o odiavam e o adoravam, e seu universo de votos era de cerca de 30%. Sabíamos o limite. Ele não tinha ido a mais que isso.

Sabíamos também que Paulo Souto estava com um universo mais amplo, ia muito além de ACM. Tínhamos nosso candidato, que não era conhecido – apenas 40% o conheciam, contra 90% de Souto –, apesar de ter participado das eleições anteriores. Tínhamos o presidente Lula disparado na Bahia, através do governo federal.

O primeiro aspecto que pegamos foi *linkar* Paulo Souto e ACM. E *linkar* Lula ao nosso candidato. Outra coisa era descaracterizar a idéia de que Wagner não tinha sido um grande ministro e não tinha contribuído para trazer arrecadações para o Estado.

O terceiro aspecto é que o governo federal investiu, e muito, na Bahia. Levantamos o Luz para Todos e o Bolsa Família, nos dois a Bahia era campeã e Wagner era o grande interlocutor. Outra coisa era desmontar a idéia de Paulo Souto de que a Bahia crescia mais que o Brasil. Só que crescia porque existia uma preocupação do governo federal de investir no Nordeste.

Também pegamos que Paulo Souto era o governador da propaganda, com benefícios para poucos. Pegamos projetos dele e desmontamos, comparando com o governo federal. O principal era o Cabra Forte. Comparamos o Faz Universitário com o ProUni e demonstramos quan-

to o investimento e a abrangência eram muito maiores. Pegamos que o projeto de habitação dele era todo “pongado” no governo federal.

Dentro dessa estratégia, pegamos os dezesseis anos do carlismo. Não zeramos, mas demonstramos que nesse tempo a Bahia ficou com os piores índices sociais do país. A quinta em economia, era uma das piores em saúde e educação. Ele tentaram também pegar a gente, colocando Wagner como um cara de fora. Mas isso não funcionou desde a outra campanha. Nessa estávamos esperando isso para abordar a questão do preconceito contra o negro, a mulher e o cara “de fora”. E não peitaram isso.

Usamos três elementos importantes para a estratégia. Primeiro, mostrar a Bahia como ela é. Eles mostravam uma Bahia com tudo belo, com escolas, fábricas. Nós chamávamos isso de “império romano”. Colocávamos a Bahia como ela é. Nosso figurante era o povo.

Trabalhamos não só com a Bahia do negro do Recôncavo, mas o sertanejo com a cara curtida do sol, o caboclo. Nosso programa se apegou em mostrar a verdade da Bahia. Concentramos na verdade e sinceridade. Pegamos uma figura negra, a Débora, que falava sempre com segurança, força. Mostrando sempre a verdade no sentimento. Pegamos um jovem que não conhecia os problemas que a Bahia tem e o colocamos a viajar pelo interior. Isso foi uma coisa inovadora em publicidade. E, por último, queríamos algo escrachado, no bom sentido. E foi a Zeti, uma pessoa com linguagem fácil, simpática. Pois você bater em Paulo Souto com alto nível de aceitação é complicado poderíamos bater e voltar. As pessoas têm tendência em tomar partido de quem elas conhecem. E as pessoas conheciam Paulo Souto e não o nosso candidato. Teríamos que fazer algo engraçado e que fizesse as pessoas pensar um pouco.

Diferentemente de Duda Mendonça, que diz que quem bate perde, achamos que quem sabe bater com simpatia ganha. E ficamos contando os programas em que iam “olhar” pra gente, pois eles começaram com 67% a 9%. Eles queriam ganhar de forma olímpica, sem sequer tocar na gente. E a gente queria chamá-los para a “briga”, para o embate político. E eles queriam fugir disso. Conteí os programas até quando eles iam responder, e aí batemos no Cabra Forte, demonstrando que era um programa pequeno e limitado. Então começou o embate com eles.

Isso foi mais ou menos no sétimo programa, quando eles viraram a bateria contra a gente. Perceberam que estavam perdendo. Estávamos acompanhando pesquisas, que mostravam que estávamos crescendo 3

pontos em cada programa. Mais adiante, quando a gente ia crescendo, crescendo, eles usaram o dossiê de forma desesperada, para evitar a sangria nos números deles. Inventaram até algumas mentiras.

Mas juntamos esses personagens e a Zeti, que tinha a função principal de pegar o negócio da panelinha. Estudamos o que é panelinha. O que é? É quando um grupo pequeno quer isolar a maioria porque tem alguns privilégios. Todo mundo já enfrentou uma panelinha na escola, na infância. Sempre tinha aquele negócio de um grupo de amigos evitar que você tivesse acesso “àquilo”. E trabalhamos nela. Queríamos que nesses dezesseis anos o imaginário popular viesse à tona. Teve um momento em que Wagner quis colocar a questão da panelinha no programa, pois já estava pronta, mas não era o momento. Precisávamos ver e estávamos balizando com as pesquisas o exato momento em que a palavra “panelinha” estivesse ligada ao povo e entrássemos com o clipe.

Certo dia, uma senhora com uma lata de água na cabeça, numa barragem do interior, disse “aquela panelinha deles lá” – batendo as mãos –, e falei “esse é o momento”. Tirei tudo do ar, inclusive as coisas falando da amizade de Wagner e Lula. Quando tirei tudo do ar, virou uma febre. E a panelinha, que era uma crítica forte, vinha de forma simpática, era agradável ver a coisa da panelinha. Ouvi depoimentos de deputados ligados aos caras falando que a empregada estava cantando em casa e eles perguntavam “vai votar em quem?”, “vou votar no senhor, mas a música é legal”. Então a panelinha foi um instrumento forte de jogarmos o imaginário popular para uma Bahia de todos, não uma Bahia de poucos, da panelinha.

Eles caíram nisso, pois em nenhum momento questionaram. Ficaram sem saber como se defender. Tentaram usar um panelão, mas era agressivo. Não perceberam que o que fazíamos era simpático. Fizeram um panelão que jogava morcego dentro, isso e aquilo. Não conseguiram responder à panelinha.

Os demais aliados e a estratégia

Eles tinham reunião, via o próprio PT, mas nunca nos reunimos com todos os aliados.

Quem mais participou da estratégia de comunicação

Tem um profissional que trabalha comigo, Raul, em várias campanhas. É bom ressaltar que a panelinha já tinha sido adotada em eleições anteriores, mas não tínhamos jogado com essa força, com esses detalhes. É bom ressaltar que a campanha proporcional contribuiu, e achávamos que não deveria ser algo frio. Resolvemos criar sobre isso, e Alfredo foi quem coordenou com a Kátia Flávia e outros. Mas era o Raul que colava comigo. Então nossa campanha proporcional tinha uma âncora, tinha movimento, coisas que as outras não tinham. Isso nos trouxe alguns prejuízos, pois perdemos tempo, mas era normal.

A relação com Wagner

A relação com Wagner foi a melhor possível, porque ele é um cara que dá liberdade à criatividade. Ele o tempo todo falava “vá, leve”. De vez em quando sugeria algumas coisas, porém falava “mas veja aí o que é melhor”. Ele nos deu o tempo todo liberdade para criar. Isso é a melhor coisa que precisa de um candidato, tudo que criávamos tinha uma aceitação impressionante. No processo inicial, falei do rumo que achava certo e, quando ele viu o primeiro programa, chorou, por incrível que pareça. Colocamos Wagner para aparecer de três formas. Uma era ele conversando, para aproximar. Outra era no *teleprompter*, ele falando direto. E a terceira ele num comício. Isso dava um dinamismo à figura dele, para não aparecer de um formato só.

O Paulo Souto ficava muito tempo no *teleprompter*. O aspecto que mais me marcou em Wagner foi ele dar liberdade. Ele adorou a panelinha, sempre aplaudia os programas. Sempre foi uma pessoa muito boa, fácil de trabalhar. Isso ajuda muito a campanha, pois tem o retorno do seu candidato de forma positiva. Não teve ninguém para ficar torrando, impedindo.

Havia pessoas, como Cesinha, que passavam os dados pra gente. O programa de governo atrasou um pouco, colocamos o César lá e ele passava os dados. E tinha a interação com a proporcional para fazer casado. Em alguns momentos batíamos “aqui”, depois “lá”, e vice-versa. Foi uma campanha fácil, boa de fazer.

As mudanças nas regras eleitorais

Foi o grande problema. Minha maior irritação durante a campanha foram as novas regras eleitorais. Chegou um ponto em que os caras queriam podar tudo, o presidente Lula não poderia aparecer em nada porque era campanha “pra ele”. O clipe nosso de abertura foi retirado, não poderíamos falar em Lula, só poderia aparecer Lula pedindo voto para Wagner.

Isso foi descoberto no processo, não havia uma norma clara. E à medida que íamos crescendo eles só tinham uma forma de barrar isso: na Justiça. A luta jurídica aqui e no TSE acabou nos cortando algum tempo. Tudo o que fazíamos tínhamos que comprovar, qualquer dado. Isso eu não questionava, achava legal. Passa mais verdade para a campanha. Mas o grande problema era a utilização de Lula, que era muito importante para a nossa campanha.

As notícias de que a campanha local tinha prejudicado a nacional

A gente sabe que não prejudicou. Tudo o que a gente fez foi com a concordância de todos. Nunca mandamos um material para o ar sem um advogado analisar. Não foi por culpa nossa, pois tudo passou pelo jurídico. A própria nacional não sabia que ia dar isso.

Se você for ver no concreto, a campanha de Wagner ajudou muito a de Lula, tanto que aqui foi o segundo Estado com a maior votação de Lula. Por outro lado, a campanha de Wagner foi a grande vitória do PT no plano nacional, fez com que enxergassem que existe vida fora de São Paulo.

As tensões na campanha, especialmente com a proporcional devido às punições

Não foi fácil. Lembro que em alguns momentos diziam: “Mutilaram meu programa”. No clipe de abertura estava aparecendo o presidente Lula. E depois “não pode ter o nome do presidente Lula em nada, não pode aparecer Lula, tem que tirar Lula de tudo”, era essa a informação

que chegava aqui. E o presidente Lula era o grande cabo eleitoral nosso. Como íamos fazer o programa assim?

As punições

As punições afetaram a campanha, deram sobrevida a eles. Faltando dois terços da campanha, eles usaram muito isso. Entraram direto na Justiça. Era a forma que eles tinham de baixar nosso astral, mutilando o programa, evitando o crescimento. Não tinham como enfrentar a gente na campanha e nos mutilavam. Algumas posições da Justiça causaram controvérsia. Mas era a melhor forma de eles combaterem a gente.

A paródia da pizza e da panelinha

Não funcionou para eles, foi um fracasso total. O único momento em que eles conseguiram nos afetar foi o do dossiê. Mas usaram tanto que acabou pesando contra eles, perderam a dosagem. Exageraram naquilo e começamos a falar a verdade de forma tranqüila e enfrentamos. Mas foi um momento difícil. Foram duas formas de afetar, pela Justiça e o dossiê. Mas continuamos a crescer.

Link de Wagner e Lula

Desmistificamos a fala deles de que o governo federal não prestigiava a Bahia, não investia na Bahia. Tínhamos pesquisa mostrando que o presidente Lula estava bem na Bahia, e fizemos a relação de que nosso candidato não era só amigo de Lula, era competente e tinha sido o embaixador dos investimentos para a Bahia. Todo mundo gostava de Lula e outro governo prejudicaria os investimentos aqui. Era preciso ter um governo parceiro, que pudesse propagar as ações do presidente Lula.

Outra coisa do ACM era seu alto índice de rejeição. Não usamos como marionetes deles, porque não era tanto, mas que eles eram ligados. E também demonstrávamos que Souto não era um bom administrador. Isso era culpa das oposições, que também achavam que ele era bom administrador. Não era coisa nenhuma. Tínhamos que mostrar que a única coisa que eles faziam bem eram as propagandas.

Os slogans

O “A Bahia de Todos Nós” pegava a questão da falta de oportunidade. Toda questão de falta de oportunidade nós ligávamos ao grupo carlista. Na Assembléia Legislativa, deputado que não fosse ligado ao grupo não valia nada. Empresário que chegasse aqui e não fosse ligado a eles também não tinha oportunidade. Várias empresas foram identificadas como as mesmas que se beneficiaram por dezesseis anos.

O contraponto a isso era “A Bahia de Todos Nós”. E ainda tínhamos uma coligação maior que a do governo federal, que cai exatamente nesse conceito. O *slogan* também liga à Bahia de Todos os Santos, de todos os amores... “A Bahia de Todos Nós”. Até os programas sociais deles eram limitados em termos de abrangência. Queríamos demonstrar que tudo era para um grupo pequeno. O modelo de desenvolvimento deles era concentrador. Cinco por cento das cidades concentravam 90 e tantos por cento da arrecadação do Estado. Era concentrador em todos os aspectos. Inclusive deixava o semi-árido abandonado. Era “A Bahia de Todos Nós” contra a deles, a dos privilegiados.

Os desafios da comunicação no governo

Primeiro, é um governo com outra cara, outra compreensão de Bahia. Tem que mostrar a Bahia como ela é, de um povo que sonha, e que esse governo pode abrir oportunidade para toda a população. Vejo que esse governo já começa diferente na visão de contratação, com um processo paliativo. Era deputado mandando bilheteinho...

A comunicação deve ser num caminho de mostrar o povo do jeito que é, com sofrimento. Com luta pela transparência, democracia. As contas públicas serão abertas. A relação com os outros poderes, hoje já existe uma relação republicana sem desrespeito. Isso precisa ser divulgado. E o cumprimento das metas estabelecidas na campanha, como o Água Para Todos, diminuir o analfabetismo, construção hospitais regionais – entre os quais o polêmico Hospital da Criança em Feira de Santana. A comunicação precisa aproximar a população em termos de informação de direitos. A população se aproximando mais pode interferir no governo. A população está acostumada com a forma autoritária de ACM: “Não peça ao Senhor do Bonfim, peça a mim, que peço a ele”. Era sempre essa forma de compreensão. Não dava condição para

a população ter discernimento para fazer as coisas. Trabalhava com a coisa de que o povo precisa de um herói que faz tudo, um Super-Homem. Tem que romper isso. O governo, inclusive na comunicação, precisa dar condições para o povo crescer e lutar pelos seus direitos, não depender de terceiros, pois a dependência gera manipulação e o favorecimento de poucos frente à grande maioria.

A comunicação tem que divulgar isso, formar o povo. Esclarecer dos direitos e informar o que o governo faz. E sair da mera propaganda promocional, mas mostrar em que o Estado trabalha, o que ele faz. E também demonstrar o direito do cidadão.

No começo da campanha havia pouco dinheiro e muita vontade, era um pouco de Glauber Rocha: “Uma câmera na mão e uma idéia na cabeça”. Sabíamos o que queríamos, sabíamos os problemas, havia uma estratégia bem-feita, mas não tínhamos recursos para grandes coisas. Uma coisa que a legislação nos ajudou muito foi acabar com o showmício, virou luta de idéias, não de levar um grande artista. Tanto que nossos comícios tinham muito mais gente.

Quando começou a campanha pouca gente nos conhecia, não iam para as atividades. Em determinado dia, lá pelo décimo programa de campanha, Wagner disse: “Tem algo acontecendo, alguma coisa estranha”. Eu disse: “O quê?”. E ele: “Vejo as pessoas me olhar diferente, vejo um brilho nos olhos deles, vejo o sorriso das crianças. Vejo as velhinhas, várias, querendo falar comigo. Não sei se é a panelinha, se é a forma como falo na televisão, só sei que está havendo uma transformação, alguma coisa acontecendo”. Ele falava muito do brilho dos olhos das crianças e do aconchego das velhinhas. E nesse momento ele começou a se levantar.

Fazíamos atividades sem nenhum artista, sem ninguém conhecido, fazíamos com gente. No local a que o candidato adversário ia não tinha ninguém. Quando ia Wagner, tinha uma multidão. Foi um sintoma de que ele ia ganhar.

Desde do começo ele dizia que ia ganhar a eleição. Sempre acreditou que ia levar no primeiro turno, nunca vacilou. Nos momentos da campanha mais críticos, ele estava firme que ganhava. Quando terminou e tinha mais três dias, ele disse “Estarei lá de casa esperando o resultado. Pode me ligar que vou ganhar”. Ele tinha uma segurança imensa. Tem uma foto, que Manu tirou, que é muito ilustrativa: uma casinha no interior com as fotografias de Paulo Souto e ACM nas paredes e uma janelinha aberta com uma criancinha segurando a bandeiri-

nha de Wagner. Eram as caras de Paulo Souto e ACM, mas dentro do imaginário popular, rompendo, era Wagner que surgia.

As pesquisas falavam que a gente ia perder como em 2002, e nós não acreditávamos nisso. Na anterior Wagner entrou com 18% e saiu com 39%. Nessas eles sempre diziam que estava 47% a 33%, e sabíamos que era mais. Alguns perguntam o que aconteceu, e quem tem que explicar são os técnicos de pesquisa. Porque elas não davam o crescimento de Wagner.

Algumas pesquisas qualitativas, com pessoas indefinidas, mostravam os dois programas. De doze, oito ficavam com Wagner, duas permaneciam indecisas e duas com Paulo Souto. Já dava essa demonstração de que a Bahia estava mudando e acreditava no projeto de Wagner. O eleitor baiano sempre vota nas oposições e sempre na última hora. Tudo bem que isso eles é que têm que explicar, mas é frente à cultura do medo que os caras sempre ganham. O pessoal justificava dizendo que era o trabalho de boca-de-urna, mas este ano não teve. O que houve foi a certeza do eleitor baiano que sempre teve esperança na mudança.

Os momentos mais críticos

Desde a coisa da panelinha eu tinha segurança de que tínhamos tudo para ganhar. Fizemos vários testes qualitativos e as pesquisas nunca atendiam às nossas expectativas. Os momentos em que saíam as pesquisas eram momentos de tensão, decepção, porque a gente sempre achava que estava acima daquilo. Tínhamos imagens do local em que o candidato foi, e havia sempre muito mais gente que o dos caras. Teve o momento em Itabuna, do negócio da vassoura-de-bruxa, foi aquele desespero dos caras. E foi uma multidão monstruosa, uma das maiores fora Salvador. Ia nos dando segurança.

Também acreditávamos na nossa estratégia, eles não respondiam às nossas questões, como a panelinha. A receptividade que teve a panelinha, era o povo cantando. Ninguém cantava a música deles. Lembro que apenas em Candeias eles colocavam gente.

Também tinha o imaginário da campanha passada, uma situação muito pior do que temos hoje com o presidente da República e tudo.

O momento mais difícil foi o do dossiê, que juntou nossa mutilação. Porque a gente vinha bem, numa boa, e os caras pentalhando com

isso. Foi o momento em que eu ficava agoniado. Teve uma vez que fiz pressão na proporcional querendo tempo para responder. Estava agoniado, sabia que aquela eleição estava na mão.

Havia uma pessoa que acreditava mais do que eu, era Wagner, esse sim. Ele tinha uma vantagem porque ficava na rua, ia com o povo. Eu estava dentro de quatro paredes. Só via imagem de TV ou pesquisa.

As pesquisas

Quem tem que explicar são os institutos. Eles dizem que “houve uma mudança de última hora”. Alguns levantam a tese de que eles escondiam. Mas todas as informações eram de que, mesmo nas pesquisas em que saíamos muito atrás, eles não tinham segurança, estavam preocupados. Algumas pessoas de lá com quem tenho relação me falavam: “Os caras estão preocupados, tem gente preocupada”. Mas sai uma pesquisa ruim e você se deprime com aquilo. Saiu uma pesquisa contrária e no dia saiu no jornal *A Tarde* que a Bahia tinha 5 milhões de famintos. Joguei o jornal na mesa e falei: “O programa de hoje vai contra isso”. Tínhamos que fazer o contraponto. É um jogo de pressão dos diabos que os caras fazem e sempre fizeram. Uma coisa que a gente guarda é que em nenhum momento “comeu” essa.

A gente estava vacinado. Lembro de uma reunião em que falei: “Essa é uma eleição de cano curto, que dificilmente terá segundo turno, pois os outros candidatos não têm força”. E o que cantávamos no início aconteceu, mesmo com a grande maioria da população achando que haveria segundo turno.

Outra coisa que poucas pessoas perceberam foi o fato de ser uma eleição de urna eletrônica, espontânea. Você tem que digitar o nome. A eleição com papel é estimulada. E dava uma frente muito grande, nas pesquisas estimuladas, para Paulo Souto. Na espontânea dava 7 pontos de diferença. E poucas pessoas queriam acreditar nisso.

Até o que saía no *Correio da Bahia* dava uma diferença pequena na espontânea.

Além do fato de o eleitor deixar sempre para a última hora, existem vários fatores ligados ao medo.

Bahia e marketing político

O marketing político tem uma história desde Goebbels, na Alemanha. O rádio era o principal meio de comunicação e ele trabalhava bem isso. Trabalhava com o imaginário popular, o sofrimento da população com a perda da Primeira Guerra Mundial, e trazendo esperança na imagem personificada de Hitler. O marketing político na TV começou com Ronald Reagan nos EUA. Aqui na Bahia, o marketing político tem coisas como a alegria, brincadeira, piadinha, humor, jogo de cintura. São características do baiano, são coisas importantes no marketing. O que fazemos aqui nenhum outro Estado consegue e no mundo inteiro não se consegue. Vou pegar o PFL brincando, logo que vem democrata vem “demo”. O povo brasileiro é sagaz, gosta da brincadeira, alegria. A campanha de Wagner tem isso. No rádio também tem isso: “um abraço pra fulano de tal”, uma coisa do interior. Sai daquela coisa monótona, chata.

O marketing político utiliza os meios de comunicação de massa. Na TV as pessoas acham que a primeira coisa que passa ao público é conteúdo, mas não é. A primeira coisa é a expressão, a segunda, entonação e a terceira, conteúdo. Vou citar um exemplo. Pega uma campanha como nos EUA, com Bush e Al Gore. Ninguém sabia o que estava acontecendo, só via na televisão. O que é que Bush passa? Força, segurança. Bush passa isso, não pelo conteúdo, que ninguém entende. E Al Gore o que passava? Um abestalhado. Os EUA precisavam de quê? De alguém com força para aquele momento, mesmo que reacionário, escroto.

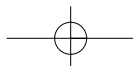
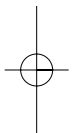
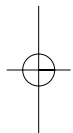
Aqui na Bahia, a gente sabe passar bem a expressão e a entonação. Claro que é importante. Não sou defensor daqueles que dizem “o mais importante que faço é a divulgação deles”. Eu não faço isso, passo a verdade, as coisas do jeito que elas são. Isso é fundamental e diferencial, e passar tudo com alegria. Você está invadindo a casa das pessoas para falar de chatice, reclamação. Ainda mais no momento de lazer, tem que demonstrar algo simpático.

O modelo de comunicação do carlismo

Eu já sabia e uma vez encontrei e conversei com Fábio Souto ao lado do pai, Paulo Souto. Falei: “Esse modelo está ultrapassado, está velho,

cheirando mofo”. Falei para ele num Open de Tênis, em Sauípe. Se vocês fizerem com a Propeg, vão correr o mesmo risco. Eles chamaram um cara de Itabuna, Paulo Alves. Pensei que ele vinha com algo mais avançado, mas fizeram o mesmo modelo: figurantes, operários arrumadinhos, o povo todo alegre, uma musiquinha ali. Tudo ultrapassado. Lembro que fiz um clipe de propaganda faltando sete dias para o horário eleitoral, e o clipe estava muito bonito, parecendo da Propeg. Falei: “Pegue essa coisa aqui e mande para eles lá, para a Propeg, para a campanha de Paulo. Não serve para cá, não”.

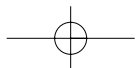
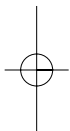
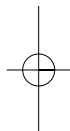
Pedi para o pessoal ir para o interior, onde tenho uma fazenda em Jacobina. A gente filmou a lavadeira, o velhinho com o machado, o cara trabalhando no engenho. A realidade que era fora do que os caras estavam vendendo. Eles tinham uma compreensão de que em time que ganha não se mexe e não perceberam que estavam com velhice.





entrevista

CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA



170 NOVOS VENTOS BAIANOS

O DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA se forma pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em 1967. Em concurso, habilita-se para ingresso no Ministério Público, sendo nomeado promotor de Justiça na Comarca de Ubatã. Em 1974, é promovido para a Comarca de Catu e, em seguida, para a Comarca da Capital, em 1978, ambas por merecimento.

Também, por merecimento, foi promovido a procurador de Justiça em 1985. Dois anos depois, passou a integrar o Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia. Em 1991 foi nomeado procurador-geral de Justiça, após a primeira eleição direta para o cargo, reelegendo-se em 1993. No ano seguinte, deixou a Procuradoria para assumir o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Integra o Conselho Superior da Magistratura nos anos de 1994 e 1995. Está na Primeira Câmara Cível, desde a assunção ao cargo.

Em 2001 foi eleito presidente do Tribunal de Justiça, contrariando, depois de muitos anos, a vontade de Antônio Carlos Magalhães. A partir desse episódio ficam mais evidentes as posições de autonomia do Poder Judiciário diante do carlismo, como no episódio em que Cintra levou até o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a relação dos 466 telefones grampeados a partir de pedido de quebra de sigilo feito pela Secretaria Estadual da Segurança Pública.

Outro sintoma da perda de influência de ACM aparece novamente na eleição à presidência do TJ: o irmão Eduardo Magalhães perde para um candidato apoiado por Cintra, Benito Figueiredo. Possesso, ACM partiu para a ofensa, como de costume, chamando o Judiciário baiano de “prostituído” e “desmoralizado”, tomando como base em escutas ilegais publicadas pelo jornal do qual é dono, o Correio da Bahia. ACM recebe em troca um processo de 24 dos 30 desembargadores, e o jornal teve que pagar uma indenização de R\$ 1 milhão a Carlos Alberto Dultra Cintra por escrever calúnias.

Na presidência do Tribunal Regional Eleitoral, Cintra é eleito e reeleito, com atuação destacada. Manteve a postura nacional de cassação aos candidatos eleitos infringindo as leis eleitorais; na Bahia, a maioria foi do extinto PFL. Nas eleições de 2006 chegou a afastar-se da presidência do TRE-BA por causa de recurso do PFL, que contestava a reeleição de Cintra. Volta na reta final do pleito e participa da diplomação histórica de Jaques Wagner.

A escolha para a presidência do TJ

COMEÇANDO NA JUSTIÇA, não é nenhuma novidade que havia uma certa influência dos poderes políticos. E minha eleição veio como consequência da mudança de pensamento do Tribunal. Os desembargadores sentiram que era o momento de dar o grito de independência. Eu era o desembargador mais antigo do TJ e achei que estava no momento. Fui eleito com expressiva maioria, e fizemos as modificações que o Poder Judiciário estava precisando. Principalmente no que diz respeito à sua autenticidade, independência e autonomia na Bahia. Houve também uma mudança de pensamento de todos os desembargadores, pois todos se engajaram nessa luta, mesmo os que não votaram em mim. E sentimos que isso surtiu o efeito desejado. E depois foi transportado para a justiça eleitoral, já com presidência do desembargador Manuel Moreira, que assumiu no TJ. Houve mudança nos juízes, o TJ soube escolher juízes de acordo com a força que Manuel Moreira estava precisando. E aconteceram modificações sensíveis na situação.

Quando houve a candidatura de Wagner, o sistema judiciário baiano já era outro, que dava sustentação a um pleito democrático, o direito de resposta a todos nas eleições. De forma que, quando a eleição de Wagner foi bem-sucedida. O papel do Judiciário foi de independência e autonomia para dar o direito a todos que quisessem se manifestar.

O caso Pedro Lino – “duto baiano”

Eu sei que o Tribunal de Contas tem um papel fiscalizador importante. Sei também que as mudanças no Poder Judiciário e no TC vêm beneficiar toda a população. Quanto à posição do conselheiro Pedro Lino, só sei o que saiu nos jornais, de forma que não posso me pronunciar sobre o assunto.

As denúncias contra o desembargador

Essas representações que os partidos políticos lançaram contra mim, no caso das denúncias, foram do PFL. Isso reflete o inconformismo de alguns políticos sobre a posição do Poder Judiciário e a posição que assumi na presidência no TJ e do TRE. São representações sem qualquer fundamento. Instaurou-se uma sindicância no Conselho Nacional, que está em andamento, mas não há nada de importante. Nessas representações fala-se que eu bebo, como se beber uísque fosse uma coisa proibida. Fala de contratos e convênios com o Banco do Brasil e o Bradesco para aquisição de serviços, convênios esses feitos pelo Poder Executivo, pela Assembléia e o próprio Tribunal de Contas. Mas isso também está sendo analisado. Outra representação é que eu tinha batido meu carro, que era do Tribunal. A justiça federal já declarou que não houve nenhuma ocorrência. São coisas que só geram perda de tempo e chateiam.

Eu respeito o posicionamento desses políticos que não evoluíram, mas é lamentável que se aproveitem de determinadas situações para formular representações infundadas. É uma pena que essas pessoas se encastem em seus mandatos parlamentares. Nós fizemos representações ao Supremo Tribunal Federal e ao Senado da Câmara, mas ambos arquivaram, presos à imunidade parlamentar.

As intervenções no Tribunal Regional Eleitoral

Não houve intervenção no TRE, houve é que o STJ, apreciando um recurso administrativo, entendeu aplicável o artigo 102 da Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que proíbe a reeleição de presidente, contrariando uma decisão tomada em 2004 por unanimidade, que dizia que o artigo 102 da Loman não se aplica às justiça eleitorais. Por força disso me candidatei. O Tribunal mudou de posição e pensamento, anulou minha reeleição para o TRE e até minha indicação para o TJ para a renovação do biênio. Nessa parte o STJ reformou, fazendo validar minha indicação para o segundo biênio. Houve participação política do PFL, que foi quem entrou com o recurso no STJ.

As mudanças nas regras eleitorais e a campanha

Essas regras sempre mudam de eleição para eleição, às vezes ficam mais rígidas, às vezes a fiscalização é mais eficiente. Nós fizemos um trabalho muito bom de fiscalização, especialmente para combater o abuso do poder econômico, tanto nas eleições municipais como estaduais. Estamos numa fiscalização muito séria. O Tribunal baixou resoluções que tornavam o processo mais rigoroso, principalmente na prestação de contas. Aliás, estamos analisando algumas prestações de contas, algumas foram aprovadas, outras não; enfim, as mudanças que ocorrem nas regras eleitorais de ano para ano tornam o processo de fiscalização mais rigoroso.

O acordo entre os advogados das duas candidaturas majoritárias

Os advogados perceberam que o Tribunal estava agindo com muita efetividade: quando tinha que dar o direito de resposta a eles, obtinham, quando não tinha, não obtinham. Então eles se ajustaram e viram que era improdutivo o excesso de pedidos. O direito de resposta é um limite muito tênue, às vezes é uma crítica ácida, mordaz, mas nem sempre é acompanhada de uma ofensa moral que leve a um direito de resposta. Os advogados perceberam que era mais democrático levar à discussão – no rádio e na TV – temas que interessassem a todos. E fizeram esse acordo, que eles mesmos levaram à corte.

O processo transcorreu com a maior limpidez possível. Os candidatos a governador, Wagner e Paulo Souto, contribuíram, pois são pessoas sérias, comprometidas com a democracia. Por isso mesmo trabalharam no sentido de levar programas e metas mais avançadas para o eleitor.

A relação entre o aumento na cassação de prefeitos pela Justiça Eleitoral e a independência do Poder Judiciário baiano

Há uma relação, pois a postura do Tribunal é diferente, olha com maior rigor, principalmente a influência econômica nos pleitos. Outro dia estava dizendo que o rigor nas eleições municipais é maior que nas esta-

duais, porque há uma fiscalização entre os partidos e candidatos nos municípios, o que não ocorre nas eleições estaduais, onde a fiscalização afrouxa muito pela falta de interesse dos partidos e candidatos.

Agora mesmo, no acompanhamento das eleições estaduais, chegou-se ao conhecimento de que alguns políticos exageram nos gastos, e isso nem sempre é refletido nas prestações de contas.

Mas tenho para mim que na nova legislação teremos pleitos que reflitam mais a vontade popular, onde a interferência do dinheiro seja a menor possível. Isso temos combatido de maneira plena e estamos julgando com rigor os processos de cassação ou punição de prefeitos e vereadores. É um processo normal que ocorre no Brasil e que antes não ocorria na Bahia.

A reforma política e a participação da sociedade

Acho que a reforma só pode vir com um prazo, pois assim os deputados não ficam tão presos a situações que os beneficiem. Mas a pressão da sociedade e da imprensa é importante.

Agora mesmo, na polêmica sobre a troca de partido, foi uma manifestação da sociedade. Pessoalmente acho que só se pode cassar nos casos previstos na Constituição. Mas isso faz com que os parlamentares se sensibilizem, o que é salutar para a democracia.

Desafios para o governo Wagner

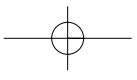
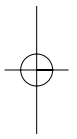
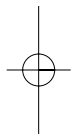
Acho que o desafio para qualquer governo é o problema social. Nós precisamos evoluir para as populações mais carentes. A situação de pobreza, a desigualdade, o saneamento básico. Mas tem um assunto que está se desenvolvendo com rapidez, que é o problema da violência. Do jeito que ela está em São Paulo e Rio de Janeiro, se não tomarmos cuidado aqui, teremos um clima propício para o aumento da violência.

Ainda hoje [15/5/2007] li nos jornais uma conversa entre o presidente do TJ, o da Assembléia e o governador. Uma tática salutar de os poderes conversarem, pois podem chegar a resolver problemas que talvez fossem insolúveis em outras épocas. Acho que a conversa e o diálogo entre as instituições é bom. O próprio Ministério Público se integrou nessas conversas é muito bom.

Falando com o governador Wagner e com o desembargador Benito sobre crimes muito graves que chocam a sociedade, vimos que deve haver uma resposta imediata do Poder Judiciário. Esse é um dos pontos sobre o qual os três poderes podem dialogar e discutir.

As peculiaridades dessa eleição

Essas eleições se aproximaram muito das eleições de quando Manuel Moreira era presidente do TRE. Vejam que elas tiveram o resultado mais rápido. Nossos funcionários são de alta qualidade e sensíveis às modificações postas em prática pelo TSE. Estamos caminhando para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Tenho expectativa e creio que nas próximas eleições municipais e depois, nas estaduais, teremos mais avanços. E vamos caminhando para ter um pleito o mais representativo possível da vontade popular, que é o desejo da imprensa, dos partidos, da Justiça e da sociedade de modo geral.



entrevista

PÉRICLES SANTOS DE SOUZA
(Presidente do PC do B Bahia)

178 NOVOS VENTOS BAIANOS

PÉRICLES É UM COMUNISTA tão tradicional como o partido que dirige na Bahia, o PC do B. Dá os primeiros passos revolucionários na Juventude Estudantil Católica (JEC), na década de 1950, ao participar do movimento secundarista de Salvador. Participa da Associação Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Na década de 1960 participa da fundação da AP– Ação Popular. Período que trabalha no Movimento de Educação de Base (MEB), um convênio entre o Ministério da Educação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A atuação no MEB era direcionada para a formação social e política de adultos. No mesmo período, ingressa no setor de fiscalização rural, onde facilita a organização dos trabalhadores, que posteriormente formam as Ligas Camponesas. Tanto a sede do MEB quanto a da Associação dos Trabalhadores Rurais em Salvador são depredadas no golpe de 64.

Em 1967, conclui o curso de história na Universidade Católica de Salvador e, um ano depois, segue para o Norte do país, por decisão da direção nacional da AP. Atua nas fronteiras de Goiás, Pará e Maranhão, na preparação intermediária entre a luta de massas e a luta armada. Em 1971 segue para São Paulo e, no ano seguinte, ingressa no PC do B. Em 1976 escapa por acaso da chacina dos dirigentes do PC do B na Lapa, em São Paulo; no mesmo ano, fica sem contato com a direção do partido. Vive na clandestinidade até 1980, quando retorna a Salvador.

Mesmo com a volta dos partidos à institucionalidade, o PC do B decide permanecer na clandestinidade e construir uma estrutura voltada para a formação de quadros utilizando a legenda do PMDB. Nas universidades e nos sindicatos, o partido se solidifica como um dos mais importantes do Estado, a partir da década 1980. Sob a liderança de Haroldo Lima, surgem nomes como Javier Alfaya, Alice Portugal, Álvaro Gomes, Olívia Santana, Daniel Almeida, Luis Caetano e Lídice da Mata. Os dois últimos saem do partido já legalizado, pós-1986. A atuação no movimento estudantil do partido não tem a mesma força da que lidera o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, na Bahia. No entanto, segue como fundamental para a renovação do partido.

No sindicalismo, o PC do B constrói uma hegemonia que lhe vale a direção da CUT-BA até 2006, quando perde a maioria para o PT, e em 2007 cria outra central sindical. Tal postura intensifica os rumores – iniciados na disputa entre Chinaglia e Aldo Rabelo pela presidência da Câmara dos Deputados – de fragmentação da aliança duradoura do PC do B com o PT em nível nacional. Outro motivo para a dissolução da união PT-PC do B é a formação do bloco PC do B, PSB e PDT, que busca verticalizar as disputas municipais em 2008 e lançar candidatura a presidente em 2010.

Na Bahia, o PC do B é visto como fundamental para decidir se o novo governo irá formalizar uma liderança política de esquerda nas políticas de Estado. Além da aliança histórica com o PT local, o PC do B possui grande força social e eleitoral na Bahia. Nos primeiros meses de 2007, a base do PC do B dá sinal de autonomia em relação ao governo, e o sindicato dos professores do estado – liderado pelo partido – realiza greve de tempo recorde.

Na gestão Wagner, o partido assume a Secretaria de Trabalho, Emprego e Esportes. Os comunistas têm a missão de reduzir as taxas de desemprego e tornar Salvador uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 após o desastre da Fonte Nova.

A desistência do PC do B da candidatura ao Senado

O PC DO B VEM PROMOVEDO uma certa mudança na sua tática eleitoral. Na verdade, essa mudança é fruto das circunstâncias, da evolução dos acontecimentos. Porque, mesmo depois da democratização, não disputávamos eleições majoritárias. Por definição, tínhamos essa composição de não disputar eleições majoritárias. Só disputávamos as proporcionais, dentro de uma idéia de que os mandatos parlamentares ajudavam o movimento social, a difusão das idéias do partido. Mas não tratávamos de assumir as células de governo, de poder. Essa foi um pouco a tradição do PC do B até um certo tempo, diferentemente do PT, que participava do processo eleitoral mesmo marcando posição. Construindo lideranças para o futuro. Se preparando.

Há uma diferenciação da tática do PT para a tática do PC do B, do período do final da ditadura para cá, que é mais ou menos assim: no colégio eleitoral, o PT marcou posição se abstendo, não votando. Se o PC do B e outros partidos seguissem essa orientação, o Maluf teria sido eleito por colégio eleitoral. O regime militar teria sido alongado, portanto... Esse tipo de tática favorece o PT no seu crescimento próprio, independente, mas em certos momentos contraria o avanço possível. O PC do B não. Nós votamos em Tancredo tapando o nariz com lenço, era colégio eleitoral, eleição indireta, aquela coisa toda. Mas garantimos um certo avanço: não Maluf! De um período para cá mudamos isso. A política no mundo todo vai informando que as transformações são possíveis, principalmente através dos processos eleitorais.

Os processos revolucionários, de luta armada, de guerrilha estão superados nessa fase que estamos vivendo. Não está na ordem do dia, superado historicamente, não sei. O método da guerrilha na selva, guerrilha do Araguaia, guerrilha de Caparaó, guerrilha do Vale do Ribeira, isso acho que está superado historicamente como forma de luta. Mas a violência em última instância, como decisiva, não está superada historicamente. A violência que eu digo é assim: uma correlação de forças onde alguém – um setor, um grupo, um conjunto – se impõe ao outro por estar mais armado, mais preparado. Mas hoje aqui no Brasil trata-

se de participar do processo eleitoral. E da nossa parte vamos tentando acumular no movimento social, radicalizando, ampliando, e mais à frente, quem sabe, conseguindo dar uma virada mesmo através do processo eleitoral.

Quanto às candidaturas ao Senado, aqui na Bahia, tivemos uma oposição, relativamente ao PC do B, até avançada, na prática de uma tática eleitoral diferenciada. Tivemos em 1990 a candidatura de Lídice a governadora pelo PC do B. Foi o primeiro caso de participação em eleição majoritária do partido, que eu saiba, depois do final da ditadura. Antes tínhamos tido o Luiz Caetano em Camaçari, mas ele foi eleito pelo PMDB, filiado ao PMDB, no meio de um mandato que já era do PC do B. O PC do B filiou-se todo ao PMDB até 1985. De 1979 a 1985 fomos todos do PMDB. Eu fui da executiva estadual do PMDB aqui da Bahia, na década de 80. O Caetano foi candidato. Era filiado ao PC do B. O Caetano foi pra Camaçari junto com a Luísa Maia e a Auxiliadora, de quem não lembro o sobrenome agora, primeira esposa dele. Eles foram mandados pelo PC do B para organizar a luta lá. Carlos Silveira também [*atualmente no PT*], mas antes. O Caetano foi bem depois.

Então era assim: uma cidade operária. Mas nem tanto, porque naquela época a maioria dos funcionários do pólo petroquímico morava em Salvador. Vinte por cento moravam em Camaçari. De qualquer maneira, era uma cidade operária, próxima do pólo. Foram pra lá pra organizar o partido e organizar a luta. E em 1982 foram eleitos, o Caetano e a Luísa, vereadores pelo PMDB, embora sendo militantes do PC do B. Ele foi eleito prefeito em 1985, num mandato que foi de 1985 a 1988. No fim do mandato ele desfiliou-se do PMDB e filiou-se ao PC do B, porque então o PC do B já estava legalizado. E perdemos a eleição com a candidatura de Luísa Maia pelo PC do B, sem aliança com ninguém. Então esse é o primeiro evento do PC do B em eleição majoritária, em Camaçari, em 1985.

Depois vem Lídice em 1990, com a chamada “chapa das meninas”, que concorreu com a chapa do PT! O Gabrielli foi candidato. Gabrielli e Lídice. A “chapa das meninas” era Lídice, Salet e Bete. Aí o PC do B teve candidatura majoritária, mas era uma coisa estranha à nossa tradição, que era de deputado, vereador. Depois veio a candidatura de Daniel com Zezéu ao Senado. Daniel teve uma grande votação ao Senado. Depois veio Haroldo com Wagner e Waldir, em 2002. E aí passamos a encarar, enquanto partido, a participação em eleições majoritárias.

Nessa última achávamos que tínhamos condições de eleger um senador. Mas trabalhando ainda numa disputa da esquerda contra o carlismo. A eleição da qual Zezéu participou com Daniel foi uma polarização: carlismo e esquerda. O centro praticamente sumiu. Teve candidato com votação ridícula. Então no começo trabalhávamos com este cenário: o centro desaparecido e a esquerda e direita polarizando as grandes votações. Assim, era natural que o PC do B tivesse candidatura ao Senado, repetindo a aliança com o PT, igual à eleição anterior. E que no confronto, quem sabe, pudéssemos ganhar.

O nome que tínhamos melhor pra isso era o de Olívia Santana [*o apelido carinhoso dela é A Negona da Cidade*], pela novidade que representava, por ter sido vereadora bem votada em Salvador, contraposição a Imbassahy e Rodolfo Tourinho. Dava vantagem na mídia, na imagem, no simbolismo. E chegamos a nos entusiasmar, formamos uma convenção com o nome de Olívia. Mas o PC do B sempre trabalhou nessa idéia da ampliação, essa história de juntar o que for possível para avançar, sempre foi da nossa prática. Então, com a história de ampliar com o PDT, ampliar com o PMDB, evidentemente retiraríamos a candidatura de Olívia ou de outro companheiro que estivesse nessa situação.

Nas primeiras reuniões com Wagner, ele dizia respeitar pleitos, achar legítimo o pleito do PC do B na candidatura própria, mas a discussão era de ampliar. Isso foi posto desde o começo. Nós dizíamos: ampliar primeiro com a área do João Henrique e segundo com a área do PMDB. Era nessa ordem que achávamos que eleitoralmente as coisas podiam acontecer. E foi isso: ampliou e nós retiramos a candidatura de Olívia.

O PMDB atual e o antigo

Quando eu era da executiva do PMDB, o Geddel era do grupo de Antônio Carlos. O Afrísio deve ter sido, a família Vieira Lima... Eu fiz política estudantil secundarista em Salvador, na esquerda. Ação Popular, Partidão, PCB etc. isso era a esquerda do movimento estudantil. Um dos líderes da direita do movimento estudantil, já na década de 60, era Jaime Vieira Lima, que é tio de Geddel e deve ser sobrinho de Afrísio. O grande chefe político da família é Afrísio, que depois foi secretário de Finanças Públicas do governo Waldir. E foi da Codeba e superintendente do Incra, no governo de Fernando Henrique.

Então esse pessoal da família de Geddel não têm um vínculo tradicional com o PMDB. Vínculo tradicional com o PMDB têm Edmundo Pereira, Francisco Pinto, Marcelo Cordeiro, Genebaldo Correia – que hoje voltou à política –, Colbert Martins, o pai de Colbert [*migrou do PPS para o PMDB após o posse do governo Wagner*]... Esse pessoal que era o PMDB da época. A executiva do PMDB, de que eu participava, o presidente era Marcelo Cordeiro e o secretário-geral Genebaldo Correia. Os outros membros da executiva eram Luis Nova, que também era do PC do B, o Haroldo – parece que era vice-presidente – Chico Pinto, Elkson Soares, que depois andou por vários partidos, mas foi dessa época do PMDB.

Esse PMDB construído por Geddel tem feição diferente, enquanto direção, enquanto cúpula, embora tenha muita gente, sobretudo do interior, que tem essa raiz. No interior da Bahia você encontra áreas do PMDB quase à esquerda, digamos assim: combativo, ético. Vê-se isso ainda na base do PMDB aqui. Tem uma certa representatividade.

Resistência ao PMDB

Resistências pequenas, não significativas. Pessoalmente posso dizer que não tinha a expectativa de que o PMDB crescesse tanto. Na última eleição parlamentar elegeu menos parlamentares que o PC do B. Elegeu um federal e dois estaduais ou coisa assim. Claro que tinham mais prefeituras pela tradição, mas parlamentares, eles tiveram um desempenho pífio. Daí, principalmente, não era um problema de avaliação quanto à postura política.

A aliança com relação a João Henrique era a questão eleitoral. Fechar Salvador. João Henrique vinha de votação muito grande. Aí era mais um raciocínio eleitoral do que de avaliação quanto ao campo político. Achávamos que a vinda de João Henrique dava mais força, naquela circunstância, à candidatura do Wagner. Mas não tivemos grandes resistências, não. O Geddel foi na nossa convenção. Fez um discurso à esquerda para a platéia, que gostou. Ele já vinha dessa aliança com Lídice na eleição municipal anterior e, como ele próprio diz, deu uma boa limpada na imagem. Então, não houve grande resistência, prevaleceu a necessidade de ampliar para derrotar o carlismo. Isso prevaleceu largamente em nosso partido. Tivemos um pouco mais de dificuldade

de mexer na candidatura de Olívia do que de fazer uma aliança política com o PMDB. Mas foi uma resistência principalmente do pessoal da luta anti-racista e o pessoal mais jovem do partido, que insistiam na candidatura ao Senado

O PDT

O PDT na Bahia é muito heterogêneo. João Henrique é um fenômeno eleitoral. A nossa insistência com a vinda do PDT, no caso de João Henrique, partia de um raciocínio bastante pragmático – eleitoral. Salvador teve papel decisivo na campanha, e a participação de João Henrique não correspondeu ao que esperávamos. Teve momentos de oscilação. Mas acho que foi muito importante ele ter apoiado.

Acho que o PDT é um partido de contribuição, tem uma história interessante. Mesmo aqui na Bahia tem uma história. Mas depois ficou um partido dividido entre Severiano Alves e a família Carneiro, e acho que torrou um pouco a tradição do PDT de nacionalismo, combatividade, posição de esquerda. A posição de Brizola, no geral, foi isso. Acho que o PDT na Bahia ficou meio assim.

A amplitude das alianças: campanha e programa

A amplitude da aliança tem relação com o tipo de adversário que você enfrenta. Quanto mais forte, mais se justificam as alianças amplas. Mas não tivemos grande dificuldade de participação na campanha. É verdade até que a campanha dos deputados – estou falando do PC do B – pudesse ter sido mais colada. Mas também havia alguma incerteza quanto ao êxito e também a necessidade de buscar votações próprias. Acho que nossos deputados podiam ter tido uma presença maior no palanque de Wagner, mas não tivemos maiores dificuldades. Uma certa disputa dos espaços proporcionais. O fato de ter mais de uma coligação proporcional comandada pela candidatura majoritária de Wagner termina provocando certa disputa, certa crise, principalmente entre as duas grandes coligações: a do PT e a do PMDB.

Mas não tivemos grandes dificuldades. A campanha foi rápida. Ela não aprofundou muito o programa nem do nosso lado nem no de lá,

mas especialmente do nosso lado. Em matéria de discussão de programa para a Bahia, a campanha foi muito fraca, eu acho. Não estou dizendo que de outra forma seria melhor ou se conseguiria êxito eleitoral. Programa nunca definiu fundamentalmente eleição majoritária na Bahia. Não é isso. Mas nós não trabalhamos. Em geral trabalhamos pouco o programa de governo. Acho que uma das causas é a amplitude da frente, tem muita heterogeneidade, a campanha curta, a dificuldade de recursos e a incerteza quanto à vitória. Fazer um programa com muitas dúvidas sobre se ganha ou não ganha, um pouco para constar... Aí isso desaparece da campanha. Mas terminou que conseguimos entusiasmar o eleitorado.

Os fatores da vitória eleitoral

Vou dizer com um certo risco de errar na ordem: acho que a composição de uma frente ampla foi um elemento decisivo. A vinda do PMDB, além da certa força partidária que ele tem no interior, certa tradição, trouxe o tempo de rádio, televisão. Nas campanhas atuais isso é fundamental. Neutralizou nas cidades mais atrasadas a reação ao PT, ao PC do B, à esquerda de uma maneira geral. Trouxe elementos do centro. Então acho que esse foi um fator importante.

O outro fator foi Lula, a onda Lula, que durante a crise política, das denúncias etc. parecia que não iria existir, e ela foi fortíssima. No caso da Bahia, foi fator decisivo. Tenho a impressão de que Lula e a campanha dele perceberam isso também, que uma participação especial na campanha da Bahia poderia resultar numa vitória importante. Então acho que tiveram uma atenção especial no período da campanha aqui as vindas de Lula, os apoios, enfim, isso foi também importante.

O candidato a governador, Wagner, a passagem de aglutinação, um discurso equilibrado, tudo isso deu um equilíbrio à frente. A vinda de João Durval, do PDT, a candidatura de João Durval. Isso também. Só no final a gente, pelo menos eu, foi se dar conta de que isso foi importantíssimo. Abriu muitas portas no interior. O fato de ele ter sido governador, ter uma relação tradicional em áreas politicamente atrasadas do interior, a composição da chapa, o PMDB com o vice, a candidatura de João Durval, que no começo parecia uma coisa difícil, pesada. A própria disposição pessoal do candidato a gente achou que ia ser uma coisa trabalhosa, mas, ao contrário, João Durval realmente deu um fôlego

impressionante à campanha. Então destaco esses fatores como os principais. E tem os outros: as chapas proporcionais, as idéias, o programa, a condução da mídia, da televisão.

Essa questão da mídia, eu sempre fico assim. Quando me pergunto se o programa foi bom, respondo mais quanto ao conteúdo dele, mas não sei responder quanto à capacidade que ele tem de influenciar os milhões de eleitores. Isso é um segredo que o Sidônio domina de forma perfeita. Ou seja, quando você faz campanha majoritária de eleição, você tem que se dirigir aos milhões de eleitores, principalmente à população relativamente mais atrasada politicamente, menos consciente, e você tem que receber e administrar uma pressão enorme dos setores médios, avançados, intelectuais etc. Então aquela história da panelinha, eu não tinha a menor expectativa de que aquilo virasse um sucesso, e virou um sucesso no povão. Então acho que a agência de publicidade, de mídia, foi muito importante nesse programa de proporcionais. Teve uma novidade nessa eleição estadual, que foi um programa de proporcionais feito no mesmo nível da majoritária. Isso foi uma decisão de Wagner que os companheiros da publicidade aceitaram. Porque nas campanhas sempre foi assim: a agência cuida da campanha do governador e a campanha dos deputados se faz a facção: improvisa-se um estúdio, pega-se um curioso pra isso e tal e tal. Dessa vez se conseguiu fazer uma campanha de proporcionais de qualidade, com programas redondos, sem ser a “Lei Falcão”, como se diz: aquele retratinho com o cara fazendo um discurso decorado. Foram feitos programas temáticos, casou bem com o programa da majoritária. Esse foi um fator também importante na vitória.

Pode-se atribuir a vitória mais ao êxito da esquerda e do centro do que ao fracasso do carlismo?

As duas coisas. O Wagner fala muito do cansaço, do desgaste do carlismo, mas eu não poria isso em primeiro lugar. Se você vê as pesquisas quanto ao desempenho de Paulo Souto, elas são todas boas. Não tem pesquisa que diga que o governo de Paulo Souto foi ruim ou predominantemente ruim, nem de Imbassahy. Quer dizer, não havia um desastre, havia um certo cansaço. Wagner fala um pouco disso, um cansaço quanto aos métodos, o autoritarismo etc. mas a população não

estava completamente esgotada do modelo carlista. Acho que foi mais a unidade que conseguimos construir, o nosso discurso e a relação com o governo Lula. Que aí não é só, como me referi antes, o Lula dando um tratamento especial à campanha e a onda Lula que pudemos casar com a disputa eleitoral na Bahia, mas também o fato de a vitória desenhada de Lula expressar para o eleitorado a possibilidade de uma relação privilegiada, de uma cobertura federal para os projetos de Wagner na Bahia. O eleitorado baiano foi muito massificado com essa idéia de que é preciso ter prestígio com o governo federal para ter governos eficientes no plano estadual. Eles diziam isso. Isso era modelo deles e nós terminamos usando na nossa campanha, de uma maneira ou de outra. Vantagens para o povo e para o eleitorado ter um governo federal afinado com o estadual. Então foi isso, mas evidente que há um certo desgaste do carlismo, uma disputa interna que transbordou. Depois da eleição você vê muita gente saindo. Eles perderam uns cinco deputados, mudando de lado.

As pesquisas

Eu posso especular sobre isso. Acho que há muito tempo as pesquisas passaram a ser instrumentos poderosos de campanha. Não acredito em pesquisa que não tenha nada a ver com a polarização. Inclusive porque a polarização termina afetando os institutos também e os recursos que se aplicam nisso. A pesquisa também pode ser sutilmente manipulada. Pela pergunta você manipula a pesquisa, pela amostragem você manipula. Você pode fazer uma pesquisa com questionários preenchidos, tudo direitinho, bonitinho e ela estar viciada. Ultimamente as pesquisas, sobretudo do Ibope, ajustam no final: quando chega às últimas semanas ela vai ajustando, ajustando e na boca-de-urna dá certinho. Não acredito na mudança de opinião do eleitorado da noite pro dia, inclusive porque não teve um fato impactante. Não teve o debate da Globo na Bahia, isso é que virou a eleição, não teve nenhum fato. Os comícios de Lula na Bahia jogaram um papel, isso aqui virou. Tendo mais a achar que o problema esteve no trabalho mesmo de transformar as pesquisas em instrumento de campanha eleitoral. Tentar passar para o eleitorado uma idéia de assunto resolvido. Eu também não tive acesso, fizemos pesquisas próprias,

pesquisas internas da campanha, que davam resultados diferentes, mas também não davam vitória. Acho que é assunto para estudo o que houve nesta eleição com as pesquisas.

O impacto da cláusula de barreira

Não houve. Impactou no seguinte sentido: na necessidade de buscar mais voto para ver se rompia, se ultrapassava a cláusula de barreira. Diferentemente do PSB, nós nunca colocamos a superação da cláusula de barreira como objetivo eleitoral nosso. Porque achávamos que não iríamos alcançar. O PSB colocou como objetivo, de tal maneira que, em convenção nacional, deliberava destituir os diretórios que não atingissem os 2% por Estado, um índice mínimo. Acho que era 2% em nove Estados, ou 5% da votação para deputado federal. Eles perseguiram isso, filiaram certas personalidades não completamente afinadas com a orientação partidária para ajudar nisso. Não estou criticando, adotaram como forma de ajudar a causa. Nós não fizemos isso, entre outras coisas porque não tínhamos a expectativa de atingir esses números. O que teve foi um maior número de candidatos a federal, mais para marcar posição, sem chances eleitorais, para aproximar, para na outra, quem sabe, virar. Além disso, houve uma certa interferência decisiva na tática eleitoral do PC do B na última eleição, mas não decisiva. A expectativa nossa era na reforma política, enfrentar o problema. Tínhamos uma ação no Tribunal Superior Eleitoral, depois já no Supremo, uma ação de inconstitucionalidade. Terminamos saindo vitoriosos quanto a isso: dois meses atrás, derrubamos a cláusula na Justiça. Está voltando, uma emenda constitucional está propondo de novo. O PC do B, diferentemente de partidos que têm projeto eleitoral com exclusividade, não considerava estar em jogo a existência do partidos, com cláusula ou sem cláusula. Com deputado ou sem deputado, o partido vai continuando sua trajetória. Então pode ser que na reforma política isso se resolva, pode ser que não. Aí vamos ter que ver se faz coligação, faz federação de partidos. Fusão de partidos não passa pela cogitação, que é uma hipótese que alguns partidos adotaram e depois difundiram porque a cláusula caiu. Então o impacto da ameaça de cláusula de barreira foi muito pequeno. Quer dizer, nós usamos isso como um argumento para entusiasmar o partido em busca do voto, mas não com a expectativa de resolver isso na eleição.

Dentro de um governo com produção tão ampla, como vão ficar a esquerda e os comunistas, para conviver e para implementar algumas de suas práticas?

Isso não está resolvido, ou seja, conquistado. No processo eleitoral não ficou resolvido como é que as forças heterogêneas que compuseram essa ampla frente vão interferir na política do governo. Ainda mais com essa precariedade de detalhamento de programa mais substancial. No presidencialismo aplicado no plano estadual, o comando é do presidente do seu núcleo. Eu vejo que tem mesmo um acordo de ocupação de espaços no governo. Cada força no seu espaço, na sua secretaria, na sua empresa, no seu departamento. Vai tentando imprimir sua marca. Os da esquerda puxando mais para um avanço nos setores estruturais da sociedade, medidas mais substantivas. Mas não há, ainda, um núcleo que expresse na continuação do governo essa composição de forças que existe. Já discutimos isso com Wagner no período anterior à eleição e mesmo depois. Não temos uma receita. O que não é possível é os partidos que não participam do núcleo central do governo não terem onde opinar sobre os rumos do próprio governo. Quer dizer, tudo bem que nós tocamos tal secretaria, o PSB toca outra, para fazer coisas boas, mas esse partido tem projetos, idéias, propostas de programa. Quer interferir no conjunto. O que se tenta fazer é o tal do conselho político, de experiências boas e ruins. Nas campanhas eleitorais os conselhos políticos geralmente não jogam muito. É muita gente na disputa. A disputa, mesmo interna, sobretudo de voto proporcional, termina impedindo aquilo, que passa a ser uma coisa mais ou menos formal. Alguns chamam de muro das lamentações. É o momento de o pessoal desabafar, esculhambar, dizer o que acha errado, pedir recursos para a campanha e pronto. Cumpriu-se esse papel. Então esses conselhos estão meio desvalorizados. Agora, quem decide as grandes políticas no governo? Que coletivo é esse? Como é que o PC do B, o PT e outro enquanto partido opinam sobre isso? Existe um comando, um núcleo do governo que fica em torno do governador, que são seus auxiliares diretos. Em geral não estão ali representando partido, não foram indicados por partidos, foram escolhas pessoais do governador ou do presidente. Não estou dizendo especificamente esse governo, mas essa é a regra. Então acho que é um problema não resolvido.

Localização do núcleo do governo Wagner

Não sei. O núcleo de governo é o Wagner e os secretários da casa. E talvez deva ser assim mesmo. Mas precisa ter mecanismos para oxigenar o conjunto, para os partidos não fazerem projetos específicos de secretaria e agirem compartimentadamente. Isso não é só um problema administrativo, é um problema político, de orientação política. Administrativamente se tenta fazer: centraliza a secretaria e coordena. Tem instrumentos modernos de planejamento para isso, planejamento estratégico, vai unificando. Mas e as grandes políticas?

Superação da insuficiência programática

Nós ganhamos a eleição ou fomos surpreendidos pela vitória? A maioria foi surpreendida pela vitória, não estava com as coisas preparadas. Evidente que as grandes idéias os partidos tinham. Acho que a gente tem que ter uma certa luta contra o tempo aí, rapidamente. Os partidos, os especialistas dos partidos, têm que ir traçando metas e objetivos de ação. E nesse primeiro período é natural tomar conta da máquina, como se costuma dizer. Todo mundo meio inseguro, inexperiente, sem conhecimento anterior, sem experiência anterior de administrar um Estado complexo. Então até que se justifica. Mas é preciso ir traçando políticas. Acho que vamos tentar conselho político mesmo. Representantes dos partidos, representantes fixos, não rotatividade.

O PC do B e a Secretaria do Trabalho, Emprego e Esportes

A nossa predisposição foi de participar do governo em setores importantes. Consideramos que a nossa participação está aquém da tradição, da força do partido na sociedade. Temos uma presença grande na área de educação, saúde e na área rural. Sobretudo nesta terceira ficamos com uma participação muito pequena. O Wagner diz que é uma terceira área estratégica do governo, é uma secretaria pequena, com poucos recursos. Claro que ela vai se beneficiar de projetos federais importantes que transitam por aí. Tem uma relação com a de Esporte, que deve continuar com o PC do B. Tivemos um desempenho nacional impor-

tante. Pode ser que também essa afinidade do ministério com a secretaria termine ajudando.

O nosso secretário está tendo participação nessa relação dos trabalhadores do Estado com o governo. É uma coisa complicada, delicada pelo tamanho do funcionalismo, o número de servidores, a defasagem salarial que ainda existe. E por certa radicalização das unidades cooperativas com relação a isso. Então o nosso secretário estará envolvido nessa mediação. Não só ele, mas uma ou várias mesas que o governo tem montado. E nessa área do artesanato e da economia solidária, como chamam, que eu não domino bem, mas que dizem ser um forte também da secretaria e do esforço do governo Lula: cooperativismo, produção artesanal, Instituto Mauá, esses programas da secretaria. A valorização disso, a expansão disso no Estado. Mais detalhes, só com eles.

Demais aspectos da campanha

Acho que nas questões que eu queria destacar, já me pronunciei. Continuamos sem resolver esse problema dos recursos de campanha. Espero que a reforma política resolva. Quer dizer, é uma campanha meio de faz-de-conta quanto a isso. Uma postura pretensamente rígida do tribunal e da justiça eleitoral, mas que não resolve as questões do financiamento de campanha. Que continua sendo feito por setores que terminam buscando o retorno depois da eleição: o ganho. A luta pela reforma política, é a luta pela mudança desse sistema de financiamento de campanha, pela melhoria da questão da fidelidade partidária. Não no sentido que estão querendo colocar, como uma mordça, uma coisa autoritária para impedir a mudança de partido, mas no sentido de os partidos comandarem a campanha. No sentido até das listas partidárias, listas fechadas, como está se propondo na reforma política. Ou seja, de as campanhas serem bem caracterizadas, como os candidatos daquele partido são os que defendem aquele programa, aquelas idéias, e o eleitorado vota nos partidos mais do que nos candidatos. Evidente que isso não se resolve da noite para o dia, mas você vê isso de o candidato ser eleito por um partido e passar o mandato pulando de partido em partido. Acho que ainda vivemos isso aqui na Bahia. Vivemos também áreas muito atrasadas, fechadas. Acho que a eleição municipal vai ajudar nisso. Ninguém pense que o PFL está morto. Eles ainda têm mais de trezentas prefeituras. A disputa do ano que vem estará marcada pelo

esforço deles de segurar esse pedaço, para se preparar para a volta. Acho que temos que nos prepararmos também para tomar esse monte de prefeituras que eles ainda têm. E ver se conseguimos a reforma política para democratizar mais o processo eleitoral.

O atrito entre PT e PC do B na Câmara Federal e repercussão local

Acho que não tem uma interferência decisiva. O PC do B teve uma resolução recente do comitê central, que seria uma conciliatória nacional. Está publicada no portal do partido. Essa resolução fala numa tática mais afirmativa e ousada do PC do B e, por conseqüência, uma preocupação maior com as eleições majoritárias. Essa tática mais ousada e afirmativa e esse bem maior em eleições majoritárias estão relacionados com uma melhoria geral do quadro político, ou seja, tanto a situação nacional quanto a internacional. Especialmente a situação da América Latina. Essas vitórias que os governos populares têm tido na América do Sul. O resultado eleitoral daqui, a vitória de Lula, a consolidação desse projeto criam condições mais favoráveis para o PC do B avançar, crescer. É com isso vamos, aumentando as dificuldades no relacionamento não só com o PT como com outros. Porque quando entra a disputa majoritária, aí não tem outro jeito. Agora mesmo haverá eleição aqui e estamos pensando em ter candidato pra prefeito de Salvador. Provavelmente o PT também. É natural. Um partido que não disputa majoritária não se qualifica para ir acumulando forças e ocupar posições cada vez mais avançadas. Estamos conscientes disso, de que precisamos qualificar mais a nossa participação eleitoral disputando eleições majoritárias. O episódio da Câmara, a disputa eleitoral na Câmara, está um pouco no desdobramento disso. Ou seja, quando mantivemos a candidatura do Aldo, estávamos vendo isso: é o PC do B num nível de disputa, de participação superior. É claro que a própria eleição de Aldo para presidente resultou de circunstâncias muito específicas, que nós conhecemos. Teve uma área de certo atrito, se podemos dizer assim, ou descontentamento, que foi o não-cumprimento, por parte de Lula, de um acordo tácito da reeleição dele, de Aldo e do Renan. Na relação não com o PT, mas com Lula, isso estava mais ou menos estabelecido. O PT, por razões próprias, acho até compreensíveis, decidiu romper esse acordo tácito e lançar a candidatura do Chinaglia. Ao fazer isso, arranhou,

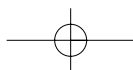
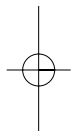
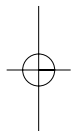
digamos assim, a relação com o PC do B. A candidatura do Chinaglia não foi discutida com o PC do B. O PC do B não foi consultado. A candidatura de Aldo estava posta com o incentivo de Lula, com a divulgação na imprensa. Como é natural a reeleição do presidente do Senado, da República, do governador... A exceção é não participar da reeleição. O cara é prefeito pela primeira vez, normalmente ele é candidato à reeleição. Excepcionalmente não é candidato à reeleição. Então a candidatura de Chinaglia foi decidida pelo PT e nós, do PC do B, não fomos consultados. A executiva do PT reuniu-se conosco a semana passada, e aí expôs as razões da candidatura Chinaglia como uma questão importante para o partido. Para a formação do PT, para o futuro do PT, para afirmação do PT na Câmara. Mas *a posteriori*, depois da eleição, houve um certo atrito. Foi oferecido a Aldo o Ministério da Defesa para retirar a candidatura da Câmara sem discutir as circunstâncias e isso criou... Mas nada que não seja superado.

A aliança do PT com o PC do B a gente sempre diz que é uma aliança tradicional e histórica. É imposta pela realidade. É verdade que vamos ficar observando esse certo deslocamento para o centro que o governo do PT vai tomando. Porque o que está acontecendo é uma melhoria das condições para o Lula, para o PT, para o PC do B, para a esquerda com o segundo mandato, e um recuo nas posições políticas gerais que se refletem na composição do ministério. Então você tem uma certa contradição. Quer dizer, nós ganhamos o segundo mandato, com muito mais força do que o primeiro. As condições nacionais econômicas e político-eleitorais melhoraram muito. A situação internacional está ajudando mais do que antes, e estamos fazendo uma inflexão para o centro, para a direita. Isso é uma contradição. Estamos olhando isso, evidente. Defendemos, desde antes do começo do primeiro governo Lula, o PC do B, da mesma forma com que Dirceu defendeu a vinda do PMDB inteiro, que Lula não realizou. Lula vetou uma aliança constituída por Dirceu com o PMDB, que traria o PMDB inteiro. Lula não concordou. Nós sempre defendemos isso. O PMDB vir agora nós defendemos também. Mas o avanço tinha que ser num sentido um pouco mais à esquerda. Então estamos observando: se é o movimento do PT, ou de um dos setores do PT, ou de Lula. Estamos observando, mas não quer dizer nenhum atrito ou descontentamento especial, não. É coisa mais da política mesmo.



entrevista

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
(Secretário da Fazenda)



194 NOVOS VENTOS BAIANOS

CARLOS MARTINS é na estrutura de governo, a expressão mais forte da origem sindical de Jaques Wagner. Ainda como “peão” no Pólo Petroquímico de Camaçari, Martins conhece Wagner, e atuam de forma conjunta na direção do expressivo

Sindiquímica (Sindicato dos Químicos e Petroleiros). Martins também fez parte da coordenação dos trabalhos do FNT (Fórum Nacional do Trabalho) na Bahia e da direção da Confederação Nacional dos Químicos.

Além da experiência no movimento sindical, Carlos Martins tem formação acadêmica na Universidade Federal da Bahia, com mestrado em administração de empresas, e graduação na Faculdade de Economia. Abraça a carreira docente e leciona em diversas universidades de Salvador, entre as quais o Centro Universitário da Bahia e a Faculdade Visconde de Cairu, instituição onde acumulou o cargo de coordenador de cursos. Entre 2003 e 2006 foi delegado regional do Trabalho e conselheiro do Sesi/Senai e Sesc/Senac.

Martins participa de todas as campanhas de Wagner a deputado e governador, e na de 2006 é o tesoureiro; forma o núcleo de governo mais próximo a Wagner, ao lado de Rui Costa – secretário das Relações Institucionais –, também oriundo do Sindiquímica.

Enquanto o primeiro mandato de Lula tem perfis conservadores nas finanças, Palocci – ministro da Fazenda – e Henrique Meirelles – presidente do Banco Central, Wagner leva um ex-sindicalista ao posto de secretário da Fazenda do Estado da Bahia. O secretário também representante do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – e presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado da Bahia – DesenBahia.

Martins herda um Estado endividado, devido às políticas dos governos anteriores; mas, com carta branca do governador, a Secretaria da Fazenda dá sinais de coragem nos primeiros meses de governo: cancela contratos do antigo governo com o Bradesco e repassa ao Banco do Brasil; contribui para a prisão de empresários de restaurantes grã-finos de Salvador, devido à sonegação fiscal; efetua o programa de popularização do acesso às contas públicas; e comparece à Assembléia Legislativa para apresentar as linhas de ação e resultados.

Chegar à campanha em momento de crise

NÃO SEI SE O TERMO ERA CRISE, precisava de um direcionamento, mas Wagner e uns companheiros achavam que era o momento, e não mais para a frente. A própria estrutura demonstrava que as pessoas não acreditavam na campanha. Aliás, foi meu primeiro embate com o pessoal da campanha, pois achava que tinha de sair de Nazaré e ir para um lugar com mais visibilidade. Houve um estremecimento com pessoas próximas, mas acho que foi fundamental sair dali, pois a campanha se organizou mais, teve mais visibilidade.

Outras mudanças

Depois disso começamos a sistematizar a campanha, estruturar as coordenações, quem fazia o quê, conseguimos agregar os comitês sindicais. Ali era uma torre de Babel, ninguém fazia nada. Mudar o espaço físico foi fundamental.

Crise no PT e arrecadação financeira

As pessoas não tinham o norte da campanha e não sabiam como arrecadar. Havia uma crise instalada e um receio do PT de receber contribuições de outros agentes. Como já tinha experiência nas campanhas de Wagner, Sindiúmica, no próprio PT fui tesoureiro, então começamos a fazer um trabalho de conversar e alistar outras pessoas para o comitê financeiro. E com o crescimento da campanha cresceu a arrecadação. Fomos contornando a dificuldade inicial, arrecadando com vários setores da sociedade, vários empresários. Foi possível montar uma equipe profissional para a gestão dos recursos, contratei uma equipe de um escritório de contabilidade. Um pessoal que não era do PT e fazia um trabalho muito profissional. Pude então ficar mais solto.

A pressão sobre os tesoureiros

Naquele momento em que abriram as contas tive que dar uma entrevista para *A Tarde*. Tinha só quatro dias com as contas abertas e os jornalistas já queriam tudo. Tanto que a matéria no outro dia dizia que a campanha era superavitária e não prestava contas de combustível e telefone. Havia um olhar muito forte. Isso me ajudou porque tenho a fama meio de durão, e com minha participação no TRT a imprensa me olhava com outro viés, com muito respeito. Sempre uma coisa que acontecia em nível nacional tinha repercussão aqui, foi pressão o tempo todo nas prestações parciais. Qualquer coisa gerava discussão, controvérsia.

O estilo “xerifão”

Na questão financeira, de vez em quando tem que dar um chega-pralá, senão vira muita discussão e não caminha. E finanças são finanças. Durante a campanha ninguém pôde reclamar, dei umas seguradas, mas não teve excesso de rigor ou autoritarismo. Era muita gente, novos aliados, pessoas que chegavam, gente que queria tirar proveito. Mas foi legal, depois de um tempo todo mundo trabalhou em equipe.

As mudanças nas regras eleitorais

A mudança de regra ajudou, pois deixou todo mundo mais atento. Houve alguns exageros. Lembro que contratei uns outdoors móveis pela cidade e o TRE disse que não podia. Uma proibição sem sentido. As pessoas saíam colocando placa em tudo que é lugar, o TRE tirava... O outdoor é mais organizado.

De qualquer forma, a exigência de notas fiscais registradas, o lançamento das contas on-line, tudo foi positivo, pois nos abrigou a ter uma postura mais profissional. Antes fazíamos as coisas de forma muito amadora, que nos prejudicava. Muito dos problemas do PT nacional foram frutos desse amadorismo. Assim houve algo mais rigoroso, o que gerou choque com vários deputados federais e estaduais que não entendiam as regras.

Conscientização interna do PT

Não sei exatamente, não tenho essa avaliação. Mas no conjunto os deputados foram mais responsáveis. Isso foi importante. E a partir de agora as campanhas serão mais profissionais.

A cobrança na montagem do governo

Fugi um pouco dessa pressão, pois ao terminar o primeiro turno ainda tinha o segundo. Instaurou-se a transição, mas fiquei um mês na campanha de Lula. Por vias transversas, fugi do primeiro mês, que foi aquela pressão de Wagner ganhar e o cara já ir lá pra cima. No segundo turno me incorporei à transição, já estávamos na Luís Eduardo, comecei a participar mais ativamente. Mas da transição até a posse não houve muita pressão de quem contribuiu não, as pressões são mais políticas.

Os novos doadores e partidos

É uma relação difícil, em alguns momentos da campanha não entendia o porquê de as pessoas estarem ali, e com demandas diferentes das que estamos acostumados a tratar. Geralmente lidamos com a demanda tradicional o “eu quero apoiar” e não o “quero x reais, que preciso disso e daquilo”. Seções ou facções de alguns partidos, como o PDT, vinham não com o partido, mas o grupo. Era difícil conversar com o cara que vinha sozinho, mas não podia desprezar. Algumas vezes a relação era tensa, outras vezes não. Em alguns momentos tinha que dar um chega-pra-lá pro cara saber com quem estava tratando. É que mudou, antes lidávamos com PT, PC do B. Nessa teve até dissidência do PFL.

Os motivos que o levaram à Secretaria da Fazenda

A campanha contribuiu, mas é uma somatória de militância, qualificação profissional, seriedade, lealdade e confiança com Wagner há muito tempo. Em geral os governos nossos escolhem secretários da Fazenda mais próximos do mercado e empresários. Wagner rompeu com isso. É um desafio enfrentar toda uma história dos governos de que estou falando.

Os motivos de Wagner se diferenciar de Lula nessa política

Acho que ainda vou sofrer muita pressão pelo rompimento desse paradigma, mas a Secretaria da Fazenda e a Casa Civil são cargos de estreita confiança do governador. São pessoas em quem ele confia, com quem tem condições de dialogar e também pedir o cargo de volta. O governador sabe que, se precisar do cargo para outra composição política, pode pedir. Mas, em geral, não é comum um sindicalista ou pessoa fora do mercado assumir essa pasta. É claro que o fato de ter dado aula em algumas faculdades e minha experiência no TRT são motivos que me levaram para o cargo. Mas as pressões virão, tenho consciência disso.

A reversão da imagem do carlismo de bons administradores

Nos últimos quarenta anos, o carlismo difundiu a máxima de que só era competente quem fosse do carlismo. Algo que é mais marketing do que efetividade. Existem, evidentemente, pessoas competentes fora do carlismo. Tanto que Wagner conseguiu montar um secretariado qualificado.

Se é verdade que o Estado cumpre de forma consistente as questões contábeis, recebemos um Estado com persistentes problemas financeiros. Nosso fluxo de caixa não corresponde às nossas necessidades e receitas. E com problemas graves: despesas não contabilizadas, restos a pagar desnecessários, problemas em contrato, em renúncia fiscal. Uma série de questões que colocam em risco a saúde financeira do Estado, por absoluta falta de condições de gerenciá-lo financeiramente. A imagem do carlismo era uma jogada de marketing.

Vamos ter muitos problemas neste primeiro ano de governo. Na Lei de Responsabilidade Fiscal está: R\$ 290 milhões de restos a pagar e um caixa de R\$ 400 milhões. Agora, se você for verificar, o tanto de despesas de exercícios anteriores não registradas: quase R\$ 300 milhões. O crédito das empresas por evasão de investimento: quase R\$ 200 milhões. Dívidas da EBAL etc.: quase R\$ 300 milhões. Então, se você contabilizar, pode chegar até R\$ 1 bilhão de dívida do Estado, o que pode dar um déficit de caixa de 600, 700 milhões.

É uma situação preocupante. Ao longo do ano vamos ter que efetivar isso, fazer o pagamento. Eles conseguiam fazer isso rolando as dívidas. Agora mesmo recebi a fatura da empresa que cuida do rabeção do Nina Rodrigues e das roupas do presídio feminino, com outubro,

novembro e dezembro sem pagar. Ou seja, algumas coisas não estão nem registradas, mas como não saldar os restos a pagar do presídio e do rabeção? Vamos ter problemas, dar uma segurada em nossas prioridades, para segurar a saúde financeira do Estado.

“Os esqueletos já saíram do armário?”

Acho que não. Tem a questão das demais secretarias, que, à medida que forem abrindo as gavetas, vão chegando na Fazenda. São muitas coisas ainda a chegar no nosso governo.

A expectativa de mudança da população e o Estado

Em uma junta orçamentária de Fazenda, Casa Civil e Planejamento, com orientação do governador, vamos discutir as prioridades e definir como aplicar. As pressões dos secretários serão discutidas nessa junta.

A política de benefício fiscal

Tenho discutido isso ultimamente com o secretário da Indústria e Comércio, Rafael Amoedo. Os Estados vivem uma guerra fiscal sem precedentes, que trouxe benefícios, mas comprometeu as finanças por mais de vinte anos. A Bahia trouxe fábricas de calçados, celulose e automóveis a um custo muito alto. Só ano passado tivemos R\$ 690 milhões de renúncia fiscal. Em termos de créditos de exportação, geraram 27 mil empregos. Ou seja, uma compra de emprego muito cara. E não foi só a Bahia: tenho participado de reuniões entre demais Estados e todos sabem que essa política foi equivocada. Os Estados têm que trazer novos investimentos sem comprometer seu fluxo de caixa e saúde financeira.

Então qual o desafio? Um programa de incentivos fiscais que não entre na guerra fiscal, benefícios necessários para algumas regiões do Estado, como o semi-árido, e não favorecer grandes grupos. Mas temos de olhar sempre o Estado vizinho, porque, se você não faz, o outro faz. Então devemos ter um modelo que inclua regiões mais pobres, sem comprometer o fluxo de caixa, sem entrar na guerra fiscal e sem afugentar novos investidores.

Temos um Conselho também para isso, com Planejamento, Indústria e Comércio, Casa Civil, Ciência e Tecnologia e Fazenda se debruçando num projeto de atração de investimentos que desconcentre o investimento na região metropolitana de Salvador, adensar a cadeia produtiva, pois algumas áreas têm a matéria-prima mas não a cadeia produtiva. E também arranjos de produtividade locais, incentivar o pequeno negócio, gerar emprego e renda com custos baixos.

O papel da Fazenda nessa desconcentração

Discutimos incentivos, sejam os financeiros pelo Desenhahia, sejam os fiscais pela dilação ou isenção do ICMS. Mas não é um papel solitário, temos uma equipe técnica que assessora o Conselho. E Indústria e Comércio é fundamental, porque discute primeiro com os empresários, que desejam infra-estrutura, financiamento na instalação e benefícios fiscais. Discutimos o que é possível sem comprometer. Volto a dizer: a política dos últimos anos deixou o Fundeb do Desenhahia quase zerado, a equalização para grupos comprometeu o pequeno empresário até 2020, como o Credbahia, compra de táxis etc. Além disso, os créditos de exportação para empresas, como de costume, não deixa nada agregado, não emprega e ainda recebe crédito. É uma equação muito difícil.

O projeto para o Estado e a pluralidade política

Sem dúvida, o programa de governo não foi suficiente, e apontávamos isso na campanha. O que é natural num Estado com quarenta anos de dominação, onde os dados não são transparentes. Para formular algumas políticas, precisamos de dados concretos e superar isso. Mas acho que é preciso ter no governo um núcleo dirigente que pense numa formação com os partidos aliados, para responder às insuficiências. E logo, logo isso vai sair. Planejamento já está pensando nisso.

Conselho

Se não tiver capacidade de formular, é preciso pelo menos apontar necessidades e apontar tarefas. Até para que o governo não se torne

uma federação de aliados, com cada um fazendo o seu. O governo tem apontado já suas prioridades: saúde, emprego e educação. A Casa Civil tem desempenhado papel fundamental nisso, ajudando a Fazenda, inclusive apontando as dificuldades do governo.

A que atribui a vitória de Wagner no primeiro turno

Acho que foi uma conjunção de fatores, mas essencialmente porque ninguém agüentava mais a dominação do carlismo. Principalmente no interior, com a perseguição, estagnação, áreas pouco beneficiadas. Houve uma revolução silenciosa, tanto que as pesquisas apontavam a gente embaixo, mas as pessoas sinalizavam que podíamos ganhar.

Mesmo não indo à rua, mas participando de atividades, fomos percebendo que estava acontecendo algo que as pesquisas não mostravam. Faltando quinze, vinte dias, tinha um núcleo da campanha que acreditava, e soubemos de pesquisa que dava 46% a 44% faltando quinze dias, e o pessoal dizia: “Você tá maluco, vai para o segundo turno”.

Quando perguntava para Wagner dos comícios, ele falava que parecia festa de largo, paravam as cidades. Mas acredito que houve uma revolução silenciosa. Sem contar a capacidade de Wagner de aglutinar as forças de oposição como Geddel, PSDB, João Durval. Uma aliança parecida com a que levou Waldir ao governo.

O papel do PT na campanha

Papel importante, primeiro que o candidato era do PT. Em algumas cidades do interior não tínhamos inserção, pois não fazemos a política tradicional. Mas foi fundamental a militância no interior, a forma como trabalhou com os partidos aliados.

Carlismo, neoliberalismo e PPPs

Por acaso, as PPPs estão aqui na Fazenda. Agora, se vamos continuar ou paralisar é uma decisão de governo. Mas acho que temos que continuar algumas parcerias, seguindo orientação federal inclusive.

Privatização não deve existir porque não temos muita coisa. Tem coisas preocupantes para nossas necessidades, por exemplo, precisamos de concurso, mas não temos recursos. Tiramos uma cooperativa de médicos, o que vai economizar R\$ 15 milhões por anos, mas vamos ter que fazer Reda, o que é paradoxal. Mas a cooperativa tem valores acima do mercado.

Acho que o Estado deve ser eficiente, eficaz, efetivo. Algumas questões vamos ter de enfrentar para melhorar os gastos públicos, gestão pública, e reduzir custeio. A redução de custeio eleva a capacidade de investimento, pois não tem mais como elevar a carga tributária, que está pesada. Você pode até melhorar a eficiência do fisco, mas tem limites. O desafio é reduzir custeio sem afetar a capacidade de investimento e prioridades. Algumas coisas podemos fazer diferente, como a dívida ativa. Temos quase R\$ 2 bilhões de dívidas e somos tímidos na cobrança.

Há questões como a Copa do Mundo, para a qual vamos precisar de PPPs. Até o presidente da confederação disse que na maioria das Copas é quase tudo privado.

As prioridades e finanças

Tenho um orçamento de R\$ 17 bilhões, e só R\$ 1,1 de investimento – se avaliar bem, nem chega a isso. Ou canalizamos para questões prioritárias ou fazemos esforço para reduzir custeio.

Existem áreas onde podemos reduzir, como publicidade, que era uma farra; mudar a matriz de energia da frota, colocar a gás; diminuir gastos com impressão corporativa; renegociar os contratos com energia e telecomunicações. O que se gasta com água e luz neste Estado é um absurdo. Olhem pra esta sala e vejam quantas luzes.

Renegociar os contratos

Em termos de telefonia, o máximo é discutir tarifas locais. Mas são muitos os contratos que podemos renegociar e reduzir preços para ter caminhos de investimento. A não ser que busquemos recursos do governo federal, o que é possível. Mas acho que o governo tem que reduzir custeio.

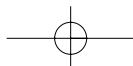
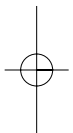
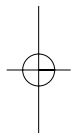
Combate à corrupção

A auditoria geral do Estado é na Secretaria da Fazenda. Estamos trabalhando em diversos contratos, como Ebal, Faz Cultura, publicidade. Nos próximos trinta dias teremos relatórios. A proposta do governador de transformar a AGE em Controladoria é um passo lá na frente.

Vamos fazer uma política incessante de combate à sonegação. Estamos realizando a maior operação de combate à fraude de combustíveis na Bahia. São mais de duzentos postos. Estamos analisando mistura, nota fiscal, algo que nunca foi feito na Bahia, e vamos fazer outras operações, que aumentam a receita.

Campanha

Foi algo indescritível quando cheguei ao comitê às quatro da tarde e na boca-de-urna o cara disse: “Na Bahia, a grande surpresa: Wagner pode ganhar no primeiro turno”. Não tem o que comentar sobre isso não, foi uma grande surpresa, vinte anos de luta.



entrevista

MARCELINO GALO
(Presidente do PT na Bahia)

206 NOVOS VENTOS BAIANOS

MARCELINO GALO é graduado em agronomia pela Universidade Federal da Bahia. Durante o curso, situado na cidade de Cruz das Almas, vincula-se ao Movimento de Libertação do Proletariado e em 1979 participa dos debates para a criação do PT.

Dedica a trajetória militante e profissional às questões agrárias. Inicia no funcionalismo público no Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) entre 1980 e 1981, quando acompanha um processo rápido e violento de grilagem de terras no oeste do Estado. Em 1981, agora pela Ematerba – atual Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) –, segue para o município de

Santa Maria da Vitória. Posteriormente vai para a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) –, órgão estadual no qual trabalha de 1983 e 1997, quando é liberado para atuar na Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), até 2003.

Na militância política, atua na Oposição Sindical e na assessoria aos movimentos sociais, principalmente o MST, trabalhando na organização da produção. Também fez parte da direção estadual do Sindicato dos Engenheiros e Agrônomos (SENGE).

A boa relação e o reconhecimento pelos serviços prestados aos movimentos Rurais, lhes valem a indicação para a Superintendência do Incra na Bahia, em 2003, início do primeiro mandato de Lula. Na gestão de Marcelino no Incra, a Bahia foi o Estado que mais ampliou o número de assentamentos, cerca de 25% a mais do que havia até então. Foram 220 novos assentamentos, uma média de 55 por ano.

Em 2005 disputa as eleições para a direção do PT na Bahia pela Articulação de Esquerda, em plena crise política. Vence as eleições com o apoio da maioria das tendências locais, derrotando o extinto Campo Majoritário.

Até então, Galo não havia ocupado nenhum cargo na direção do PT, mesmo com filiação desde 1981. Tal trajetória lhe vale grande prestígio junto às lideranças do partido no interior, especialmente nas áreas de conflito fundiário em que atuou. A mesma interação não se dá com as lideranças tradicionais, com as quais só a partir de 2005 passa a ter contato constante.

O PT baiano enfrenta dificuldades para alcançar a liderança política local, em pleno governo petista. Primeiro, pelas dificuldades internas: crescer sem se desvincular dos compromissos históricos e manter a unidade. Segundo, para não perder o contato com os partidos do bloco de esquerda, como PSB, PV e PC do B, e com os movimentos sociais organizados. Terceiro, por causa da necessidade de conter o crescimento do PMDB.

A disputa pela direção do PT

NAQUELE MOMENTO, do PED 2005, tinha uma crise aguda. Talvez a pior crise de sua história. E tudo aquilo que levou aos ataques da imprensa que por trás tinha a direita na disposição de retomar ao poder e aproveitou os nossos erros. Nós que víamos da trajetória de todas as campanhas, de luta, desse sonho que era mudar a realidade o país, nos deparamos com uma crise profunda. Foi nesse momento que a tendência que participo me chamou para ser candidato a presidente do PT.

Fomos ao debate, de forma profunda, às origens da crise. Como tinha realizado minha militância nas bases do interior, o conhecimento do partido nessas áreas contou muito. O processo de aliança também, nossos companheiros da EDP, uma tendência forte em Salvador, que tem nomes importantes com o do companheiro Nelson Pelegrino. Foi uma chapa da esquerda do partido para enfrentar a crise. De forma que no segundo turno, chegamos vitoriosos, com uma boa margem da esquerda do partido. Fomos juntos com o companheiro Robson Almeida, da DS, que havia alcançado o terceiro lugar com uma boa margem de votos (23,6%) e com o companheiro Pery que também ajudou muito.

Com o resultado do primeiro turno nos unimos, e conseguimos a vitória, que tem um componente fundamental: a crise envolvendo a direção do campo ex-majoritário. Mesmo tendo a participação do PT da Bahia em menos proporção nos escândalos, porque o ápice vem da região Sul, principalmente do Sudeste em São Paulo. E acho que todos esses componentes me levaram a vitória e toda possibilidade de unificar as esquerdas.

O PED foi fundamental para reconstrução do partido devido os próprios militantes. A militância do partido foi às urnas, foi aos debates rediscutir a crise. A militância salvou o partido, havia um potencial muito grande, que nos possibilitou sair da crise. E depois veio a campanha para governador, vitoriosa, mas que se inicia nessa capacidade de retomar o partido.

As ações na direção estadual do partido

No primeiro dia que cheguei à sede do PT, a água e luz estavam cortadas, funcionários com salários atrasados. Ou seja, o caos, a crise generalizada. Nos primeiros dias não conseguimos nem trabalhar na sede, tivemos que correr para pagar água e luz, pagar aos funcionários. Depois começamos a caminhada que acredito que fomos vitoriosos. Nos recomparamos, primeiro no posto de vista administrativo. Fizemos o enxugamento da máquina. Fechamos nossas dívidas para que pudéssemos no mínimo nos locomover. E partimos para política, e conseguimos aquilo que foi colocado em nossa plataforma, a retomada do PT em nossa militância. Passamos a dialogar com nossas bases para retomar a luta.

Nesse percurso, primeiro fixamos quatro grandes objetivos para realizar o que caracterizamos como de transição, para recuperação e reconstrução do partido. No começo defender de forma determinada o PT na sociedade. Mobilizamos a militância, fomos para a mídia. A outra era defender o Governo Lula, que era atacado de forma unificada pela burguesia. Atacando de forma muito dura. Teve um encontro no auge da crise, com prefeitos e vereadores que recebemos a notícias de renúncia de Genoíno. Alguns companheiros choraram, foi um momento de impacto.

Nessa crise o PT amadureceu bastante, e começou de forma unificada. Fugiu da característica do PT de ter disputas internas. Acho que essa capacidade do PT de unificar facilitou a candidatura de Wagner. Quanto a questão das alianças, foi alvo de discussão interna. O partido instituiu uma comissão para elaboração do plano de governo. E aprovou em conjunto a política de alianças, com nove partidos. Com apenas um voto contra. E isso aliado a um conjunto de elementos, como o cansaço do carlismo, a vitória de Lula, o processo gradativo de importância política das oposições favoreceu a vitória de Wagner.

A liderança do PT sobre um campo político

O PT já tinha uma trajetória de oposição importante. Ele era o maior partido de oposição local, e conseguiu ir além do anti-carlismo. Pois conseguiu estruturar a oposição de tal forma, que se constituiu como alternativa. Isso já vem de lá de trás... e foi indo num crescimento sustentável, de ano a ano aumentava sua bancada, o número de vereado-

res e prefeitos. Contribui para isso as vitórias importantes do PT em Alagoinhas, Camaçari, Lauro de Freitas, Itabuna, Itamaraju, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista.

Aglutinou as oposições e construiu um campo. Não só a nível institucional, mas com a importância junto aos movimentos sociais, a CUT – envolvida com muitos sindicatos e associações – e o MST – na Bahia mais próximo ao PT –, FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar –, e outros movimentos. E junto com o PC do B – com relação direta com os muitos movimentos sociais –, nos deu essa capacidade. Uma organização institucional e social.

A campanha foi rápida, curta. Onde podemos ressaltar a participação e garra dos nossos militantes. Tínhamos apenas cinquenta prefeituras ao lado de Wagner, num estado com 417 municípios. Quem fez a sustentação, a campanha, foram os militantes. Teve a participação da base aliada, mas a garra e determinação da militância foi fundamental.

Ocupação da máquina pública

A vitória que se deu a nível federal em 2002, quando o Presidente Lula toma posse, é forte no ponto de vista institucional, mas há um refluxo nos movimentos sociais. Isso criou uma certa dificuldade. A concepção dirigente que prevaleceu foi capaz de facilitar a eleição de Lula, mas houve um rebaixamento programático. Perdeu-se o hábito de fazer formação política e também a comunicação, não só com interna, com os militantes, mas também com a sociedade.

Foi um rebaixamento que passou pela disputas de cargos e dificultou a compreensão por parte de alguns militantes do que significava um governo de alianças e outro de composição. Um governo para governar e governar bem, tem que ter governabilidade, ampliar sua base social institucional/ parlamentar. E isso levou a um certo sacrifício.

Aqui na Bahia as coisas foram um pouco diferente, já havia uma experiência sobre o assunto. O fato de ser um governo de composição gerou tensões no início, mas com muito debate a direção do PT foi discutir na base a nova conjuntura e tarefas nesse momento histórico. Porque uma coisa é o que representa um deputado a mais na assembléia, outra coisa são seus reflexos nos municípios, o que pode entrar em forte contradição com nosso partido no interior. No interior isso é

210 NOVOS VENTOS BAIANOS

duro, com os companheiros que fizeram longo enfrentamento político sentiram. Isso tende a se acomodar, mas vai se acomodar e vamos avançar no necessário.

Como é um governo de coalizão, precisávamos ceder espaços institucionais, quem participou da campanha tinha de governar. Se ajudou a ganhar, tem que governar. Mas a liderança do PT no governo é qualitativa e maior, os companheiros que ocuparam cargos são históricos. Claro que existe a dificuldade por falta de experiência, e isso pode ser superado. São companheiros comprometidos, de luta com o povo, e precisam de experiência a nível administrativo. Isso é natural. Estamos em processo de aprender a governar. Foram quase 50 anos de carlismo, só dois anos de Waldir Pires, no meio. E acho que o governo Wagner, principalmente nos primeiros escalões, incorporou quadros da Prefeitura de Conquista, Itabuna e outras experiências acumuladas. Além de companheiros nossos na academia, os intelectuais, que pensam questões importantes na saúde e reforma agrária. Isso vai ajudar muito esse governo nesse projeto, de forma que estou otimista com a equipe montada. Temos bons quadros, de longas trajetórias de militância no partido, que vão caminhar nosso projeto.

O que passamos nesse período de vitória foi um tempo novo, estranho. E com tempo vamos compreender melhor, como já estamos fazendo, e colocar na ordem do dia que nosso projeto vai muito além do governo. Agora estamos em outro patamar, governando a Bahia. O governador é fundador do partido, primeiro presidente estadual; fundador da CUT na Bahia; Ministro em várias posições no governo Lula. Wagner é muito qualificado para implementar esse projeto. Estamos em outro patamar, mas sem perder de vista nossa trajetória para a construção do socialismo.

A Bahia vive num momento importante, e o partido tem que atuar no campo institucional e na sociedade. A prática carlista permanece, se foi a personificação principal. O primeiro estágio é programar um estado democrático. Democratizar o estado de forma radical. A sociedade precisa perceber isso, que ela deve ter o controle social sobre o estado. A política institucional também deve mudar, o parlamento anterior era submisso ao executivo. A justiça também caminha para um novo período. É uma grande tarefa de fazer essa transição com a liderança do PT nesse processo. Temos que ter muito cuidado. Se o partido não encarar com responsabilidade e sabedoria, o partido pode se tornar um mero

agente para reciclagem dessas oligarquias. Mesmo indo a figura maior dela, a presença oligárquica é constante no estado. E nosso caminho é radicalizar na democracia, e construir uma hegemonia na sociedade.

A relação partido e governo.

Temos plena consciência do que é a importância do partido, e o papel que tem o governo. O partido por um lado é menor que o governo, pois é parte dele. Tem um conjunto desse governo ocupando cargos. Não é um governo petista, é um governo de coalizão. Por outro lado o partido é maior que o governo, pois temos um projeto a longo prazo. No terceiro Congresso tivemos a oportunidade de rediscutir nosso programa, fazendo a atualização. Precisamos de paciência histórica para compreender essa nova conjuntura.

A relação partido e governo tem tensionamentos, que fazem parte dessa nova caminhada, que a história nos possibilitou. O governo conta com partidos de centro e até centro direita. Precisamos manter a autonomia do partido e cuidar do nosso governo. Saber que o partido não é mera correia de transmissão do governo.

As posições do partido no congresso estadual

Esse partido tem a características da militância, da base. E ela deu essa demonstração de força e foi capaz de tirar o PT da situação que estava, se colocava que estaríamos fora da história nos próximos 30 anos. E o PT mostrou que tem inserção na base social, classe média radicalizada, MST e intelectuais. Isso dá muita vida ao PT. À medida que o partido afirma a democracia, outra forma de dirigir, que as massas possa ocupar esses espaços, o desejo da militância se expressa.

A forma de organização do congresso ajudou muito. Fizemos o congresso na Faculdade de Arquitetura da UFBA, saímos de realizar em ambientes como hotéis de luxo. Aquilo que passou a impregnar o partido, não o retorno ao basismo, mas a necessidade do PT se reencontrar sua história de enfrentar a ditadura e construir a democracia. A escola de arquitetura tem um simbolismo muito grande, não só pelas assembleias do movimento estudantil e de professores, como dos trabalhadores.

Foi importante a forma como abriu o congresso, fizemos uma homenagem ao ministro Waldir Pires, recém saído do Ministério da Defesa, um clima de emoção importante para o partido. A militância se manifestou, fez uma crítica profunda da crise. E voltou a discutir. E o que teve mais importante foi a volta da discussão do socialismo, depois de 13 anos. Reafirmar o horizonte estratégico. Nos deixou muito alegres. Temos agora a tarefa de defender o partido e o governo.

As demais resoluções também foram frutos desse clima dos debates, inclusive surpreendendo pelo conteúdo, como a defesa da anulação do leilão da Vale do Rio Doce, a retomada desse patrimônio importante. Se aprovou também uma resolução no quis diz respeito a reforma agrária, no momento que há um afastamento das discussões do partido nesse campo. Temos um acúmulo muito grande sobre o assunto, o partido retomou. As questões de gênero e racial também foram tocadas com ênfase. Foi um congresso vitorioso.

Nós temos uma análise clara que crescer significa acumular em diversos campos da sociedade, seja na relação com os movimentos, seja a institucionalidade. Um partido que cresceu dessa forma, não vai ser agora que vai mudar sua concepção. O PT entende que seu crescimento tem de ser de forma qualitativa, principalmente na juventude, acho inclusive que os quadros da executiva que estão há 20 anos precisam ser renovados. Precisamos de renovação. Nosso pensamento de crescimento partidário é outra. Precisamos de militantes capazes de intervir na sociedade.

A disputa municipal

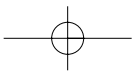
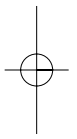
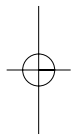
Teve uma aliança estratégica para o governo do estado. O mais importante é a implementação do nosso projeto, como foi colocado por nossa militância. Claro que a aliança é fundamental. Mas precisamos fazer uma inversão cultural do método de se fazer política nesse estado, não podemos ficar reféns. Claro que em alguns municípios nós vamos nos confrontar outros partidos da base do governo estadual com muita tranquilidade.

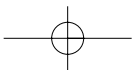
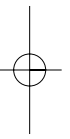
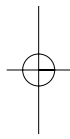
Tiramos uma resolução no 3º congresso, sobre o país que queremos. Reafirmamos que o PT tem que ter candidato nas cidades pólo da Bahia. Isso é importante para o projeto de hegemonia do partido, para o governo Wagner e para 2010. Salvador é fundamental nesse projeto,

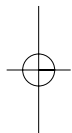
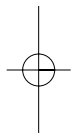
é a capital do estado é a vitrine do estado, não podemos abrir de um projeto de esquerda para cidade. Ainda mais numa cidade com tradição forte de movimentos sociais e posições à esquerda. Temos lideranças capazes na cidade, estamos maduros e precisamos de ousadia. Atualmente só tem opção de direita ou centro direita. Não podemos deixar órfãos os setores progressistas dessa cidade. Temos que ousar e fazer essa disputa. Temos que dialogar e explicitar nosso projeto.

É um momento privilegiado, estamos na direção da CUT, no governo estadual e federal, ampla participação no movimento social. Não podemos ficar subalternos a projetos de centro direita. Nosso projeto é mais importante do que disputar cargos, se acomodar na máquina pública não é nosso destino.

Partidos que entram na máquina pública para se aproveitar dela não é crescimento partidário para mim. Partido é aquele que renova sua militância, amplia sua capacidade de interlocução com a sociedade. Esse modelo de aproveitar do Estado, se acoitar na máquina pública, é típico do carlismo, não é a forma do PT de fazer política.







Este livro foi composto na tipografia Fairfield para
Caros Amigos Editora, e foi impresso em papel *offset* 90 g pela
Prol Gráfica Editora, São Paulo, Brasil, dezembro de 2007.

